

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
---------------------	---

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	2
---------------------------------------	---

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	4
--------------------------------------	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	5
-------------------------------	---

3.2 - Medições não contábeis	6
------------------------------	---

3.3 - Eventos subsequentes às DFs	7
-----------------------------------	---

3.4 - Política destinação de resultados	8
---	---

3.5 - Distribuição de dividendos	
----------------------------------	--

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	11
--	----

3.7 - Nível de endividamento	12
------------------------------	----

3.8 - Obrigações	13
------------------	----

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	14
---	----

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	16
------------------------------------	----

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	25
-------------------------------------	----

4.3 - Processos não sigilosos relevantes	26
--	----

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	37
--	----

4.5 - Processos sigilosos relevantes	38
--------------------------------------	----

4.6 - Processos repetitivos ou conexos	39
--	----

4.7 - Outras contingências relevantes	42
---------------------------------------	----

4.8 - Regras-país origem/país custodiante	43
---	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	44
---	----

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	49
--	----

5.3 - Descrição - Controles Internos	50
--------------------------------------	----

5.4 - Alterações significativas	51
---------------------------------	----

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	52
---	----

Índice

6.3 - Breve histórico	53
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	55
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	56
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	57
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	59
7.3 - Produção/comercialização/mercados	60
7.4 - Principais clientes	61
7.5 - Efeitos da regulação estatal	62
7.6 - Receitas relevantes no exterior	63
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	64
7.8 - Políticas socioambientais	65
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	66
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	73
8.2 - Alterações na condução de negócios	74
8.3 - Contratos relevantes	75
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	76
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	77
9.1.a - Ativos imobilizados	78
9.1.b - Ativos Intangíveis	79
9.1.c - Participação em sociedades	
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	81
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	82
10.2 - Resultado operacional e financeiro	101
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	119
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	120
10.5 - Políticas contábeis críticas	124
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	125
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	126

Índice

10.8 - Plano de Negócios	127
10.9 - Outros fatores com influência relevante	128
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	129
11.2 - Acompanhamento das projeções	132
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	135
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	154
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	155
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	156
12.7/8 - Composição dos comitês	181
12.9 - Relações familiares	
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	189
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	190
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	191
13.2 - Remuneração total por órgão	193
13.3 - Remuneração variável	194
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	195
13.5 - Remuneração baseada em ações	197
13.6 - Opções em aberto	198
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	199
13.8 - Precificação das ações/opções	200
13.9 - Participações detidas por órgão	201
13.10 - Planos de previdência	202
13.11 - Remuneração máx, mín e média	
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	204
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	205
13.14 - Remuneração - outras funções	206
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	207

Índice

13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	208
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	209
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	210
14.3 - Política remuneração dos empregados	211
14.4 - Relações emissor / sindicatos	212
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	213
15.3 - Distribuição de capital	217
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	218
15.5 - Acordo de Acionistas	219
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	220
15.7 - Principais operações societárias	221
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	222
16.2 - Transações com partes relacionadas	223
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	230
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	232
17.2 - Aumentos do capital social	
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	
17.4 - Redução do capital social	
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	236
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	238
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	240
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	242
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	244
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	
18.8 - Títulos emitidos no exterior	

Índice

18.9 - Ofertas públicas de distribuição	247
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	248
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	263
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	264
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	265
21.3 - Responsáveis pela política	269
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	273

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **Djalma Bastos de Moraes**

Cargo do responsável Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **Luiz Fernando Rolla**

Cargo do responsável Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	02/07/2007 a 30/07/2012
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes foram contratados para: (i) auditoria das demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010, 2009; (ii) auditoria das informações trimestrais de 31 de março de 2012, 2011, 2010, 2009, 30 de junho de 2011, 2010, 2009 e 30 de setembro de 2011, 2010, 2009; (iii) diagnóstico dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; (iv) parcela 1/2 dos procedimentos previamente acordados na CVA; (v) parcela 2/2 dos procedimentos pré acordados na CVA; (vi) procedimentos previamente acordados na CVA – IF; (vii) elaboração de relatório atestando a avaliação dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; (viii) revisão das declarações de rendimentos anuais e trimestrais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e aos trimestres encerrados em 31 de março de 2012, 2011, 2010 e 2009, 30 de junho de 2011, 2010 e 2009 e 30 de setembro de 2011, 2010 e 2009; (ix) revisão das provisões do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro referentes aos trimestres encerrados em 31 de março de 2012, 2011, 2010 e 2009, 30 de junho de 2011, 2010 e 2009 e 30 de setembro de 2011, 2010 e 2009; (x) tradução de relatórios; (xi) treinamento DIPJ; (xii) relatório técnico financeiro do Estado/BID – Projeto PRONOROESTE; e (xiii) análise de valor de P&D referentes a 2008 e 2009 (PROJETOS 803,804 e 805 conforme despacho da ANEEL 512/2011).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Pelos serviços prestados até 30 de julho de 2012, os auditores independentes receberam a remuneração total de R \$164.134,38 relativo à Auditoria das demonstrações contábeis
Justificativa da substituição	As Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2012 foram revisadas pela KPMG Auditores Independentes, sendo que a partir dessa data foi substituída pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que executaram os serviços de revisão e auditoria independente nos demais períodos de 2012, com previsão, conforme contrato assinado entre as partes, para realização dos serviços de auditoria, também dos exercícios 2013, 2014. A Companhia, em atendimento à Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, que em seu artigo 31 obriga a rotatividade dos auditores independentes por prazo não superior a cinco anos consecutivos, substituiu a KPMG Auditores Independentes pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, pelo fato daquela ter atingido o prazo máximo legal.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Túlio Fernandes Ferreira	02/07/2007 a 30/07/2012	499.953.166-68	rua Paraíba, 1122, 13 ANDAR, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-918, Telefone (031) 21285700, Fax (31) 21285702, e-mail: mtferreira@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM														
Código CVM	385-9														
Tipo auditor	Nacional														
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes														
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11														
Período de prestação de serviço	01/08/2012														
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes foram contratados para: (i) auditoria das demonstrações financeiras societárias para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 incluindo asseguarção de controles SOX – seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (como suporte ao relatório da controladora CEMIG); (ii) auditoria de ativos e passivos regulatórios; (iii) auditoria da conta de Compensação da Parcela A (CVA); (iv) relatório Circunstanciado – PAC; (v) revisão de procedimentos para apuração de impostos e contribuições.														
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	<table border="1"> <thead> <tr> <th>SERVIÇOS</th> <th>2013</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Serviços de Auditoria:</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Honorários de Auditoria</td> <td>591</td> </tr> <tr> <td>Serviços Adicionais:</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td>Auditoria de Ativos e Passivos Regulatórios</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td>Total Geral</td> <td>625</td> </tr> </tbody> </table>	SERVIÇOS	2013	Serviços de Auditoria:		Honorários de Auditoria	591	Serviços Adicionais:		Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL	21	Auditoria de Ativos e Passivos Regulatórios	13	Total Geral	625
SERVIÇOS	2013														
Serviços de Auditoria:															
Honorários de Auditoria	591														
Serviços Adicionais:															
Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL	21														
Auditoria de Ativos e Passivos Regulatórios	13														
Total Geral	625														
Justificativa da substituição	Não aplicável														
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável														

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Ricardo Faria Gomez	01/08/2012	144.346.268-33	Rua Paraíba 1122, 20 e 21 andares, Savassi, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-141, Telefone (31) 32697400, Fax (31) 32697400, e-mail: jogomez@deloitte.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3. Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes já foram devidamente informadas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras

(Reais Unidade)

Exercício social (31/12/2013)

Exercício social (31/12/2012)

Exercício social (31/12/2011)

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

3.2. Medições não contábeis

a. Valor das medições contábeis:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. Motivo pelo qual a Administração entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**3.4. Política de destinação dos resultados**

	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2013	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2012	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2011
a) Regras sobre retenção de lucros	<p>Cabe à Assembleia Geral da Companhia deliberar sobre a retenção de lucros. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores. O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; • 50% será distribuído como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia e a legislação aplicável; • o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, em observância do Plano Diretor da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“<u>CEMIG</u>”) será distribuído à CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre. <p>Adicionalmente, a Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”) prevê que, do lucro líquido do exercício social, obtido após a dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, 5% serão destinados para a constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social, exceto no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.</p>		
Valores das Retenções de Lucros	No exercício social de 2013, o valor das retenções de lucros foi de R 40.683 mil.	No exercício social de 2012, o valor das retenções de lucro foi de R\$ 50.251 mil.	No exercício social de 2011, o valor das retenções de lucros foi de R\$35.999 mil.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social da Companhia, vigente nos exercícios de 2013, 2012 e 2012, determinava que, do lucro líquido apurado em cada exercício, (i) 50,00% seriam distribuídos a título de dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, e (ii) o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, seria distribuído à CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre.</p> <p>Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a Companhia poderá, observada a legislação pertinente e a critério do Conselho de Administração, declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso.</p>		

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	<p>Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.</p> <p>O artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações prevê que 50% do lucro líquido do exercício social, após a constituição da reserva legal, deverá ser distribuído aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório. Ainda nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser incompatível com a situação financeira da companhia.</p>		
Valores dos Dividendos Distribuídos	<p>No exercício social de 2013, foram distribuídos R\$ 374 milhões, sendo (i) R\$ 123.157 mil a título de juros sobre o capital próprio e (ii) R\$ 243.565 mil a título de dividendos declarados em 2012 e aprovados em AGO de 2013.</p>	<p>No exercício social de 2012, foram distribuídos R\$ 384.679 mil, sendo (i) R\$ 141.114 mil a título de juros sobre o capital próprio e (ii) R\$ 243.565 mil a título de dividendos declarados em 2011 e aprovados em AGO de 2012.</p>	<p>No exercício social de 2011, foram distribuídos R\$ 683.972 mil, sendo (i) R\$ 142.613 mil a título de juros sobre o capital próprio, (ii) R\$ 297.794 mil a título de dividendos intermediários e (iii) R\$ 243.565 mil a título de dividendos complementares de 2011.</p>
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, vigente nos exercícios de 2013, 2012 e 2011, os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.</p>		
d) Restrições à distribuição de dividendos	<p>Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação, regulamentação especial aplicável, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>		

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

Documento ainda não preenchido!

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas**3.6. Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais**

No exercício social de 2013, a Cemig Distribuição não declarou dividendos com base em lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

No exercício social de 2012, a Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2012, aprovou a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$243.565, utilizando a reserva de lucros existente no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2011.

No exercício social de 2011, a Cemig Distribuição não declarou dividendos com base em lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2013	10.005.078,00	Índice de Endividamento	4,01349857	
	0,00	Outros índices	3,47516827	Dívida líquida / Lajida
	0,00	Outros índices	0,64219882	Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)
				Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º, alínea (a) do Estatuto Social da Companhia, que determina que o endividamento consolidado da Companhia deverá ser mantido em valor igual ou inferior a duas vezes e meia o LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) da Companhia.
				Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º alínea (b) do Estatuto Social da Companhia, que determina que deverá ser mantida uma relação consolidada de endividamento medida por Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 50%.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2013)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
	Garantia Real		377.721.272,00	768.727.552,00	188.457.329,00	470.625.161,00	1.805.531.314,00
	Quirografárias		2.922.283.728,00	761.041.597,00	1.586.947.365,00	2.929.273.996,00	8.199.546.686,00
Total			3.300.005.000,00	1.529.769.149,00	1.775.404.694,00	3.399.899.157,00	10.005.078.000,00

Observação

O montante total da dívida nesta tabela é o somatório do passivo circulante e do passivo não circulante, não se limitando ao saldo devedor de empréstimos e financiamentos. As dívidas com garantia real são aquelas por meio das quais o devedor destaca um bem específico que garantirá o ressarcimento ao credor na hipótese de inadimplemento, e as dívidas com garantia quirografária, são aquelas que estão baseadas na fidelidade do garantidor em cumprir as obrigações caso o devedor não o faça. Garantia flutuante é constituída por todo o ativo da companhia emitente, ativo esse que pode ser alterado no curso dos negócios da companhia até o prazo de vencimento da dívida. As informações prestadas se referem às demonstrações financeiras individuais da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras**3.9. Outras informações que a Companhia julgue relevantes**

Composição dos empréstimos da Companhia, por moeda e indexador, com a respectiva previsão de amortização:

Posição em 31/12/2013 (em R\$ mil):

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	3.583	-	-	-	-	-	-	28.762	32.345
Euro	2.128	2.128	2.128	-	-	-	-	-	6.384
Total por Moedas	5.711	2.128	2.128	-	-	-	-	28.762	38.729
Indexadores									
IPCA (1)	89.606	186.033	186.032	186.033	-	374.297	374.691	1.063.960	2.460.652
IGP-M (2)	424.172	-	-	-	-	-	-	-	424.172
UFIR/RGR (3)	81.963	67.276	49.943	40.202	35.362	23.562	20.465	15.316	334.089
CDI (4)	526.089	280.329	700.167	66.189	410.796	-	-	-	1.983.570
TR (5)	1.580	-	-	383	96	-	-	-	2.059
IGP-DI (6)	2.246	565	686	686	465	-	-	-	4.648
Total por Indexadores	1.125.656	534.203	936.828	293.493	446.719	397.859	395.156	1.079.276	5.209.190
Total Geral	1.131.367	536.331	938.956	293.493	446.719	397.859	395.156	1.108.038	5.247.919

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);
 (3) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (4) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (5) Taxa Referencial (TR);
 (6) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

Para fins deste Formulário de Referência, “Dívida Líquida” significa uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, consistindo no somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e do TVM (Títulos e Valores Mobiliários). Importante ressaltar que Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelos IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades. A Companhia divulga Dívida Líquida porque a utiliza para medir o seu nível de endividamento.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Cemig D	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Equivalentes de Caixa	686	190	527
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	5.248	4.610	3.511
Títulos e valores mobiliários (TVM)	88	101	5
Dívida Líquida (Empréstimos e Financiam. + Debêntures - Caixa e Equivalentes de Caixa - TVM)	4.474	4.319	2.979
Total do Passivo	10.005	9.586	7.801
Patrimônio Líquido	2.493	2.194	2.656
Lajida - R\$ mil	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Resultado do exercício	490	191	719
(+) Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	187	20	293
(+) resultado Financeiro	194	285	216
(+) Amortização e Depreciação	416	393	383
(=) LAJIDA	1.287	889	1.611
Lajida: calculado em conformidade com a instrução CVM nº 527/12;			
Índice de endividamento (Total do Passivo / Patrimônio Líquido)	4,01	4,37	2,94
Dívida Líquida / LAJIDA 12 meses	3,48	4,86	1,85
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	0,64	0,66	0,53

* valores de 2012 conforme DFP de 2013.

Para fins deste Formulário de Referência, “LAJIDA” é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos Fatores de Risco

a) Com relação à Companhia

Não temos certeza da renovação de nossas concessões.

Conduzimos as nossas atividades de distribuição de energia elétrica por meio de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal. A Constituição Brasileira exige que todas as concessões de serviços públicos sejam objeto de licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal instituiu certas leis e regulamentos, denominados coletivamente como Lei de Concessões, os quais regem os procedimentos de licitação do setor elétrico.

Em 11 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783, que dispõe sobre a prorrogação das concessões outorgadas antes da Lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995. De acordo com a referida norma, tais concessões poderão ser prorrogadas uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, a critério do poder concedente, a partir de 12 de setembro de 2012.

À luz do grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal, em relação aos novos contratos de concessão, ao que diz respeito à renovação de concessões existentes, bem como pelas recentes disposições estabelecidas por meio da Medida Provisória nº 579/2012 para as renovações das concessões de distribuição não podemos garantir que novas concessões serão obtidas ou que nossas concessões atuais serão renovadas em termos tão favoráveis quanto aqueles atualmente em vigor. A não renovação de quaisquer de nossas concessões poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

O Poder Público pode intervir nas concessões com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, o que poderá afetar adversamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

O Poder Público pode intervir nas concessões com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, além de interferir nas operações e receitas provenientes das operações das instalações da Companhia. Em caso de intervenção, a Companhia poderá ser adversamente afetada.

Temos responsabilidade objetiva por quaisquer danos decorrentes da prestação inadequada de serviços elétricos.

Nos termos da legislação brasileira, temos responsabilidade objetiva pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de distribuição de energia elétrica. Ademais, os danos causados a consumidores finais em decorrência de interrupções ou distúrbios do sistema de distribuição, nos casos em que essas interrupções ou distúrbios não são atribuídos a um membro identificável do Operador Nacional do Sistema (ou ONS), ou ao ONS propriamente dito, são compartilhados entre companhias de geração, distribuição e transmissão. Até que um responsável final seja definido, a responsabilidade por tais danos será compartilhada na proporção de 35,7% para os agentes de distribuição, 28,6% para os agentes de transmissão e 35,7% para os agentes de geração. Essas proporções são determinadas pelo número de votos que cada classe de concessionárias de energia tem direito nas assembleias gerais do ONS e, portanto, podem ser alteradas no futuro. Dessa forma,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados por quaisquer desses danos.

Podemos não ser capazes de concluir nosso programa de investimentos pretendido.

O nosso Estatuto Social, e o de nossa controladora estabelecem que poderemos utilizar até 40,0% de nosso LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização), em cada exercício social, em investimentos de capital e aquisições. Nossa capacidade para implementar nosso programa de investimentos depende de diversos fatores, incluindo nossa capacidade de cobrar tarifas adequadas por nossos serviços, nosso acesso ao mercado de capitais doméstico e internacional e uma gama de fatores operacionais e de outra natureza. Não podemos garantir que teremos os recursos financeiros para concluir o programa de investimentos, o que poderá afetar nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Estamos sujeitos a regras e limites aplicados a níveis de endividamento do setor público e a restrições sobre o uso de certos recursos que captamos o que poderá nos impedir de obter financiamentos.

Na qualidade de companhia estatal, estamos sujeitos a regras e limites atinentes ao nível de crédito aplicável ao setor público emitidos pelo CMN e pelo Banco Central. Essas regras fixam certos parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a companhias do setor público. Desta forma, se não atendermos a essas condições e parâmetros, poderemos enfrentar dificuldade para obter financiamentos de instituições financeiras brasileiras, o que poderá criar dificuldades na implementação de nosso plano de investimento. A legislação brasileira também estabelece que uma companhia controlada pelo Estado, de modo geral, apenas pode utilizar os recursos decorrentes de transações externas com bancos comerciais (dívidas, incluindo títulos) para refinarçar obrigações financeiras. Como resultado dessas regras, nossa capacidade de endividamento fica limitada, o que poderá afetar negativamente a implementação do nosso plano de investimento.

Podemos incorrer em prejuízos relativos a processos judiciais pendentes.

Somos réus em diversos processos judiciais e administrativos de naturezas cível, administrativa, ambiental, tributária, trabalhista, regulatória, dentre outros. Esses processos envolvem uma ampla gama de questões e visam à obtenção de indenizações e reparações em dinheiro e obrigações de fazer. Vários litígios individuais respondem por uma parcela significativa do valor total dos processos movidos contra a nossa Companhia. As demonstrações financeiras incluem provisões para contingências no montante de R\$ 157 milhões em 31 de dezembro de 2013, para ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que improvável. Adicionalmente, na hipótese de as nossas provisões legais serem insuficientes, o pagamento dos processos em valor que exceda os valores provisionados poderá causar um efeito adverso nos nossos resultados operacionais e condição financeira.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Operamos sem apólices de seguro contra catástrofes e responsabilidade civil de terceiros.

Exceto para o ramo Aeronáutico, não possuímos seguro de responsabilidade civil que cubra acidentes e não solicitamos propostas relativas a este tipo de seguro. A Companhia entende que o risco de ocorrência de um evento que ocasione o acionamento de uma cobertura de responsabilidade civil por um terceiro é pequeno. Foram realizados estudos específicos sobre o assunto que comprova a baixíssima probabilidade de ocorrências desta natureza. Desta forma a CEMIG não solicitou proposta, tampouco contratou, cobertura de seguro contra catástrofes que possam afetar nossas instalações, tais como terremotos e inundações.

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para ressarcir eventuais danos.

Mantemos apenas Seguro de Incêndio, Aeronáutico e Riscos Operacionais, tais como danos em equipamentos, além daqueles compulsórios por determinação legal, como Seguro de Transporte de bens pertencentes a pessoas jurídicas. Não podemos garantir que seus seguros são suficientes para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas de fato no curso de seus negócios ou que esses seguros continuarão disponíveis no futuro. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados poderão nos gerar custos adicionais inesperados e significativos, que poderão resultar em efeito adverso em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Disputas trabalhistas, greves e/ou paralisações de trabalho poderão ter um impacto negativo sobre o nosso negócio.

Praticamente todos os nossos empregados estão abrangidos pela legislação trabalhista brasileira aplicável a empregados do setor privado. Celebramos acordos coletivos com sindicatos que representam a maioria de nossos empregados.

Figuramos no polo passivo em reclamações trabalhistas instauradas por nossos empregados que se referem, em sua grande maioria, à remuneração de hora extra e de adicional de periculosidade. Também somos parte em ações relacionadas à terceirização de serviços, ajuizadas pelos empregados de nossos contratantes e subcontratantes exigindo o pagamento de obrigações trabalhistas pendentes.

Em 2008 e 2009 não enfrentamos nenhuma manifestação trabalhista relevante. Nas negociações para celebração do Acordo Coletivo de 2010, parte de nossos empregados entrou em greve por 20 dias. Durante as negociações de 2011, para a renovação do ACT, ocorreram cinco dias intermitentes de paralisação de nossos empregados. Em 2012, durante as negociações, ocorreu um dia de paralisação com a participação de cerca de 12% dos empregados. Em 2013 ocorreu uma paralisação de 22 dias com a participação de 10% dos empregados. Em todos esses eventos nosso Comitê de Emergência Operacional foi acionado e as greves não afetaram o fornecimento de energia aos nossos consumidores.

Nós não possuímos seguro contra perdas incorridas em decorrência de interrupções nos negócios causadas por ações trabalhistas. Na hipótese de greve, poderemos enfrentar uma perda imediata de receita. Disputas contratuais, greves, reclamações ou outros tipos de conflitos atinentes a nossos empregados ou a sindicatos que os representem, poderão causar efeito adverso sobre o nosso negócio, resultados operacionais ou condição financeira ou sobre nossa capacidade de manter níveis normais de serviço.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

b) Com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Somos controlados pelo Governo Estadual, o qual poderá ter interesses diversos dos interesses dos investidores.

Na qualidade de acionista controlador indireto da Companhia, o Governo do Estado de Minas Gerais exerce influência substancial sobre a orientação estratégica dos nossos negócios. O Governo do Estado de Minas Gerais atualmente detém 51% das nossas ações ordinárias da CEMIG e, conseqüentemente, tem o direito à maioria dos votos nas deliberações tomadas em nossas assembleias gerais, podendo (i) eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e (ii) determinar as matérias que exijam aprovação por *quórum* qualificado dos nossos acionistas, incluindo transações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época de pagamento de quaisquer dividendos.

No passado, o Governo Estadual utilizou e poderá utilizar no futuro sua qualidade de acionista controlador para decidir se deveremos nos dedicar a certas atividades e efetuar certos investimentos destinados, principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais e não necessariamente para lograr o objetivo de melhoria dos nossos negócios e/ou resultados operacionais o que poderá nos causar um efeito adverso relevante.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

c) Com relação aos seus acionistas

Não há fator de risco relacionado aos acionistas da Companhia, uma vez que ela é subsidiária integral da CEMIG e tais riscos encontram-se indicados no item (b) acima.

d) Com relação a suas controladas e coligadas

Não há fatores de risco relacionados a controladas e coligadas da Companhia, uma vez que a Companhia não possui controladas e coligadas.

e) Com relação aos seus fornecedores

Aumentos dos preços de compra de energia elétrica podem gerar descasamento do fluxo de caixa da Companhia.

Os contratos de compra de energia elétrica firmados pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica tais como a Companhia, têm seus preços vinculados a algumas variáveis, como, por exemplo, condições hidrológicas, que não estão no controle das referidas concessionárias. Embora eventuais aumentos sejam repassados para as concessionárias distribuidoras de energia elétrica quando de seus reajustes tarifários, tal situação poderá gerar descasamento dos fluxos de caixa, com efeito adverso nos negócios, resultados operacionais ou em suas condições financeiras.

No ano de 2013, essa possibilidade foi bastante reduzida pela ação de apoio às empresas de Distribuição executada pelo Governo Federal, com o direcionamento de recursos da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético – para pagamento de parcelas importantes dessas despesas. Para 2014, o assunto já está sendo discutido entre as empresas e o Governo, que está ciente dos riscos e, de acordo com notícias da imprensa, deverá propor alguma forma de auxílio, sendo que R\$ 13 bilhões já estão reservados para esse fim no Orçamento da União.

f) Com relação aos seus clientes

O nível de inadimplimento dos nossos consumidores poderá prejudicar nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Em 31 de dezembro de 2013, a totalidade dos nossos recebíveis vencidos devidos por consumidores finais era de aproximadamente R\$ 930 milhões, correspondentes a 10,09% da nossa receita líquida em 2013 e nossa provisão para devedores duvidosos era de R\$ 539 milhões. Aproximadamente 9,36% do total dos recebíveis eram devidos por companhias do setor público. Podemos ser incapazes de cobrar valores devidos por diversos municípios e demais consumidores em mora. Caso tais dívidas não sejam total ou parcialmente liquidadas, bem como o montante de dívidas em atraso de nossos consumidores vier a superar a provisão para

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

devedores duvidosos, por nós constituída, poderá causar um efeito adverso em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

g) Com relação aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A matriz brasileira de produção de energia elétrica é altamente dependente de usinas hidrelétricas, que por sua vez dependem das condições climáticas para produzir energia.

Como é amplamente conhecido, o sistema gerador brasileiro se caracteriza pela predominância hidrelétrica-mais de 70% da capacidade instalada total. As vantagens da energia hidrelétrica também são bastante divulgadas: é um recurso renovável e permite evitar gastos substanciais com combustíveis nas usinas termelétricas. Por outro lado, a principal dificuldade no uso deste recurso provém da variabilidade das afluências às usinas: há variações substanciais nas vazões mensais (sazonalidade) e no total afluente ao longo do ano, que depende fundamentalmente da quantidade de precipitação ocorrida durante cada estação chuvosa.

Para contornar essa dificuldade, o sistema brasileiro, além de possuir um parque térmico complementar, cerca de 20% da capacidade total do Brasil, possui grandes reservatórios de acumulação, capazes de transferir água do período úmido para o período seco e até mesmo de um ano para outro.

A operação de todo o sistema é coordenada pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Sua principal função é operar de forma ótima os recursos disponíveis, minimizando o custo de operação e os riscos de falta de energia. No caso de períodos hidrológicos desfavoráveis, a decisão do ONS poderá ser de reduzir a geração das usinas hidrelétricas e aumentar a geração termelétrica, o que acaba trazendo maior custo para os geradores hidrelétricos. Além disso, em casos extremos de escassez de energia devido a situações hidrológicas adversas, o sistema poderá passar por racionamento, o que poderá resultar em aumento de custos e diminuição do fluxo de caixa para a empresa.

h) Com relação à regulação dos setores em que o emissor atue

Estamos sujeitos a uma extensa e incerta legislação e regulamentação governamental e eventuais alterações podem causar um impacto adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

O Governo Federal vem implementando políticas que têm impacto de longo alcance sobre o setor energético brasileiro, em particular, o setor elétrico. Como parte da reestruturação do setor, a Lei Federal 10.848 de 15 de março de 2004, ou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, introduziu uma nova estrutura regulatória para o setor elétrico brasileiro.

Essa estrutura regulatória vem sofrendo diversas alterações ao longo dos últimos anos sendo as modificações mais recentes inseridas via Medida Provisória nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783), que dispõe sobre a prorrogação das concessões outorgadas antes da Lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995. De acordo com a referida norma, tais concessões poderão ser prorrogadas uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, a critério do poder concedente a partir de 12 de setembro de 2012.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Podemos ser penalizados pela Aneel em função do descumprimento dos nossos contratos de concessão, e/ou autorizações concedidas a nós, o que poderá resultar em multas, outras penalidades e, dependendo da gravidade do descumprimento, encampação dos contratos de concessão ou revogação das autorizações.

Realizamos nossas atividades de distribuição nos termos de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal por intermédio da Aneel e/ou nos termos das autorizações concedidas às companhias do grupo CEMIG, conforme o caso. A Aneel poderá nos impor penalidades caso deixemos de observar qualquer disposição dos contratos de concessão, inclusive aquelas relativas à observância dos padrões de qualidade estabelecidos. Dependendo da gravidade da inobservância, essas penalidades poderão incluir:

- multas por quebra contratual de até 2,0% das receitas da concessionária no exercício encerrado imediatamente anterior à data do inadimplemento contratual;
- liminares atinentes à construção de novas instalações e equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária no que tange à participação em processos licitatórios para outorga de novas concessões por um período de até dois anos;
- intervenção pela Aneel na administração da concessionária infratora e;
- revogação da concessão.

Ademais, o Governo Federal tem poderes para revogar qualquer uma de nossas concessões ou autorizações antes do encerramento do prazo da concessão, no caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação, por razões de interesse público.

Adicionalmente, atrasos na implementação e construção de novos projetos de energia podem ainda resultar na imposição de penalidades regulatórias por parte da Aneel, que, de acordo com a Resolução da Aneel No. 63, de 12 de maio de 2004, poderão consistir desde notificações ao vencimento antecipado de tais concessões ou autorizações.

A Aneel poderá impor multas e até mesmo revogar nossas concessões ou autorizações na hipótese de violação dos contratos de concessão ou das autorizações. Qualquer indenização que venhamos a receber quando da rescisão do contrato de concessão e/ou da revogação das autorizações poderá não ser suficiente para compensar o valor integral de certos investimentos. Se quaisquer dos contratos de concessão forem rescindidos por nossa culpa, o valor efetivo da indenização poderá ser reduzido em função de multas ou outras penalidades. A rescisão de nossos contratos de concessão ou a imposição de penalidades poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

A Aneel possui discricionariedade para estabelecer as tarifas que a Cemig Distribuição cobra dos consumidores. Tais tarifas são definidas de forma a preservar o equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão celebrados com a Aneel (atuando em nome do Governo Federal).

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo que permite três tipos de reajustes de tarifas: (1) o reajuste anual; (2) a revisão periódica; e (3) a revisão extraordinária. O reajuste anual se destina a compensar as alterações nos custos que estejam fora da gestão da empresa, como o custo da energia elétrica para atendimento aos consumidores, encargos setoriais definidos pelo Governo Federal e encargos de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

transporte em função do uso das instalações de transmissão e distribuição de outras empresas. Já os custos gerenciáveis são corrigidos pelo IGPM menos um fator de eficiência, denominado Fator X. De cinco em cinco anos acontece a revisão periódica de tarifas, com o objetivo de identificar as mesmas variações nos custos citados acima, bem como remunerar os ativos que a empresa construiu neste período e também estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será considerado nos reajustes de tarifa anuais subsequentes. A revisão extraordinária das tarifas ocorre no caso de eventos imprevisíveis que alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Portanto, apesar de nossos contratos de concessão prever a manutenção de seu equilíbrio econômico e financeiro, não podemos garantir que a Aneel estabelecerá tarifas que nos remunerem adequadamente com relação aos investimentos realizados ou aos custos operacionais incorridos em virtude da concessão.

Requerimentos e restrições das agências ambientais poderão acarretar custos adicionais à nossa Companhia.

Nossas operações relacionadas à distribuição de energia elétrica, bem como à distribuição de gás natural, estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais e também a numerosas exigências atinentes à proteção da saúde e do meio ambiente. Atrasos ou indeferimentos de pedidos de licença por parte dos órgãos ambientais, bem como nossa eventual impossibilidade de cumprir os requisitos estabelecidos por esses órgãos, durante os processos de licenciamento ambiental podem resultar em custos adicionais, ou mesmo proibir ou comprometer, conforme o caso, a construção e manutenção desses projetos.

A inobservância das leis e regulamentos ambientais - como a construção e operação de uma instalação potencialmente poluente sem uma licença ou autorização ambiental válida - poderá, além da obrigação de sanar quaisquer danos que venham a ser causados resultar na aplicação de sanções penais, civis e administrativas. Com base na legislação brasileira, penas criminais tais como de restrição de direitos e de prisão podem ser aplicadas às pessoas físicas (incluindo administradores de empresas) e penas tais como multas, restrição de direitos ou prestação de serviços à comunidade podem ser aplicadas a pessoas jurídicas. Com relação às sanções administrativas, dependendo das circunstâncias, as autoridades ambientais podem impor advertências e multas que variam entre R\$50 mil e R\$50 milhões, exigir a suspensão parcial ou total de atividades, suspender ou restringir benefícios fiscais, cancelar ou suspender linhas de financiamento provenientes de instituições financeiras governamentais, bem como nos proibir de celebrar contratos com órgãos, companhias e autoridades governamentais. Quaisquer desses eventos poderiam afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Estamos sujeitos à legislação brasileira que exige pagamento de compensação caso nossas atividades tenham efeitos poluidores. De acordo com o Decreto Federal N° 6.848/2009 e o Decreto do Estado de Minas Gerais N° 45.175/2009 até 0,5% do montante total investido na implementação de um projeto que cause impacto ambiental significativo deve ser revertido para medidas compensatórias. O montante exato das medidas compensatórias será definido pela agência ambiental, com base no nível específico de poluição e impacto ambiental do projeto. O Decreto Estadual N° 45.175/2009 também indicou que a taxa de compensação será aplicada retroativamente a projetos implementados anteriormente à promulgação da atual legislação. O referido Decreto Estadual foi alterado pelo Decreto n° 45.629/2011, que estabeleceu que o valor de referência dos projetos que causam impacto ambiental significativo: I - para os projetos executados antes da publicação da Lei Federal n° 9.985 de 2000 será utilizado o valor escritural líquido, excluindo reavaliações ou, na sua falta, o valor do investimento apresentado pelo representante de tal projeto, e II - a compensação para projetos ambientais executados após a publicação da Lei Federal n° 9.985 irá usar a referência estabelecida no item IV do artigo 1° do Decreto n° 45.175 calculada no momento da execução do projeto e corrigida com base em uma taxa de reajuste

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

pela inflação. Ademais, as leis do Estado de Minas Gerais, onde a maior parte dos empreendimentos da Companhia está localizada, exigem a constituição de uma Reserva Florestal Legal correspondente a 20% da área total da propriedade rural utilizada em nossos empreendimentos (Lei Estadual Nº 14.309, de 19 de junho de 2002, regulamentada pelo Decreto Nº 43.710, de 8 de janeiro de 2004).

Contudo, em 2012, foi aprovado o novo Código Florestal Brasileiro (Lei Nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, Conversão da Medida Provisória nº 571, de 2012) que alterou a legislação brasileira em relação ao tema, instituindo no seu artigo 12, § 7º, o seguinte:

“Não será exigida Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.”

Entretanto, como na legislação brasileira os Estados podem ter legislações específicas, estaremos aguardando uma possível revisão da legislação de Minas Gerais, em função do estabelecido no novo Código Florestal para uma correta avaliação de seus impactos nos empreendimentos localizados no Estado de Minas Gerais.

Por fim, a adoção ou implementação de novas leis e regulamentos de segurança, saúde e ambientais, novas interpretações de leis atuais, maior rigidez na aplicação das leis ambientais ou outros acontecimentos no futuro podem exigir que realizemos investimentos adicionais ou que incorramos em despesas operacionais adicionais a fim de manter nossas operações atuais, restringir nossas atividades de produção ou que adotemos outras ações que poderiam ter um efeito adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais ou condição financeira.

i) Com relação aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, uma vez que a Companhia atua apenas em território nacional.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2. Expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição aos riscos acima mencionados, caso relevantes.

Os riscos aos quais a Companhia está exposta são constantemente monitorados. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía expectativa de redução ou aumento da sua exposição aos riscos apresentados no item 4.1 que a Companhia julgasse relevantes.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre administrativos, trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

A Companhia figura como parte em processos administrativos e judiciais, os quais não são classificados como sigilosos. Em 31 de dezembro de 2013, o montante envolvido nesses processos cuja chance de perda foi avaliada como provável, era de, aproximadamente, R\$178 milhões e como possível era de, aproximadamente, R\$1,7 bilhão.

Encontram-se relacionados neste Formulário de Referência todos os processos administrativos e judiciais em andamento, nos quais a Companhia figura como parte devedora, classificados como relevantes, com a posição atualizada até 31 de dezembro de 2013. Na avaliação da relevância, a Companhia, além de se ater à capacidade do processo de impactar de forma significativa seu patrimônio, sua capacidade financeira ou seus negócios, considerou também outros fatores que poderiam influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a determinada prática da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

Os valores envolvidos são avaliados pelos advogados externos e internos, responsáveis pela condução dos processos, sendo as contingências de perda classificadas em provável, possível ou remota, considerando os critérios determinados nas normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC:

A seguir, são apresentados os detalhes dos processos administrativos e judiciais, nos quais a Companhia figura como parte, que não estão sob sigilo e que são relevantes para os negócios da Companhia em 31 de dezembro de 2013:

Processo Judicial de Natureza Administrativa	
a. juízo	Justiça Comum Estadual - 7ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte – MG Processo nº 13585359720128130024
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	30/10/2012
d. partes no processo	Autor: Cemig Distribuição S.A. Réu: Consórcio Iluminas
e. valor envolvido	R\$ 85.811.498,82
f. principais fatos	A Companhia ajuizou Ação Declaratória de Quitação Contratual cumulada com Ação de Consignação em pagamento, requerendo a consignação do valor de R\$ 3.389.391,43, referente à quitação do

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	contrato celebrado entre ela e o Consórcio Iluminas, por entender que é este o valor efetivamente devido. O aludido contrato teve por objeto executar a 2ª etapa do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos, na área de concessão da Cemig Distribuição. Em 09/11/2012, a Companhia efetuou o depósito judicial do valor incontroverso sendo que o alvará respectivo foi expedido em 11/04/2013. Entretanto, o Consórcio Iluminas formulou em sua contestação, datada de 14/03/2013, pedido contraposto que alcança o montante de R\$ 72.328.699,90, o que elevou o valor envolvido na causa para R\$ 75.718.091,33. Em 02/05/2013, a Companhia apresentou réplica à contestação, na qual requereu a extinção do processo, sem apreciação do mérito, quanto ao pedido contraposto feito na contestação apresentada pelo Consórcio Iluminas.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de Natureza Administrativa	
a. juízo	Justiça Comum Estadual - 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Belo Horizonte – MG Processo nº 135854374201281300-24
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	30/10/2012
d. partes no processo	Autor: Cemig Distribuição S.A. Réus: Consórcio Osec/QG/Canter.
e. valor envolvido	R\$ 58.620.951,31
f. principais fatos	A Companhia, em 30/10/2012, ajuizou Ação Declaratória de Quitação Contratual cumulada com restituição de valores em desfavor do Consórcio Osec/QG/Canter. O aludido contrato teve por objeto a execução da segunda etapa do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos na área de concessão da Cemig Distribuição. O valor pago

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	indevidamente pela execução do contrato é de R\$ 85.666,59. Em 13/05/2013, foi protocolada a contestação do Consórcio Osec/QG/Canter. Nessa mesma ocasião, o Consórcio Osec/QG/Canter efetuou o protocolo de reconvenção, requerendo o ressarcimento de supostos prejuízos que teria suportado em razão de supostos descumprimentos contratuais pela Companhia, os quais alcançariam o valor de R\$ 49.559.057,52, o que justifica a alteração do valor envolvido na ação. Em 16/07/2013, a Companhia apresentou contestação à reconvenção. A Companhia requereu a produção de provas pericial e testemunhal. Os autos encontram-se conclusos.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de Natureza Regulatória	
a. juízo	Justiça Comum Federal - 1ª Vara Federal de Uberlândia - MG Processo nº 20043803009397-0
b. instância	2ª instância - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 6ª Turma
c. data de instauração	25 de novembro de 2004
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réus: ANEEL e Companhia
e. valor envolvido	R\$142.496.471,96
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público Federal em face da Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda e, ainda, requerendo a condenação da Companhia no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores de baixa renda. A decisão de primeira instância foi favorável ao Ministério Público Federal. A Companhia e a ANEEL interuseram recurso de apelação perante o Tribunal Regional Federal e aguardam julgamento.
g. chance de perda	Possível.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de Natureza Regulatória	
a. juízo	Justiça Comum Federal -3ª Vara Federal de Belo Horizonte – MG Processo nº 00640307620104013800
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	27 de agosto de 2010
d. partes no processo	Autor: Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente – AMPROCOM Réus: ANEEL e Companhia
e. valor envolvido	R\$ 175.584.546,33
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública proposta pela Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente – AMPROCOM, que discute os valores das tarifas cobradas pela Companhia após 2002 e sua metodologia, requerendo, ainda, a restituição, a todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica no período de 2002 a 2009, dos valores que alegadamente lhes foram indevidamente cobrados. Não existem precedentes com relação à matéria, os efeitos da demanda irão impactar todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, podendo dar ensejo a um novo Acordo do Setor Elétrico. Este processo, que tramitava na 8ª Vara Federal de Belo Horizonte, teve a competência declinada para a 3ª vara Vara Federal de Belo Horizonte e apensados ao Processo da ADIC - Associação de Defesa dos Interesses Coletivos que tramita sob o nº 2009.38.00.027553-0 perante a 3ª Vara Federal de Belo Horizotne que tem o mesmo objeto, o qual consta da movimentação processual como sendo o processo principal, sendo também apensado o Processo nº 200938000275722 - ABC x ANEEL – CEMIG e ENERGISA. Em 03/10/2012 a Companhia peticionou requerendo a sua exclusão da lide em face de decisão ocorrida na ação da ADIC, bem como reafirmou a legitimidade passiva da

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	ANEEL. Em 14/01/2014, foi proferida a seguinte decisão que : “Julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267,VI do Código de Processo Civil (CPC), relativamente à requerida ANEEL, tendo em vista que a Justiça Federal não possui competência, por força do que dispõe o artigo 109, I, da Constituição Federal (CF), para processar e julgar ação movida contra concessionária de energia elétrica. A decisão em questão determinou a remessa dos autos para a Justiça Estadual da Comarca de Belo Horizonte/MG com a respectiva baixa na distribuição.” Contra esta decisão, a Companhia Interpôs Embargos de Declaração, que se encontram pendentes de julgamento.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de Natureza Tributária	
a. juízo	Justiça Federal - 14ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG Processo nº 20063800022523-7
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma
c. data de instauração	10 de julho de 2006.
d. partes no processo	Autor: CEMIG, Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“ <u>CEMIG GT</u> ”) Réu: Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte
e. valor envolvido	R\$119.899.951,34, sendo R\$85.882.070,46 de responsabilidade da Companhia.
f. principais fatos	No ano de 2006, a CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos seus salários, sobre a qual não foi efetuada a retenção do Imposto de Renda, uma vez que o entendimento da CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT que essa obrigação não incide sobre verbas indenizatórias. A CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT foram notificadas pela Receita Federal

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p>e pelo INSS, tendo em vista a divergência nos entendimentos. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, a CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT impetraram Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor da potencial obrigação de IRPF. Em decisão de 16 de fevereiro de 2007, o pedido de liminar foi indeferido e a segurança pleiteada foi denegada. Em maio de 2007 os autos foram remetidos à Procuradoria Regional da República para apresentação de parecer. A CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT interpuseram recurso de apelação, que foi recebido em seu efeito devolutivo e está aguardando julgamento por parte do TRF da 1ª Região. Em 08/05/2008 foi apresentado Parecer do Ministério Público Federal opinando pelo improvimento do recurso de apelação, pois considerou que o “anuênio” possui natureza patrimonial, a qual não se desfigura em razão da forma de pagamento desse benefício, pelo que deve ser tributado pelo imposto de renda. Tanto o STJ, como o TRF da 1ª Região adotam o entendimento de que não há incidência do imposto em parcelas decorrentes da supressão de vantagens por meio de acordo coletivo, uma vez que tais valores possuem caráter indenizatório.</p>
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de Natureza Tributária	
a. juízo	Justiça Comum Federal -20ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG Processo nº 20063800021839-6
b. instância	2ª - TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma
c. data de instauração	30/06/2006
d. partes no processo	Autor: CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT Réu: Superintendente Regional do INSS/MG, FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, INCRA - Instituto

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Serviço Social da Indústria – SESI.
e. valor envolvido	R\$98.932.348,38, sendo R\$70.863.372,50 de responsabilidade da Companhia.
f. principais fatos	<p>Em 2006, a CEMIG, a Companhia e a CEMIG GT pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros. Nenhum valor de contribuição à Previdência Social foi coletado em relação a esses pagamentos, uma vez que as companhias entenderam ser inaplicável o recurso. Como resultado, recebemos notificações de infração do INSS. Para evitar o risco de multas, foi impetrado Mandado de Segurança e a despeito do pedido ter sido julgado improcedente em 1ª instância, nossa análise leva em consideração a natureza indenizatória desta verba e a ausência de jurisprudência específica no TRF-1 e no STJ. Em 30 de junho de 2006, foi impetrado Mandado de Segurança com pedido de liminar visando afastar a exigência da contribuição ao INSS (parte patronal, dos empregados e SAT) e da contribuição de terceiros (FNDE, INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE) sobre os valores pagos aos empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço - Anuênio. A liminar foi indeferida. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, foi impetrado Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor das potenciais obrigações. Em 03 de março de 2008, foi publicada sentença que denegou a segurança. Em 25 de janeiro de 2008 foi interposto recurso de apelação requerendo a reforma integral da sentença, para que fosse reconhecido o direito das Apelantes de não recolherem as contribuições previdenciárias e de terceiros sobre os valores pagos a seus empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço. O juiz recebeu a apelação tempestivamente interposta no efeito devolutivo. A Apelação foi incluída na pauta de julgamento do dia 22/05/2012, tendo sido desprovida, à unanimidade. Publicado Acórdão que negou provimento à Apelação rejeitando a alegação de que a verba discutida tem natureza indenizatória, o que enseja a contribuição previdenciária patronal e empregatícia respectiva, uma vez que ela integra o salário de contribuição, advém a consequência natural de que sobre ela incidem, ainda, o adicional ao SAT, as contribuições a terceiros (SEBRAE, SESI e</p>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p>SENAI) e ao salário-educação (FNDE), exações que a jurisprudência abona por legais e constitucionais (STF, AI nº 622.981; RE nº 396.266). Por fim, restou consignado o entendimento de que o Adicional por Tempo de Serviço - anuênio deve integrar a folha de salários, atraindo também a contribuição ao INCRA, abonada pelo STJ (como CIDE) e pelo STF (como contribuição social). Opostos Embargos de Declaração pela Companhia, CEMIG e CEMIG Geração e Transmissão, requerendo o provimento dos Embargos Declaratórios, para que seja sanada a omissão quanto à diferenciação entre a verba paga pelas Embargantes nos termos do Programa de Indenização do Adicional por tempo de serviço e o Adicional por Tempo de Serviço em si, ao qual os empregados renunciaram expressamente, mediante recebimento de indenização. Em 07/02/2013 foi publicado despacho que concedeu vista aos Embargados, pelo prazo legal, tendo em vista a oposição de Embargos de Declaração com efeitos infringentes pela CEMIG. Em 26/02/2013 foi juntado aos autos a Impugnação aos Embargos de Declaração opostos pela Companhia, CEMIG e CEMIG Geração e Transmissão. Em 10/05/2013, foi publicado acórdão, no qual o Relator Desembargador Federal Luciano Tolentino houve por bem rejeitar os Embargos de Declaração opostos pelas Empresas, sob o entendimento de que não houve omissão no acórdão recorrido. Em 27/05/2013 foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial. Em 06/09/2013 foram juntadas contrarrazões protocoladas em 20/08/2013 pelo SENAI e SESI aos nossos Recursos Especial e Extraordinário.</p>
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Administrativo de Natureza Tributária

a. juízo

Secretaria da Receita Federal / SRF - Belo Horizonte – MG

Processo: 106807249192010-14

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

b. instância	1ª instância
c. data de instauração	09 de dezembro de 2010
d. partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal Réu: Companhia
e. valor envolvido	R\$ 210.238.850,15
f. principais fatos	A autuação versa sobre contribuições previdenciárias (parte da empresa) incidentes sobre as seguintes rubricas: PLR, auxílio-alimentação, auxílio-educação e adicional ao RAT. A parcela de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) paga aos empregados, bem como o auxílio-alimentação (salário " <i>in natura</i> ") merecem destaque em razão do valor e da repercussão que ocasionam, já que a autuação considerou apenas os anos de 2005 e 2006, podendo haver reflexos nos outros anos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. Em 31/07/2013, a Companhia foi intimada do acórdão da DRJ/BHE que deu parcial provimento à impugnação para excluir somente a parcela do auxílio educação. Em 30/08/2013, foi interposto recurso voluntário pela Companhia, dirigido ao CARF, contra o acórdão da DRJ/BH, objetivando a exclusão das demais parcelas.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Administrativo de Natureza Tributária

a. juízo	Secretaria da Receita Federal / SRF - Belo Horizonte - MG Processo nº 106807249212010-93
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	09 de dezembro de 2010
d. partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal Réu: Companhia
e. valor envolvido	R\$ 52.953.628,73

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	A autuação versa sobre a exigência das contribuições previdenciárias destinadas a terceiros, incidentes sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, não recolhidas até a presente data à alíquota total de 5,8%. Além das contribuições devidas às entidades de terceiros (FNDE, SENAI, SESI, SEBRAE E INCRA), a fiscalização também está exigindo contribuição ao SEST/SENAT que deveria ter sido recolhida pela Companhia, na qualidade de tomadora de serviços de transporte autônomo rodoviário (taxi). A Companhia apresentou defesa. Em 31/07/2013, a Companhia foi intimada do acórdão da DRJ/BHE que deu parcial provimento à impugnação para excluir somente a parcela do auxílio educação e alimentação. Em 30/08/2013, foi interposto Recurso voluntário pela Companhia, dirigido ao CARF, contra o acórdão da DRJ/BH, objetivando a exclusão das demais parcelas.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Administrativo de Natureza Tributária

a. juízo	Secretaria da Receita Federal / SRF - Belo Horizonte - MG Processo nº 106807262442011-29
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	04 de novembro de 2011
d. partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal Réu: Companhia
e. valor envolvido	R\$ 250.589.777,17
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração, recebido em 21 de dezembro de 2010, decorrente da suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias devidas à Seguridade Social, parte da empresa, relativas às competências de janeiro de 2005 a dezembro de 2006, incidentes sobre as seguintes rubricas: i) pagamentos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados; ii)

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p>pagamentos aos empregados a título de ticket-alimentação; iii) pagamentos aos empregados a título de ajuda de custo para formação – auxílio educação; iv) não recolhimento da alíquota adicional sobre remunerações de empregados expostos a riscos no ambiente de trabalho. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. A Companhia foi intimada, em 01/03/2013, por correio da decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Belo Horizonte em sessão realizada em 23/01/2013. Foi dado parcial provimento à impugnação somente para invalidar o lançamento feito a título de auxílio-alimentação. Quanto aos demais pontos discutidos, o lançamento foi mantido. Assim, protocolamos recurso voluntário, em 01/04/2013, a ser julgado pelo CARF, objetivando a invalidação do lançamento das demais parcelas.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia seja parte e cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia:

A Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, nos quais administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia figurem como partes contrárias.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Informações sobre processos sigilosos relevantes em que a Companhia é parte que não tenham sido divulgados nos itens acima:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é parte em processos classificados como sigilosos.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6 Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, que não estão sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes em que a Companhia é parte:

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais repetitivos ou conexos, conforme apresentados a seguir:

Processos Judiciais de Natureza Administrativa - Contratações

A Cemig Distribuição é parte em processos judiciais envolvendo reivindicações de reequilíbrio econômico financeiro de contratos de implantação relacionados ao Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos. Em 31 de dezembro de 2013 o valor envolvido nesses processos totalizava R\$ 153,7 milhões, e a chance de perda foi avaliada como “possível”, incluídos os processos citados no item 4.3.

Processos Administrativos de Natureza Tributária – Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou diversos processos administrativos contra a CEMIG, Companhia e a CEMIG GT relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados – PLR, programa de alimentação do trabalhador – PAT, auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. As Companhias apresentaram as defesas e aguardam julgamentos. Em 31 de dezembro de 2013, o montante reivindicado nesses processos, incluídos os processos citados no item 4.3, cuja chance de perda foi avaliada como “possível” totalizava, aproximadamente, R\$671 milhões, sendo R\$556 milhões de responsabilidade da Companhia e os processos em que avaliamos a chance de perda como “provável” totalizavam, aproximadamente, R\$12,5 milhões, sendo de responsabilidade apenas da Cemig e da Cemig GT.

Processos Administrativos de Natureza Tributária – Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Companhia, a CEMIG, e a CEMIG GT são partes em diversos processos administrativos cujas decisões indeferiram as compensações de créditos dos seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. As Companhias estão contestando a cobrança dos aludidos tributos pelo fisco federal. Em 31 de dezembro de 2013, os processos em que avaliamos a chance de perda como “possível”, totalizaram, aproximadamente R\$ 286,3 milhões, sendo R\$111 milhões de responsabilidade da Companhia e os processos em que avaliamos as chances de perda como “provável” totalizaram, aproximadamente, R\$ 0,059 milhão, sendo de responsabilidade da CEMIG.

Processos Administrativos e Judiciais de Natureza Tributária – ICMS sobre TUSD e demanda - ICMS sobre transações bilaterais

A Companhia e a CEMIG figuravam como coobrigadas, conjuntamente com vários consumidores, em processos tributários administrativos e judiciais envolvendo o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Estadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que versavam sobre a não incidência do ICMS sobre: (i) a Tarifa de Uso do Sistema da Distribuição (TUSD); (ii) a demanda de potência de eletricidade contratada e não utilizada; e (iii) a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia (transações bilaterais). Excepcionadas as ações ajuizadas por consumidores contra o Estado de Minas Gerais, a CEMIG e a Companhia, que alcançam aproximadamente o valor de R\$1,1 milhão, avaliadas como perda possível, a maior parte dos processos envolvendo as referidas matérias foi extinta em razão de acordo celebrado entre a CEMIG, a Companhia e o Estado de Minas Gerais, o que resultou a vultosa redução nos valores provisionados conforme especificado a seguir:

Os processos relacionados à não incidência do ICMS sobre a demanda de potência de eletricidade contratada e não utilizada, em 31 de dezembro de 2013, totalizavam, aproximadamente, R\$ 1,1 milhão, e a chance de perda foi avaliada como “possível”.

Os processos que discutem o impacto do ICMS sobre a TUSD, em 31 de dezembro de 2013, totalizavam, aproximadamente, R\$ 0,002 milhão, sendo a chance de perda avaliada como “possível”.

Os processos que discutem a incidência do ICMS sobre a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia que em 31 de dezembro de 2013, tiveram a chance de perda avaliada como “provável”, totalizavam, aproximadamente, R\$ 0,007 milhão e os processos que tiveram a chance de perda avaliada como “possível”, totalizavam, aproximadamente, R\$ 1,8 milhão.

Processos Judiciais de Natureza Cível – Processos patrimoniais e de responsabilidade civil

A CEMIG, a Cemig Geração e Transmissão e a Companhia são partes em diversos processos administrativos e judiciais, principalmente como réis, relativos a ações patrimoniais, bem como de indenização envolvendo a matéria de responsabilidade civil, decorrentes de acidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2013, os processos em que avaliamos a chance de perda como “provável” totalizaram, aproximadamente, R\$26,7 milhões, sendo R\$17,6 milhões de responsabilidade da Companhia e os processos em que avaliamos a chance de perda como “possível” totalizaram, aproximadamente, R\$122,7 milhões, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de, aproximadamente, R\$101,4 milhões.

Adicionalmente, a Companhia é ré em quatorze ações, nas quais os autores buscam indenizações por danos morais e materiais, relativas ao acidente ocorrido em 27/02/2011, na cidade de Bandeira do Sul, decorrente do lançamento de “serpentinhas metalizadas” na rede de distribuição de energia elétrica, que ocasionou um curto-circuito e o rompimento de cabos de média tensão, os quais, ao atingirem o solo, acarretaram a morte de 16 pessoas, além de dezenas de feridos. Duas ações envolvem 29 familiares de 14 das vítimas fatais e 2 feridos. Não obstante a inexistência de qualquer atitude da Companhia para a ocorrência do evento, em 31/12/2013, avaliamos a chance de perda nessas duas ações como provável, as quais totalizam aproximadamente R\$5,8 milhões. Por sua vez, o valor envolvido nas doze outras ações, que envolvem feridos, era, em 31 de dezembro de 2013, de aproximadamente, R\$3,6 milhões, e a chance de perda foi avaliada como “possível”. A maior relevância dessas ações para a Companhia não se relaciona a impactos financeiros, mas à exposição negativa de sua imagem, uma vez que o acidente foi muito divulgado pela mídia.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Processos Judiciais de Natureza Trabalhista – Obrigações trabalhistas

A Companhia, a CEMIG e a CEMIG GT são réis em diversas ações movidas por empregados próprios e empregados de empresas terceirizadas. Essas ações são relativas, de modo geral, a horas extras e adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas a terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadoria pela Forluz e ajustes salariais. De acordo com as leis do trabalho brasileiras, os reclamantes devem ajuizar ações para serviços não pagos no prazo de dois anos contados do término do contrato de trabalho (limitado a direitos que surgiram até cinco anos antes do ajuizamento da ação). Em 31/12/2013, o valor dos pleitos com chance de perda provável era de, aproximadamente, R\$ 169 milhões, sendo R\$96 milhões de responsabilidade da Companhia e com chance de perda possível era de, aproximadamente, R\$301 milhões, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de, aproximadamente, R\$273 milhões.

Processos Judiciais de Natureza Cível - Relações de Consumo

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais em assuntos relacionados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica em ações propostas por consumidores, pelo Ministério Público e por órgãos de defesa do consumidor, com demandas que versam sobre a descoberta de irregularidades na medição do consumo de energia elétrica, o corte de fornecimento por falta de pagamento de contas, acordos de parcelamento de contas, indenização por danos à propriedade devido a desconexões acidentais, indenização por danos materiais provenientes da queima de aparelhos eletrodomésticos e outros. Em 31 de dezembro de 2013, o valor envolvido nos processos em que avaliamos a chance de perda como “provável” totalizou, aproximadamente, R\$27,7 milhões e o dos processos em que avaliamos a chance de perda como “possível” totalizou, aproximadamente, R\$31,2 milhões.

Processos Judiciais de Natureza Ambiental – Áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros

A Companhia, a CEMIG e a Cemig Geração e Transmissão são partes em diversos processos administrativos e judiciais, os quais envolvem áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros. Em 31 de dezembro de 2013, os valores envolvidos nesses processos em que avaliamos a chance de perda como “provável” totalizaram, aproximadamente, R\$1,2 milhão, sendo R\$42mil de responsabilidade da Companhia e os valores dos processos em que avaliamos a chance de perda como “possível” totalizaram, aproximadamente, R\$3,7 milhões, sendo R\$1,8 milhão de responsabilidade da Companhia. Esses processos também incluem outras ações civis públicas, nas quais os valores envolvidos não podem ser apurados com precisão, tendo em vista que a maioria dessas ações está relacionada a danos ambientais e contém pedidos de indenização, recuperação de áreas degradadas e medidas compensatórias que serão definidos no curso dos processos, mediante a realização de perícias para apuração dos valores. Adicionalmente, como as ações civis públicas se referem a direitos coletivos, ações individuais podem ser ajuizadas visando reparações ou danos provenientes de decisões judiciais proferidas nas ações civis públicas.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras Contingências Relevantes não abrangidas nos itens anteriores

Todas as informações que entendemos relevantes e pertinentes a este tópico foram contempladas nos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar: a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos; b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários; c) hipóteses de cancelamento de registro; e d) outras questões do interesse dos investidores:

Não aplicável, uma vez que a Companhia é de origem brasileira e só possui valores mobiliários custodiados no Brasil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e taxas de juros

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Riscos Macroeconômicos

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas podem causar impacto direto sobre o negócio da Companhia.

O Governo Federal intervém com frequência na economia do país, e ocasionalmente realiza mudanças significativas na política monetária, fiscal e regulatória. Os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia poderão ser afetados adversamente por alterações das políticas governamentais, bem como por:

- flutuações da taxa de câmbio;
- inflação;
- instabilidade de preços;
- alterações das taxas de juros;
- política fiscal;
- demais acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a afetar o Brasil e/ou os mercados internacionais;
- controle de fluxo de capitais; e
- limites ao comércio internacional.

A inflação e certas medidas governamentais destinadas a controlá-la poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia.

No passado, o Brasil experimentou altíssimas taxas de inflação. A inflação e algumas das medidas tomadas pelo Governo Federal na tentativa de combatê-la afetariam de forma negativa e significativa a economia brasileira.

Desde a introdução do real, em 1994, a taxa de inflação no Brasil tem permanecido bem abaixo das verificadas em períodos anteriores. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), as taxas de inflação anuais brasileiras em 2011 e 2012 e 2013 foram 6,0%, 5,84% e 5,91%, respectivamente. Não se pode garantir que a inflação permanecerá nestes níveis.

Medidas futuras a serem tomadas pelo Governo Federal, incluindo aumentos da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações visando a ajustar o valor do real, poderão acarretar aumentos da inflação e, por conseguinte, ter impactos econômicos adversos sobre as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

sua situação financeira. Caso o Brasil experimente inflação alta no futuro, a Companhia talvez não consiga ajustar as tarifas que cobra de seus clientes visando compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custo.

Praticamente a totalidade das despesas operacionais de caixa da Companhia é denominada em reais e tendem a aumentar com a taxa de inflação vigente no Brasil. As pressões inflacionárias também poderão restringir sua capacidade de acesso a mercados financeiros estrangeiros ou poderão levar ao aumento da intervenção do governo na economia, inclusive com a introdução de políticas governamentais que poderiam prejudicar as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira ou afetar de maneira adversa o valor de mercado de suas ações.

Risco de taxas de câmbio

A moeda brasileira desvalorizou-se periodicamente nas últimas quatro décadas. Ao longo deste período, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e dois mercados distintos de câmbio. Embora os períodos prolongados de desvalorização da moeda brasileira, em geral, tenham correspondido à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização ao longo de períodos mais curtos resultou em flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar dos Estados Unidos e moedas de outros países.

Em 2013, o real se desvalorizou 14,69% frente ao dólar dos Estados Unidos. Considerando a volatilidade que a economia global está enfrentando, não pode ser dada nenhuma garantia de que o real se valorizará novamente ou se desvalorizará em relação ao dólar dos Estados Unidos.

Diante de tal histórico de flutuações, não é possível prever qual será a variação futura do real em relação às principais moedas no mercado de câmbio internacional. Um quadro de instabilidade cambial com eventual desvalorização do real poderá vir a prejudicar os resultados da Companhia em exercícios futuros, tendo em vista que: (i) refletirá em aumentos de gastos com despesas financeiras e custos operacionais, uma vez que a Companhia possui obrigações de pagamento relativas a financiamentos e importações indexadas à variação de moedas estrangeiras; (ii) as pressões inflacionárias causadas por desvalorizações cambiais, caso resultem em elevação abrupta dos índices inflacionários, podem ocasionar aumentos de custos e despesas operacionais da Companhia reduzindo seu fluxo de caixa operacional, se houver defasagem entre o momento da referida elevação e do reajuste anual da receita operacional da Companhia pelo IGP-M/IPCA aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica nos termos dos contratos de concessão; e (iii) a aplicação pelas autoridades monetárias brasileiras de política de aumento de juros, o que também teria efeito negativo sobre os resultados da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Se o real se desvalorizar frente ao dólar, nossas despesas financeiras relacionadas aumentarão e nossos resultados operacionais e condição

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

financeira poderão ser adversamente afetados Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía como passivo líquido exposto às taxas de câmbio o valor de R\$ 219 milhões (R\$216 milhões em 31 de dezembro de 2012).

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas decorrente das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos (como, por exemplo, aplicações financeiras) e contratos da Companhia; e (ii) passivos da Companhia, em especial dívidas com taxas de juros flutuantes (para maiores informações, veja item 10.1(f) deste Formulário de Referência). Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía quase a totalidade de equivalentes de caixa, e 38% de seu endividamento, indexados à variação da taxa de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía um passivo líquido exposto à variação da taxa de juros no valor de R\$ 1.984 milhões (R\$2.428 milhões em 31 de dezembro de 2012).

Risco de Liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica de seu fluxo de caixa, o que é fortemente impactado pela receita, pelos investimentos, pelo serviço da dívida e pela política de dividendos da Companhia. Não se pode garantir que a relativa estabilidade da receita advinda da diversificação dos clientes não será afetada por questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem o fluxo de caixa. Ademais, não se pode garantir que os recursos de financiamento serão desembolsados conforme as demandas dos projetos e que haverá recursos suficientes em caixa ou de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros. Tais fatores podem afetar adversamente o resultado operacional da Companhia.

A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa da Companhia:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(Em milhares de Reais)

	2013	2012 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	490.254	191.365
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	186.775	161.563
Amortização	416.096	392.634
Provisões para Perdas Operacionais	274.942	268.068
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	24.432	120.211
Juros e Variações Monetárias	525.905	417.571
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	(1.006)	(21.499)
Imposto de Renda e Contribuição Social	187.378	20.440
Outros	-	899
	<u>2.104.776</u>	<u>1.551.252</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	63.183	(138.783)
Concessionários – Transporte de Energia	79.893	(51.178)
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(38.587)	-
Tributos Compensáveis	(151.787)	(104.036)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(35.270)	(37.185)
Depósitos Vinculados a Litígios	(1.648)	(19.847)
Ganhos Líquidos Com Instrumentos Financeiros	21.451	-
Outros	17.286	(160.998)
	<u>(45.479)</u>	<u>(512.027)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(262.775)	363.469
Tributos e Contribuição Social	(14.573)	(18.918)
Salários e Encargos Sociais	(31.239)	(7.746)
Encargos Regulatórios	(124.591)	(37.996)
Obrigações Pós-Emprego	(129.946)	(141.418)
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(4.265)
Outros	(15.179)	(30.687)
	<u>(578.303)</u>	<u>122.439</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.480.994	1.161.664
Juros Pagos	(463.100)	(216.937)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(214.241)	(352.296)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>803.653</u>	<u>592.431</u>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	13.211	(95.861)
Em Fundos Vinculados	130.484	(128.977)
Em Intangível	(883.801)	(1.228.483)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(740.106)	(1.453.321)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.394.213	1.469.811
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.823.604)	(572.037)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(138.420)	(373.947)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	432.189	523.827

VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA **495.736** **(337.063)**

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

No início do exercício	190.233	527.296
No fim do exercício	685.969	190.233
	495.736	(337.063)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	04/08/2004
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade por ações, por meio da Lei Estadual nº 15.290/2004, como subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	25/09/2006

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico

A Companhia foi constituída em 4 de agosto de 2004, sob a forma de sociedade por ações, como subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, como resultado do processo de desverticalização da CEMIG, uma vez que a CEMIG era uma sociedade que atuava de forma integrada, concentrando as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Em referido processo, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica foram transferidos à Companhia, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços.

As operações da Companhia tiveram início em 1º de janeiro de 2005, sendo que a Companhia teve a sua abertura de capital autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 25 de setembro de 2006. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores e ela é hoje registrada na CVM como emissor categoria B, de acordo com a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Por deter 100% do capital social da Companhia, a CEMIG detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e adotar soluções que julgue necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento. A CEMIG, por sua vez, é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, constituída em 1952 para oferecer ao Estado de Minas Gerais a infraestrutura necessária para alavancar o seu desenvolvimento. Atualmente, a CEMIG atua como *holding* do Grupo CEMIG, controlando e centralizando todas as decisões do Grupo.

Segundo dados divulgados em uma pesquisa elaborada em 2011 pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica ABRADDEE, a Companhia é uma das maiores concessionárias de distribuição de energia elétrica do Brasil, por sua posição estratégica, competência técnica, tamanho de rede e mercado atendido. De acordo com informações disponibilizadas no portal da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia é atualmente a principal empresa de distribuição de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, o terceiro mercado consumidor do País, onde estão instaladas algumas das maiores empresas nas áreas de siderurgia, mineração, automobilística e metalurgia.

A Companhia tem por objeto, de acordo com o caput do artigo 2º de seu Estatuto Social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

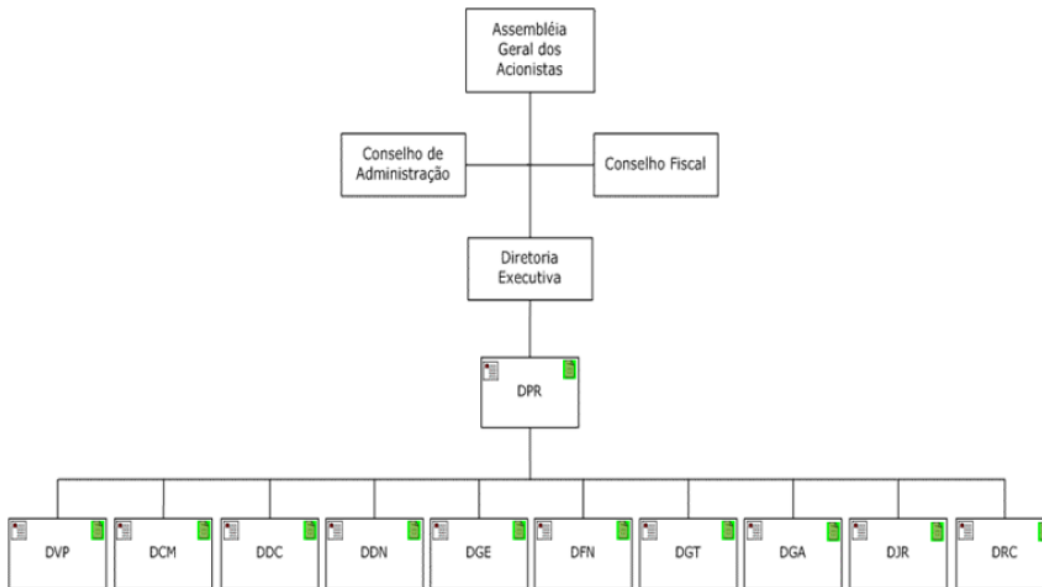
A administração da Companhia é realizada por meio de uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras.

Estrutura Organizacional

A Companhia é uma subsidiária integral da CEMIG e mantém a mesma estrutura organizacional de sua controladora, a qual é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, pela presidência, vice-

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

presidência e por nove diretorias, cujas responsabilidades são determinadas pelo Conselho de Administração, em conformidade com seus respectivos Estatutos Sociais. Desta forma, é possível padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras. Segue a estrutura organizacional da Companhia e da CEMIG na data deste Formulário de Referência:



DPR – Presidência

DVP – Diretor Vice Presidente

DCM – Diretoria Comercial

DDC – Diretoria de Distribuição e Comercialização

DDN – Diretoria de Desenvolvimento de Negócios

DGE – Diretoria de Gestão Empresarial

DFN – Diretoria de Finanças e Relações com Investidores

DGT – Diretoria de Geração e Transmissão (*)

DGA – Diretoria de Gás

DJR – Diretoria Jurídica

DRC – Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação

(*) A Companhia não possui designação específica para a Diretoria de Geração e Transmissão, que atua apenas na CEMIG Geração e Transmissão S.A.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5. Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não houve, nos últimos 3 exercícios sociais, eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, que tenham envolvido a Companhia.

A Companhia não possui controladas ou coligadas.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6. Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

A Companhia não está sujeita à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

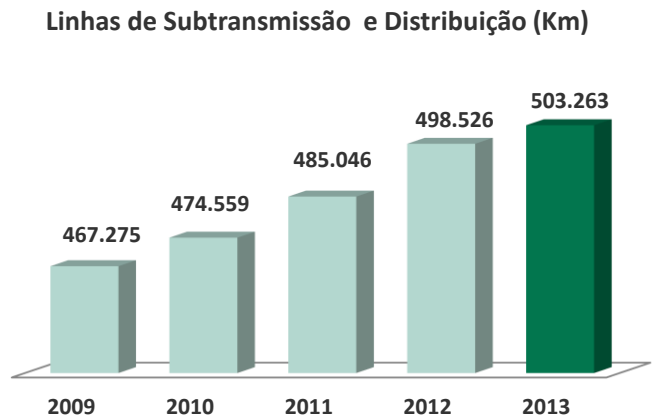
7.1. Descrição das atividades do emissor

A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 486.045 km de redes de distribuição (98.175 km em área urbana e 387.870 km de redes rurais) e 17.218 km de linhas de subtransmissão, com um número de consumidores da ordem de 7,8 milhões.

A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores da classe residencial faturados em 2013, 6.224 mil, cerca de 15,53% ou seja 967 mil são consumidores de baixa renda.



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas de subtransmissão e de distribuição da companhia nos últimos 5 anos.



7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Nossa missão, visão e valores

Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2. Informações sobre os segmentos operacionais divulgados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3. Descrição dos produtos e serviços correspondentes aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2 acima

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4. Informações sobre clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5. Descrição dos efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7.6. Informações em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7. Informações sobre o nível de sujeição do emissor em relação à regulação dos países divulgados no item 7.6 acima e o modo com que tal sujeição afeta os negócios do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8. Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

Relatório de Sustentabilidade

Em atendimento à recomendação emitida pela BM&FBOVESPA em 23/12/2011, via Comunicado Externo 017/2011-DP, a Companhia informa que publica, de forma consolidada, através da sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais, Relatório de Sustentabilidade integrado com o Relatório Anual, o qual se encontra arquivado na CVM via IPE, dentro da categoria "Relatório de Sustentabilidade", podendo também, ser acessado nos seguintes endereços:

a) No site <http://www.cemig.com.br>, na seção "a Cemig e o futuro", "sustentabilidade", item "relatórios", ou através do link:

http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/Paginas/relatorios.aspx;

b) No site <http://ri.cemig.com.br/>, na seção "sustentabilidade", item "relatórios de sustentabilidade", ou através do link:

http://ri.cemig.com.br/static/ptb/relatorios_sustentabilidade.asp?idioma=ptb

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9. Outras informações relevantes

INFORMAÇÕES REFERENTES A CLASSIFICAÇÕES E CERTIFICAÇÕES DA COMPANHIA

Prêmio Nacional da Qualidade

Em 2011, a Companhia foi reconhecida como destaque nacional no Critério “Processos” pela Fundação Nacional de Qualidade. O Prêmio Nacional da Qualidade é um ciclo de avaliação, realizado anualmente pela Fundação Nacional de Qualidade, e que reconhece as organizações que praticam a Excelência em Gestão no Brasil. São avaliados 8 critérios: Liderança, Estratégias e Planos, Clientes, Sociedade, Informações e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados.

VANTAGENS COMPETITIVAS

A Companhia possui as seguintes vantagens competitivas:

Alta confiabilidade dos ativos físicos. No entendimento da Companhia, os ativos da Companhia que integram seus sistemas elétricos de distribuição foram construídos e são mantidos e operados consoante padrões de engenharia elevados, conferindo uma alta confiabilidade aos serviços prestados pela Companhia.

Corpo gerencial e técnico com ampla experiência em distribuição de energia. Os funcionários da Companhia que ocupam cargos gerenciais e técnicos possuem, no entendimento da Companhia, ampla experiência em distribuição de energia, o que garante maior segurança na condução dos negócios da Companhia. Ademais, em seu entendimento, a Companhia possui equipes especializadas em leilões de energia elétrica, na gestão de contratos e seus riscos, bem como na gestão de ativos de distribuição, o que propicia maior segurança em suas decisões.

Forte geração de caixa operacional. A geração de caixa decorrente das atividades operacionais da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 foi de R\$ 1.613 milhões, R\$889 milhões e R\$ 1.287 milhões, respectivamente.]

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A Companhia está alinhada ao direcionamento estratégico da CEMIG, com sua atenção voltada para a maximização do valor para o acionista de forma sustentada, o aproveitamento de sinergias entre as empresas do Grupo CEMIG, a observância de políticas de governança interna e externa e a integração dos três pilares da sustentabilidade empresarial (econômico, social e ambiental).

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

A Companhia, por tratar-se de empresa que atua em setor altamente regulado, desenhou sua estratégia de modo a contemplar, concomitantemente, a excelência em investimentos, a busca contínua de aumento de sua rentabilidade com atenção permanente à gestão de riscos, à eficiência operacional, à representatividade em fóruns institucionais relevantes e ao cumprimento da legislação ambiental e da regulamentação setorial, estabelecidos no âmbito da ANEEL.

Considerando o disposto acima, são apresentados abaixo os principais objetivos estratégicos da Companhia:

Realização de investimentos prudentes, rentáveis e coerentes com seu planejamento. A ANEEL prevê revisões tarifárias quinquenais, revisões tarifárias extraordinárias e reajustes tarifários anuais. Nas revisões quinquenais, os ativos da Companhia são reavaliados, assim como seus gastos operacionais recorrentes, sendo a receita total redefinida visando à cobertura desses gastos e à remuneração regulatória dos investimentos realizados. Por esta razão, a Companhia busca sempre equacionar seus cronogramas de investimentos de modo que o seu fluxo de caixa seja maximizado, consideradas as datas de revisões quinquenais e a necessidade de atender seu mercado consumidor de forma adequada e com qualidade. Ademais, a Companhia busca sempre fazer investimentos prudentes e ao mesmo tempo rentáveis, uma vez que, durante as revisões quinquenais, a ANEEL pode não reconhecer na tarifa investimentos considerados imprudentes. A busca de redução dos custos unitários de investimentos pela Companhia também constitui fator de alinhamento com critérios apresentados pela ANEEL.

Redução nos níveis de inadimplência e de perdas comerciais de energia. A Companhia procura envidar esforços consistentes e implementar políticas objetivas para reduzir seus níveis de inadimplência e de perdas comerciais de energia elétrica, tais como furtos e fraudes.

Mitigação dos riscos de perdas financeiras na compra e venda de energia. A Companhia procura sempre reduzir os riscos na atividade de compra e venda de energia, com a formulação e revisão de estratégias e/ou táticas negociais que mitiguem perdas financeiras decorrentes do repasse não integral dos custos totais de compra de energia para as tarifas dos consumidores e/ou da aplicação de sanções estabelecidas pela legislação vigente para desvios de mercado.

Aumento da eficiência operacional. A Companhia pretende continuar implementando práticas de trabalho mais eficientes em suas atividades de distribuição, tanto na esfera administrativa, relativa a rotinas e controles de suporte, quanto na esfera operacional, relativa à operação física dos ativos.

Fortalecimento de sua imagem. A Companhia tem o objetivo de fortalecer sua imagem nos mercados em que atua e perante seus clientes e clientes em potencial, comunidade, ANEEL, governos municipal, estadual e federal, entre outros, prestando, para tanto, serviços de qualidade, com confiabilidade e agilidade, estando sempre à disposição desse público; a ideia é estabelecer uma comunicação adequada, sempre demonstrando transparência e reforçando a credibilidade da Companhia, inclusive por meio da prática de atividades de responsabilidade socioambiental.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Política de atuação junto aos órgãos reguladores com a finalidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro de suas operações. A Companhia mantém uma política consistente de atuação junto aos órgãos reguladores para, entre outras coisas, assegurar que as tarifas praticadas reflitam a obtenção da receita requerida ao equilíbrio econômico-financeiro de seus negócios, possibilitando que a Companhia cubra não só seus custos gerenciáveis regulatórios, mas também suas despesas não gerenciáveis (e.g., compra e transporte de energia, tributos e demais encargos) e a remuneração de seus ativos (retorno e depreciação), preservando, contudo, um nível tarifário que, na opinião da Companhia, seja adequado para seus consumidores.

Desenvolvimento de projetos consistentes de pesquisa e desenvolvimento. A Companhia mantém uma política de atuação junto às universidades e aos centros de pesquisa, fomentando o desenvolvimento de novas técnicas atreladas ao melhoramento das suas atividades e, conseqüentemente, melhorando a qualidade do atendimento a seus consumidores e diminuindo os custos praticados.

PADRÕES INTERNACIONAIS RELATIVOS À PROTEÇÃO AMBIENTAL

Os princípios internacionais relativos à proteção ambiental adotados pela Companhia são os mesmos adotados por sua controladora, a CEMIG. Em 2009, a CEMIG aderiu ao Pacto Global, uma iniciativa internacional voluntária desenvolvida pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de incentivar as empresas a adotar valores fundamentais relacionados à responsabilidade social.

Os dez princípios estão descritos na cartilha “Responsabilidade Social Empresarial”, distribuída aos empregados e fornecedores da CEMIG e disponibilizada em seu website. Além dos princípios, a cartilha também informa as práticas que a companhia já realiza de acordo com as diretrizes do Pacto Global, relativos à proteção ambiental.

Adicionalmente, as áreas da CEMIG podem certificar-se em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a Norma Internacional NBR ISO 14001:2004, ou adotar um Sistema de Gestão Interno denominado SGA Nível 1, desenvolvido a partir dos princípios e requisitos da Norma NBR ISO 14001 e com certificação externa.

GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E RESÍDUOS CONTAMINADOS COM BIFENILAS POLICLORADAS – PCBs

Na Companhia, os equipamentos de grande porte que continham ascarel ou bifenilas policloradas (PCBs) e data de fabricação anterior a 1981 foram retirados do sistema elétrico e encaminhados para incineração em 2001. A legislação brasileira proíbe a comercialização de PCBs desde 1981, porém permite sua utilização em equipamentos que ainda estejam em operação. Os pequenos equipamentos são identificados, retirados e encaminhados para incineração.

Encontra-se em andamento, no âmbito do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, a elaboração de Resolução Normativa (RN) que “Dispõe sobre a gestão ambientalmente adequada e controlada de Bifenilas Policloradas (PCB’s) e os seus resíduos”. A resolução prevê a gestão em duas fases principais. A primeira fase prevê a elaboração de inventário quantitativo/qualitativo, em um prazo de até 3 anos, após a publicação da RN, com o objetivo de avaliar o montante e os possíveis detentores de PCB no país. Este inventário deverá ser

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

publicado no CTF – Cadastro Técnico Federal devendo ser atualizado anualmente; A segunda fase é caracterizada pela eliminação controlada dos equipamentos, materiais e resíduos contaminados identificados no inventário citado.

Os detentores de tais equipamentos terão prazo até o ano de 2025 para retirá-los de operação/uso, bem como todos os materiais contaminados, devendo ainda destiná-los ambientalmente até 2028, conforme prazos acordados na Convenção de Estocolmo.

A minuta da RN está sendo apreciada na Câmara Técnica do CONAMA, após ter sido discutida no CONAMA criado para este fim. Houve seis reuniões do CONAMA, sendo que não houve consenso final sobre alguns pontos entre os integrantes.

A Companhia considera tais informações relevantes, sendo que o fluxograma de controle atualmente praticado na empresa poderá sofrer eventuais adequações complementares necessárias para o pleno atendimento aos requisitos da RN, o que poderá resultar em altos custos operacionais.

A Companhia tem participado das discussões através da ABRADDEE e FMASE.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL

A CEMIG cuida para que os diversos setores da sociedade estejam incluídos em seus negócios e sejam parte efetiva na condução dos mesmos. Nesse sentido, podemos citar os programas: Peixe Vivo (proteção da ictiofauna), Premiar (arborização e redes), Energia Inteligente - Conviver (redução das perdas comerciais e resgate da cidadania) e Proximidade (plano de integração com as comunidades do entorno das usinas da Cemig). Todos eles partem do princípio de que a sociedade – clientes, comunidade, ONGs, universidades e centros de pesquisa, prefeituras, órgãos ambientais, especialistas nacionais e internacionais – deve ser uma parceira na construção dos objetivos e metas organizacionais, contribuindo para definir “o que fazer” e “como fazer”. Por isso, são realizadas pesquisas de opinião para avaliar o grau de satisfação da sociedade, ações face a face, reuniões com as comunidades, workshops e oficinas. Cada programa conta com um ouvidor exclusivo, de modo a acolher os anseios e sugestões, e viabilizar a busca de soluções integradas para o melhor equacionamento dos problemas.

Outro exemplo de projeto de responsabilidade social desenvolvido pela CEMIG é o Versol, uma iniciativa em parceria com a Prefeitura de Três Marias, Minas Gerais, e o Projeto Grael, que tem a chancela da Unesco e é coordenado pelos irmãos Lars, Axel e Torben Grael. O projeto atende 150 crianças e jovens entre nove e 24 anos por semestre, matriculadas no sistema público de ensino de Três Marias, com base em iniciação esportiva, educação complementar e iniciação profissionalizante.

Na esfera cultural, em 2013, os patrocínios permaneceram alinhados à estratégia da Política de Patrocínios da Companhia, atuando em sinergia com as políticas públicas vigentes para melhoria do cenário cultural do Estado. Os dois programas da Empresa – o Cemig Cultural e o Filme em Minas, apoiaram 185 projetos, atendendo a

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

meta de regionalização da produção da Secretaria de Estado da Cultura. O total investido em Cultura, entre patrocínios incentivados por leis federais e através de doações com recurso próprio, foi de R\$ 22 milhões, acusando um aumento expressivo em relação a 2012.

RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES E CLIENTES E PRINCIPAIS CONCORRENTES

Por se tratar de uma subsidiária integral de sociedade de economia mista, indiretamente controlada pelo Estado de Minas Gerais, as contratações são precedidas de processo de licitação, disciplinado pela legislação federal e estadual, em especial pela Lei 8.666, de junho de 1993 e alterações de 1994 e 1998.

Por estar sujeita à Lei 8.666/93, que exige a observância dos princípios constitucionais (isonomia impessoalidade, publicidade) a Companhia trata seus fornecedores de forma igualitária sem segmentar as necessidades e expectativas por tipo de fornecedor. Com base nessa premissa a Companhia sintetiza essas necessidades e expectativas em: pagamento no prazo, cumprimento das cláusulas contratuais por parte da Companhia, relacionamento duradouro e transparente e reconhecimento da qualidade para seus produtos e serviços.

O mercado da Companhia é composto pelos consumidores de energia elétrica dos 774 municípios da sua área de concessão em Minas Gerais, segmentados em clientes cativos, que mantêm relacionamento comercial com a concessionária de forma integral, com tarifas reguladas pelo poder concedente, e clientes livres e livres especiais, que compram energia elétrica no mercado, devendo, entretanto, pagar pelo acesso ao sistema de distribuição a que estejam conectados. A classificação do mercado de clientes cativos, por classe de consumo e nível de tensão de fornecimento, é estabelecida por legislação: clientes industriais, residenciais, comerciais/serviços, rurais, poder público, iluminação pública, serviço público e consumo próprio. Com o objetivo de fortalecer o relacionamento comercial com seus clientes, a Companhia realiza uma segmentação de seu mercado. A prestação de serviço de fornecimento de energia é regulamentada pela ANEEL, que define os níveis de qualidade e os critérios de fornecimento do serviço aos clientes e estabelece contratos de concessão com a Companhia, que limitam sua área de atuação. Dessa forma, os clientes existentes e os potenciais, que estejam dentro da área de concessão, são os clientes alvo.

Em 2013 os maiores grupos empresariais da Companhia com relação a receita, estão apresentados na tabela abaixo:

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Grupo Empresarial	Segmento
Vale	Extrativa Mineral
Gerdau	Siderurgia
Copasa	Água e Esgoto
Fiat	Veículos Automotores
Votorantim	Metalurgia Metais Não Ferrosos, Minerais Não Metálicos
ArcelorMittal	Siderurgia
White Martins	Produtos Químicos
Samarco	Extrativa Mineral
CBMM	Ferroligas
MinasLigas	Ferroligas

INFORMAÇÕES SOBRE MARCAS E PATENTES E DESCRIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS EM DESENVOLVIMENTO

Apesar de a Companhia não depender de patentes, licenciamentos ou contratos de royalties para o desenvolvimento de suas atividades, a marca “CEMIG Distribuição” é um ativo estratégico. Os níveis de conhecimento dos clientes e dos mercados a respeito da marca e dos produtos da organização para todos os segmentos são identificados e avaliados por meio da “Pesquisa para Avaliação da Marca CEMIG”, coordenada pela área de Comunicação Empresarial da Companhia. Essa pesquisa é realizada anualmente, desde 2007, sendo conduzida pela consultoria Brand Finance. Essa pesquisa permite avaliar o nível de conhecimento dos clientes a respeito da marca e, por meio dos resultados dessa pesquisa, a Companhia obtém subsídios para gerar ações de manutenção ou melhoria da sua marca frente a seus clientes e à sociedade. A Companhia entende que a metodologia dessa pesquisa está alinhada com as melhores práticas existentes no mercado brasileiro e internacional.

A Companhia busca acompanhar a evolução tecnológica do setor elétrico. Nesse sentido, citamos o desenvolvimento do sistema de geoprocessamento, o qual permite que uma reclamação de falta de energia, feita por meio do sistema “Fale com a CEMIG”, chegue à equipe de campo em cerca de 30 segundos, e o software “GEMINI”, que possibilita definir a melhor maneira de elaborar o traçado da rede de distribuição, proporcionando economia e agilidade. Além disso, a Companhia acredita ser uma das pioneiras na utilização do óleo vegetal em transformadores.

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Em novembro de 2013, a Companhia contava com 6.055 funcionários. As principais políticas da área de Recursos Humanos são: [

- (i) Desenvolvimento de pessoas;
- (ii) Administração de pessoas;
- (iii) Promoção da segurança do trabalho, da saúde e do bem estar dos empregados; e

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

(iv) Respeito às relações sindicais.

A Companhia também adota diversos processos de recursos humanos, destinados a promover o desenvolvimento e o bem-estar de seus funcionários, entre os quais se destacam: implementação de programas de treinamento e desenvolvimento de pessoas, manutenção de um plano de cargos e remuneração, gestão sucessória, manutenção de um programa de auxílio à educação e incentivo à pós-graduação e à mobilidade interna.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8.1. Descrição do Grupo Econômico

a) controladores diretos e indiretos

A Cemig Distribuição S.A. é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), que detém 100% de seu capital social. A CEMIG, por sua vez, é controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Para maiores detalhes consulte item 8.1 do Formulário de Referência da Cemig H.

b) controladas e coligadas;

A Companhia não possui controladas e coligadas.

c) participações do emissor em sociedades do grupo:

A Companhia não possui participação societária em nenhuma sociedade do grupo econômico em que se insere.

d) participações de sociedades do grupo no emissor

Além da CEMIG, não há sociedades participantes do grupo em que a Companhia se insere que possuam participação na Companhia.

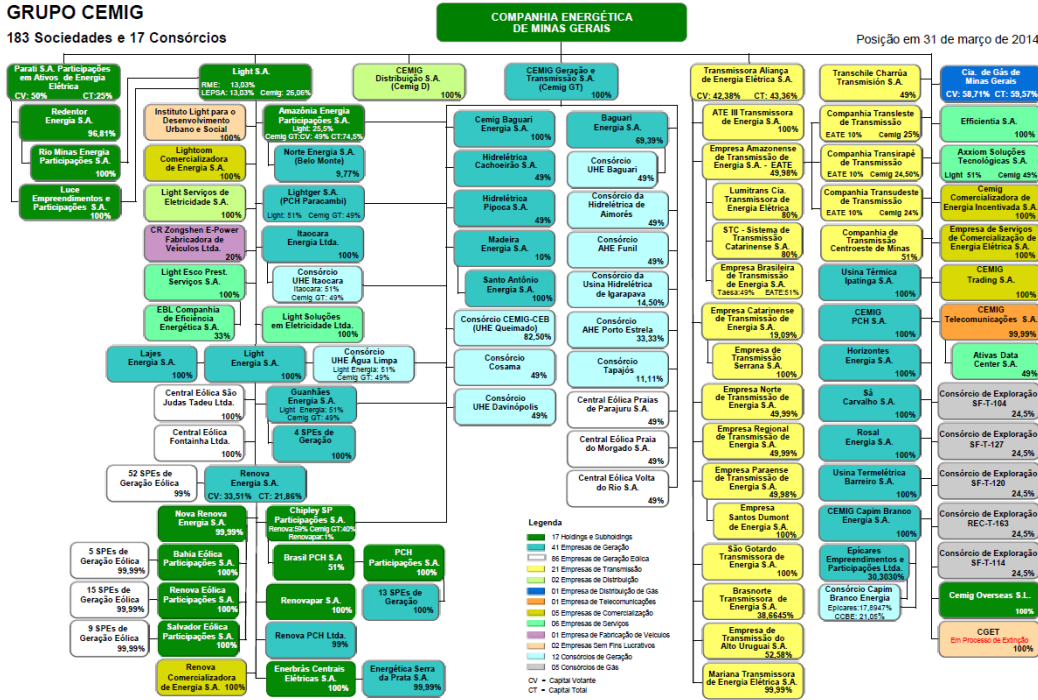
e) sociedades sob controle comum

A CEMIG, controladora direta da Companhia, detém participação direta em várias sociedades. Ver item 8.2 deste Formulário de Referência.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2. Organograma do Grupo Econômico

Abaixo, apresentamos o organograma do grupo econômico da Companhia em 31 de março de 2014:



8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três anos de exercícios sociais, não houve, no grupo econômico da Companhia, quaisquer operações de reestruturação societária.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4 -Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados*****Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

A Companhia é registrada como emissora da Categoria B e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

A Companhia é registrada como emissora da Categoria B e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades***Justificativa para o não preenchimento do quadro:***

A Companhia é registrada como emissora da Categoria B e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
---------------------------------------	---------------------	-------------------	--------------------------	---------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
---------------	--------------------	---------	---	------------------------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Documento ainda não preenchido!

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2 – Outras informações relevantes

A Companhia não possui outras informações que julgue relevantes para este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Os diretores devem comentar:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Os diretores da Companhia entendem que o ano de 2013, mesmo com os desafios de um cenário de revisão tarifária da Companhia, a execução de um programa de investimentos ambicioso e a constante busca de oferecer um atendimento de qualidade aos consumidores, conseguiram, apresentar um lucro de R\$490 milhões em 2013, superior em 156,19% ao lucro de 2012, no valor de R\$191 milhões. Isto se deve a fato de buscar a melhoria de eficiência operacional da Companhia, com redução de custos, maior eficiência nos processos e prudência nos investimentos, em conformidade a lógica regulatória. Eles entendem que estas ações e a disciplina de investir em ativos que agreguem valor certamente têm contribuído de forma significativa para o crescimento da Companhia.

Os diretores confiam em um ambicioso Programa de Investimentos para o período de 2013 a 2017, cerca de R\$3,7 bilhões, estando prevista a ligação de 1,2 milhão de novos consumidores no mesmo período. Em 2013 já foi executado R\$ 884 milhões do Programa, com a ligação de mais de 200 mil novos consumidores.

O baixo nível dos reservatórios das usinas no final de 2013 e início de 2014 elevaram os preços de energia no mercado atacadista para valores superiores a R\$800,00/Mwh, o que pressiona o caixa das empresas distribuidoras, que passam a ter um custo expressivo com aquisição de energia. Nessa situação torna-se imprescindível o apoio do Governo Federal e agentes reguladores na construção de soluções que mantenham o equilíbrio econômico-financeiro das empresas do setor e a viabilização da liquidação financeira das transações entre distribuidores e geradores de energia elétrica.

Nesse contexto, os diretores da Companhia estão confiantes que visão estratégica da Companhia, baseada nos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, de como devem fazer a gestão dos diversos empreendimentos que estão sendo levado a cabo irá proporcionar aos acionistas da Companhia o retorno adequado e atrativo dos investimentos realizados.

O resultado de 2013 foi impactado pelo maior custo com compra de energia elétrica, tendo em vista a queda do nível dos reservatórios das usinas, gerando o consequente despacho das usinas térmicas, cujo custo é muito mais alto e refletiu-se nas despesas da Companhia.

A Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”) está em discussão com a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) das questões relacionadas ao processo de revisão tarifária, destacando-se as questões relacionadas à eficiência operacional e prudência nos investimentos. Os Diretores tem a consciência dos desafios impostos de tornar a Companhia mais eficiente, com uma gestão adequada de custos e uma gestão de investimentos que atenda aos critérios de prudência estabelecidos pelo Regulador.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2013, por um endividamento de R\$5,2 bilhões, sendo 22% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 78% representado por dívidas de longo prazo, e em 31 de dezembro de 2012, por um endividamento de R\$4,6 bilhões, sendo 84% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 16% representado por dívidas de longo prazo. Essa concentração no curto prazo decorreu do reconhecimento de 26% da dívida da Companhia no passivo circulante, por não se ter obtido, antes do encerramento das Demonstrações Contábeis, o consentimento formal (“*waiver*”) de que os credores não irão exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, da dívida em função da quebra de *covenant* ocorrida. A Companhia obteve posteriormente os consentimentos, mas como esse fato ocorreu em data posterior a 31 de dezembro de 2012, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas foram reconhecidos no Passivo Circulante. O montante transferido para o Passivo Circulante em decorrência das cláusulas restritivas não atendidas foi de R\$1.206 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, havia um endividamento de R\$3,5 bilhões, sendo 18% deste montante representados por dívidas de curto prazo e 82% representados por dívidas de longo prazo. Em vista disso, o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional para implementar e executar seu plano de investimento.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (patrimônio líquido mais dívida líquida). Entendemos como dívida líquida o somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM (Títulos e Valores Mobiliários).

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$2.493 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 4.474 milhões. O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$2.194 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$4.318 milhões. Já em 31 de dezembro de 2011 o patrimônio líquido da Companhia era de R\$2.618 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$2.979 milhões respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis adequados, sendo 64% em 31 de dezembro de 2013, 66% em 31 de dezembro de 2012 e 53% em 31 de dezembro de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

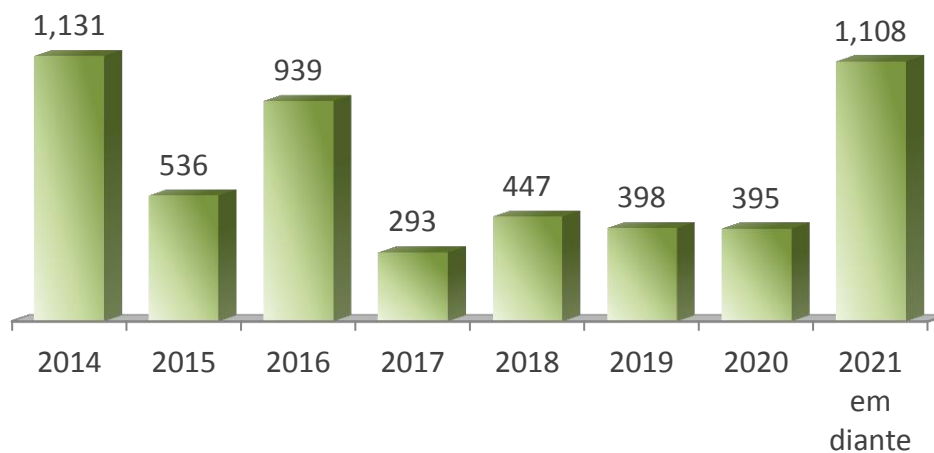
c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo LAJIDA, que alcançou, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$1.287 milhões, em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$889 milhões e em 31 de dezembro de 2011, foram gerados R\$1.613 milhões.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$686 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$190 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$527 milhões em 31 de dezembro de 2011. .

Por outro lado, a dívida líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa e TVM) da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$4.474 milhões, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$4.318 milhões e em 31 de dezembro de 2011 era de R\$2.979 milhões. O indicador de 2013 indica que 4 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Já o indicador de 2012 indica que cerca de 5 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor, enquanto o indicador de 2011 indica que 2 anos seriam suficientes. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros. Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total de R\$5.248 milhões, está escalonada ao longo dos anos, com 55,26% vencendo em 4 anos e com prazo médio de 4,7 anos, conforme gráfico abaixo:



Saldo da dívida em Milhões de reais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores destacam que a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

- 1ª emissão de debêntures simples, em 01/06/2006, no valor de R\$250,5 milhões destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;
- 1ª emissão de notas promissórias, em 27/07/2006, no valor de R\$300 milhões, destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro de 2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano;
- 2ª emissão de notas promissórias, em 02/01/2007, no valor de R\$200 milhões, destinados a recomposição do caixa da Companhia utilizado nos pagamentos de dívidas ocorridos a partir de agosto de 2006 até o recebimento dos recursos e ao pagamento das dívidas vincendas até o final do ano;
- 3ª emissão de notas promissórias, em 29/06/2007, no valor de R\$400 milhões, destinados para (i) recomposição do caixa utilizado nos pagamentos de principal de dívidas da Companhia, pagamentos estes ocorridos entre janeiro de 2007 e a data da liberação dos recursos, estimados em R\$297 milhões, dos quais se destaca o pagamento do principal da 2ª emissão de notas promissórias da Companhia, no valor de R\$200 milhões; e (ii) pagamento de principal das dívidas vincendas até o final do ano, limitado a R\$103 milhões;
- 2ª emissão de debêntures simples, em 15/12/2007, no valor de R\$400 milhões, destinados ao pagamento parcial do saldo devedor remanescente das notas promissórias emitidas no âmbito da 3ª emissão de notas promissórias da Companhia;
- 4ª emissão de notas promissórias, em 28/12/2011, no valor de R\$100 milhões destinados à reforço de capital de giro;
- 5ª emissão de notas promissórias, em 02/07/2012, no valor de R\$640 milhões, destinados ao financiamento de investimentos, já realizados ou a serem realizados pela Companhia, pagamento de dívida(s) contraída(s) pela Companhia e/ou reforço do capital de giro da Companhia;
- 6ª emissão de notas promissórias, em 21/12/2012, no valor de R\$600 milhões, destinados à reposição do caixa em função de investimentos e pagamentos de dívidas realizados pela Companhia ao longo do ano de 2012; e
- 3ª emissão de debêntures simples, em 15/02/2013, no valor de R\$2.160 milhões, destinados resgate das 64 Notas Promissórias da 5ª Emissão e das 60 Notas Promissórias da 6ª Emissão, bem como para o investimento em obras destinadas a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ampliar, renovar e melhorar a estrutura de distribuição de energia elétrica da Companhia.

O passivo circulante era de R\$3.300 milhões em 31 de dezembro de 2013, de R\$6.250 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$2.605 milhões em 31 de dezembro de 2011. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos e encargos regulatórios.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Em março de 2013, a Companhia concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em 2013, A Cemig D, prorrogou também parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito no valor de R\$600 milhões, contratadas via cédulas de crédito comercial com o Banco do Brasil.

Em 2012, foram captados R\$1.649 milhões pela Companhia, sendo R\$200 milhões (incluindo valor com custo de captação) através da emissão de uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil para o refinanciamento de dívidas existentes, R\$1.240 milhões através de duas emissões de notas promissórias comerciais para financiamento de investimentos, pagamentos de dívidas e/ou reforço de capital de giro, R\$34 milhões através dos contratos de financiamento da Eletrobrás para o Programa Luz Para Todos, Programa Cresceminas e o Programa Reluz e R\$175 milhões de recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda e com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia recorreu ao mercado de capitais ao final de 2011, emitindo R\$100 milhões em notas promissórias para reforço de capital de giro. Ao longo do ano de 2011, foram captados R\$410 milhões em empréstimos e R\$116 milhões em financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$291 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia é uma subsidiária integral da CEMIG, sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, está sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, *commercial papers*, *eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- financiamento para importação;
- financiamento de agências multilaterais;
- financiamentos de órgãos de fomento; e
- empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de hedge não represente risco financeiro material para a Companhia.
- Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG. A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / LAJIDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de *rating* e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes, pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A ANEEL, órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da distribuição.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$5.248 milhões, sendo R\$4.474 milhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$4.610 milhões, sendo R\$4.319 milhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$3.511 milhões, sendo R\$2.979 milhões a dívida líquida.

Para fins deste Formulário de Referência, “Dívida Líquida” significa uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, consistindo no somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM. Importante ressaltar que Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelos IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades. A Companhia divulga Dívida Líquida porque a utiliza para medir o seu nível de endividamento. Para mais detalhes, vide seção 3.9 deste formulário.

O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (5,68% ao ano a preços constantes em 31 de dezembro de 2013. 5,41% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2012 e 7,71% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2011), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 30 de dezembro de 2013, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: CDI (38% do total), IGPM (8% do total) e IPCA (47% do total) e 7% referente a outros indexadores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para uma qualidade de crédito satisfatória da Companhia:

	31 de Dezembro de		
	2013	2012	2011
Endividamento do Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	2,11	2,10	1,34
Dívida Líquida / LAJIDA ⁽²⁾	3,48	4,86	1,85
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) ⁽³⁾	64%	66%	53%

Fonte: Companhia

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo / patrimônio líquido

(2) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa menos TVM.

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 (valores expressos em R\$ mil):

Financiadores	2013						2012	01/01/2012
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	-	-	-	25.603	46.989
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	3.583	28.762	32.345	26.832	34.826
KFW	2016	4,5	EUR	2.128	4.256	6.384	7.111	8.027
Dívida em Moeda Estrangeira				5.711	33.018	38.729	59.546	89.842
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	5.213	10.628
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	-	-	-	101.213	104.050
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do	R\$	101.744	-	101.744	202.541	306.220

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

			CDI					
Banco do Brasil S.A	2013	10,83*	R\$	-	-	-	793.153	706.796
Banco do Brasil S.A	2012	109,8 do CDI	R\$	-	-	-	-	99.114
Banco do Brasil S.A	2014	98,5% do CDI*	R\$	384.045	-	384.045	475.889	436.637
Banco do Brasil S.A	2015	99,5% do CDI	R\$	(2.115)	214.584	212.469	-	-
Banco do Brasil S.A	2016	104,25 do CDI	R\$	-	634.428	634.428	-	-
Banco do Brasil S.A	2017	108,33 % do CDI	R\$	10.428	198.183	208.611	206.186	-
Banco do Brasil S.A	2013	104,08 do CDI	R\$	-	-	-	664.075	-
Banco do Brasil S.A	2012	106% do CDI*	R\$	-	-	-	-	99.779
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	37.795	74.729
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	25.459	51.810
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	62.893	128.256
Bradesco S.A.	2013	103,00 do CDI	R\$	-	-	-	600.813	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	81.969	252.121	334.090	390.115	428.238
Grandes Consumidores (4)	2018	Diversas	R\$	3.819	2.888	6.707	6.867	6.366
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	12.535	25.112
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	33.690	68.300
Dívida em Moeda Nacional				579.890	1.302.204	1.882.094	3.618.437	2.546.035
Total de Empréstimos e Financiamentos				585.601	1.335.222	1.920.823	3.677.983	2.635.877
Debêntures (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	31.988	410.284	442.272	-	-
Debêntures (3)	2021	IPCA + 4,7	R\$	53.395	1.134.893	1.188.288	-	-
Debêntures (3)	2025	IPCA + 5,1	R\$	34.509	676.871	711.380	-	-
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.702	559.281	560.983	530.287	502.648
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	424.172	-	424.172	401.360	372.697
Total de Debêntures				545.766	2.781.329	3.327.095	931.647	875.345
Total Geral Consolidado				1.131.367	4.116.551	5.247.918	4.609.630	3.511.222

- (1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88% ao ano.
- (2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.
- (3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (4) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das seguintes empresas: CMM : IGPDI+ 6%; Mineradora Serra da Fortaleza: IGPDI+ 6% ; MANNESMANN : TR+9%

*O circulante compõe-se de Juros provisionados no período e Custo de captação a serem apropriados no resultado em 12 meses.

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira. Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2013 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2013, era superior a R\$ 50 milhões):

I – Banco do Brasil S.A.

Cédula de Crédito Comercial 20/04724-X e Nota de Crédito Comercial 20/04723-1

Em abril de 2011, a Companhia realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$410 milhões, a uma taxa equivalente a 98,5% do CDI, com vencimento em abril de 2014. Foi emitida uma Cédula de Crédito Comercial no valor de R\$210,0 milhões e uma Nota de Crédito Comercial no valor de R\$200,0 milhões, com garantia por duplicata e aval da CEMIG, respectivamente. O saldo devedor total dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2013 era de R\$384,0 milhões.

Cédula de Crédito Bancário 306.401.055

Em maio de 2012, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$200 milhões, a uma taxa 108,33% do CDI, com vencimento em 28 de maio de 2017, cujos recursos foram destinados ao financiamento de investimentos, já realizados ou a serem realizados pela Companhia, pagamento de dívida(s) contraída(s) pela Companhia e reforço do capital de giro. Essa Cédula contou com o aval da CEMIG e possui as cláusulas usuais de vencimento antecipado. O saldo desta Cédula em 31 de dezembro de 2013 era de R\$208,6 milhões.

Cédula de Crédito Bancário 21/00805-1

Em fevereiro de 2013, a Companhia realizou com o Banco do Brasil uma operação de crédito na modalidade de crédito agroindustrial, amparada pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil – Capítulo 6 (Recursos) – Seção 4 (Poupança Rural), no valor de R\$200 milhões, a uma taxa pré-fixada de 99,50% do CDI, com vencimento em janeiro de 2015. Foram emitidas Cédulas de Crédito Bancário, com garantia por duplicata. O saldo devedor total dessas Cédulas em 31 de dezembro de 2013 era de R\$212,5 milhões.

II - Eletrobrás

O Programa Luz para Todos, um programa do Governo Federal que visa à Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica no Campo, é um dos Projetos Estruturadores do Governo de Minas Gerais e está em implantação pela Companhia. O programa foi instituído com o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas na área rural do Brasil. No âmbito desse Programa foram celebrados com a Eletrobrás

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

os seguintes contratos de financiamento e concessão de subvenção, cuja garantia ofertada foi a vinculação da receita da Companhia:

Contrato ECFS-005/2005

Contrato celebrado em abril de 2006, no valor total de R\$ 375,9 milhões, sendo R\$172,7 milhões provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$203,2 milhões provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Foram celebrados três aditivos a esse contrato: o primeiro, em julho de 2007, alterando o valor do contrato para R\$466,6 milhões, sendo 214,4 milhões com recursos provenientes da RGR e 252,2 milhões provenientes da CDE; o segundo, dezembro de 2008, alterando as cláusulas de disponibilização e de encerramento do crédito; o terceiro, em outubro de 2010, alterando o cronograma físico-financeiro, bem como a data de encerramento do crédito para 31/12/2010. Sob esse contrato, foram liberadas em 4 parcelas, perfazendo o valor total de R\$419,9 milhões, sendo R\$192,9 milhões com recursos da RGR e R\$227,0 milhões com recursos da CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do término da carência (junho/2008), com vencimento final em junho de 2018. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$53,4 milhões.

Contrato ECFS-227/2008

Contrato celebrado em agosto de 2008, no valor total de R\$321,5 milhões, sendo R\$147,7 provenientes da Reserva Global de Reversão – RGR (valor financiado) e R\$173,8 provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (valor subvencionado). Em agosto de 2010, foi celebrado um aditivo a esse contrato que, dentre outras modificações, alterou o valor proveniente da RGR para R\$188,3 milhões. Sob esse contrato, foram liberadas duas parcelas totalizando 94,2 com recursos do RGR (valor financiado) e R\$110,8 milhões com recursos do CDE. Sobre o valor subvencionado (CDE) incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado (RGR) incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do término da carência (outubro/2010), com vencimento final em novembro de 2020. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$55,1 milhões.

Contrato ECFS-294/2010

Contrato celebrado em agosto de 2010, no valor total de R\$165.951.550,00, sendo R\$76.248.010,00 com recursos da RGR (valor financiado) e R\$89.703.540,00, com recursos da CDE (valor subvencionado). Em junho de 2011, foi celebrado um aditivo alterando o cronograma físico-financeiro, a data do encerramento do crédito e a forma da comprovação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do crédito. Sob este contrato já foram liberadas 3 parcelas, totalizando R\$53,4 milhões com recursos da RGR e R\$62,8 milhões da CDE. Sobre o valor da CDE incide uma taxa de administração de 1% ao ano e sobre o valor financiado da RGR incidem encargos sobre o saldo devedor corrigido de 5% ao ano, acrescidos 1% ao ano a título de taxa de administração. A amortização se dará em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir do término da carência (que ocorrerá em setembro de 2013), com vencimento final em setembro de 2023. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$53,2 milhões.

III – Debentures

Em junho de 2006, a Companhia concluiu a 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 23.042 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, com valor nominal unitário de R\$10.871,60 (dez mil oitocentos e setenta e um reais e sessenta centavos) na data de emissão, qual seja, 01 de junho de 2006, totalizando R\$250,5 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados para a permuta das debentures da 3ª Emissão de debêntures simples da Cemig H. Os juros remuneratórios foram IGPM +10,5% a.a. com prazo de vencimento de 8 anos a contar da data de emissão, com vencimento em 2014. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$424,2 milhões.

Em dezembro de 2007, a Companhia concluiu a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de dezembro de 2007, totalizando R\$400 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à rolagem de dívida. Os juros remuneratórios foram IPCA + 7,96% a.a. com prazo de vencimento de 10 anos a contar da data de emissão, com vencimento em 2017. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$561 milhões.

Em março de 2013, a Companhia concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série a 100% do CDI + 0,69% a.a., 1.095.508 debêntures da segunda série a IPCA + 4,70% e 653.675 debêntures da terceira série a IPCA + 5,10%, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$2.341,9 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação da dívida

Cerca de 62% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da CEMIG e cerca de 27% da dívida são garantidos por recebíveis da Companhia.

iv) restrições impostas à Companhia

Em 31 de dezembro de 2013, já haviam se encerrado todos os contratos financeiros celebrados com o Banco Santander e o Banco Itaú BBA que estavam sujeitos a covenants financeiros (cláusulas financeiras restritivas), as quais obrigavam a CEMIG a manter certos índices dentro de limites estabelecidos contratualmente, sob pena do credor exigir o vencimento antecipado da dívida.

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos contratados pela Companhia junto à Eletrobrás têm como limites de utilização a capacidade de comprovação da aplicação dos recursos nos prazos contratados. Os Diretores entendem que a Companhia não terá dificuldades em comprovar a aplicação dos recursos contratados e informam que os contratos de financiamento da Eletrobrás em fase de desembolso apresentavam ao final de 2013 um percentual de 86% de recursos desembolsados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Em Reais mil	2013	AV%	2012 Reapresentado	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	685.969	5,49	190.233	1,61	260,59
Títulos e Valores Mobiliários	79.642	0,64	78.626	0,67	1,29
Consumidores e Revendedores	1.216.412	9,73	1.357.518	11,52	(10,39)
Concessionários – Transporte de Energia	221.977	1,78	299.718	2,54	(25,94)
Tributos Compensáveis	287.284	2,30	121.387	1,03	136,67
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	156.443	1,25	118.782	1,01	31,71
Fundos Vinculados	1.772	0,01	132.256	1,12	(98,66)
Estoques	32.140	0,26	35.988	0,31	(10,69)
Contribuição de Iluminação Pública	70.475	0,56	68.898	0,58	2,29
Reembolso Subsídios Tarifários	136.026	1,09	-	-	-
Subvenção Baixa Renda	26.886	0,22	46.879	0,40	(42,65)
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	-	20.445	0,17	(100,00)
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	38.587	0,31	-	-	-
Outros	194.961	1,56	332.578	2,82	(41,38)
TOTAL DO CIRCULANTE	3.148.574	25,19	2.803.308	23,80	12,32
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	8.008	0,06	22.235	0,19	(63,98)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	897.686	7,18	910.524	7,73	(1,41)
Tributos Compensáveis	334.849	2,68	348.959	2,96	(4,04)
Depósitos Vinculados a Litígios	853.961	6,83	852.313	7,24	0,19
Consumidores e Revendedores	180.307	1,44	220.315	1,87	(18,16)
Concessionários - Transporte de Energia	8.288	0,07	10.440	0,09	(20,61)
Outros Créditos	81.563	0,65	74.994	0,64	8,76
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	5.063.802	40,52	4.757.735	40,39	6,43
Intangíveis	1.920.898	15,37	1.778.817	15,10	7,99
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.349.362	74,81	8.976.332	76,20	4,16
ATIVO TOTAL	12.497.936	100,00	11.779.640	100,00	6,10

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em Reais mil	2013	AV%	2012 Reapresentado	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	585.601	4,69	2.954.010	25,08	(80,18)
Debêntures	545.767	4,37	931.647	7,91	(41,42)
Fornecedores	853.825	6,83	1.116.600	9,48	(23,53)
Impostos, Taxas e Contribuições	331.217	2,65	364.482	3,09	(9,13)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	245.127	1,96	119.947	1,02	104,36
Salários e Encargos Sociais	129.469	1,04	160.708	1,36	(19,44)
Encargos Regulatórios	125.534	1,00	238.048	2,02	(47,27)
Participações nos Lucros	81.776	0,65	56.809	0,48	43,95
Obrigações Pós-Emprego	99.022	0,79	37.114	0,32	166,80
Contribuição de Iluminação Pública	127.576	1,02	111.489	0,95	14,43
Outras	175.091	1,40	158.694	1,35	10,33
TOTAL DO CIRCULANTE	3.300.005	26,40	6.249.548	53,05	(47,20)
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	1.335.223	10,68	723.973	6,15	84,43
Debêntures	2.781.328	22,25	-	-	-
Provisões	181.705	1,45	104.986	0,89	73,08
Obrigações Pós-Emprego	1.669.146	13,36	1.783.959	15,14	(6,44)
Impostos, Taxas e Contribuições	598.215	4,79	579.523	4,92	3,23
Encargos Regulatórios	109.944	0,88	122.021	1,04	(9,90)
Outras	29.512	0,24	21.851	0,19	35,06
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.705.073	53,65	3.336.313	28,32	100,97
TOTAL DO PASSIVO	10.005.078	80,05	9.585.861	81,38	4,37
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.261.998	18,10	2.261.998	19,20	-
Reservas de Lucros	427.805	3,42	201.151	1,71	112,68
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(196.945)	(1,58)	(269.370)	(2,29)	(26,89)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.492.858	19,95	2.193.779	18,62	13,63
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.497.936	100,00	11.779.640	100,00	6,10

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2013 em comparação a 2012 são como segue:

- Aumento de 260,59% no saldo de caixa e disponibilidade de caixa em função do aumento do lucro em 2013, com maior entrada de caixa no período;
- Saldo de reembolso de subsídios tarifários no valor de R\$136 milhões em 2013 referente valores a serem repassados pela Eletrobrás em função de consumidores de baixa renda e outros tipos de subsídios;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Redução de 70,90% nos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures no circulante em função principalmente de transferências para o longo prazo de saldos transferidos para o curto prazo no ano anterior em função de quebras de cláusulas restritivas dos contratos. Essa transferência ocorreu em função da obtenção dos consentimentos dos credores em 2013; e
- Redução de 98,66% no saldo da conta fundos vinculados em decorrência da compensação da liquidação de compra de energia na CCEE ter ocorrido dentro do mês de dezembro do corrente ano, enquanto que, em 2012, a compensação desta liquidação apenas ocorreu no mês de janeiro de 2013.

Em Reais mil	2012	AV%	2011 Reapresentado	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	190.233	1,61	527.296	5,03	(63,92)
Títulos e Valores Mobiliários	78.626	0,67	5.000	0,05	1.472,52
Consumidores e Revendedores	1.357.518	11,52	1.602.291	15,29	(15,28)
Concessionários – Transporte de Energia	299.718	2,54	247.049	2,36	21,32
Tributos Compensáveis	121.387	1,03	118.960	1,14	2,04
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	118.782	1,01	81.597	0,78	45,57
Fundos Vinculados	132.256	1,12	3.279	0,03	3.933,42
Estoques	35.988	0,31	26.671	0,25	34,93
Contribuição de Iluminação Pública	68.898	0,58	62.889	0,60	9,55
Subvenção Baixa Renda	46.879	0,40	920	0,01	4.995,54
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	20.445	0,17	-	-	100,00
Outros	332.578	2,82	257.187	2,45	29,31
TOTAL DO CIRCULANTE	2.803.308	23,80	2.933.139	27,99	(4,43)
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	22.235	0,19	-	-	100,00
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	910.524	7,73	499.092	4,76	82,44
Tributos Compensáveis	348.959	2,96	247.350	2,36	41,08
Depósitos Vinculados a Litígios	852.313	7,24	832.466	7,95	2,38
Consumidores e Revendedores	220.315	1,87	61.822	0,59	256,37
Concessionários - Transporte de Energia	10.440	0,09	11.931	0,11	(12,50)
Outros Créditos	74.994	0,64	70.171	0,67	6,87
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	4.757.735	40,39	3.118.126	29,76	52,58
Intangíveis	1.778.817	15,10	2.703.687	25,80	(34,21)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	8.976.332	76,20	7.544.645	72,01	18,98
ATIVO TOTAL	11.779.640	100,00	10.477.784	100,00	12,42

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2012	AV%	2011 Reapresentado	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.954.010	25,08	603.235	5,76	389,69
Debêntures	931.647	7,91	22.765	0,22	3.992,45
Fornecedores	1.116.600	9,48	753.131	7,19	48,26
Impostos, Taxas e Contribuições	364.482	3,09	340.956	3,25	6,90
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	119.947	1,02	109.215	1,04	9,83
Salários e Encargos Sociais	160.708	1,36	168.454	1,61	(4,60)
Encargos Regulatórios	238.048	2,02	210.312	2,01	13,19
Participações nos Lucros	56.809	0,48	59.437	0,57	(4,42)
Obrigações Pós-Emprego	37.114	0,32	53.687	0,51	(30,87)
Contribuição de Iluminação Pública	111.489	0,95	114.586	1,09	(2,70)
Outras	158.694	1,35	168.983	1,61	(6,09)
TOTAL DO CIRCULANTE	6.249.548	53,05	2.604.761	24,86	139,93
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	723.973	6,15	2.032.642	19,40	(64,38)
Debêntures	-	-	852.580	8,14	(100,00)
Provisões	104.986	0,89	103.684	0,99	1,26
Obrigações Pós-Emprego	1.783.959	15,14	1.397.431	13,34	27,66
Impostos, Taxas e Contribuições	579.523	4,92	661.326	6,31	(12,37)
Encargos Regulatórios	122.021	1,04	187.753	1,79	(35,01)
Outras	21.851	0,19	19.639	0,19	11,26
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	3.336.313	28,32	5.255.055	50,15	(36,51)
TOTAL DO PASSIVO	9.585.861	81,38	7.859.816	75,01	21,96
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.261.998	19,20	2.261.998	21,59	-
Reservas de Lucros	201.151	1,71	394.465	3,76	(49,01)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(269.370)	(2,29)	(38.495)	(0,37)	599,75
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.193.779	18,62	2.617.968	24,99	(16,20)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.779.640	100,00	10.477.784	100,00	12,42

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2012 em comparação a 2011 são como segue:

- Redução de 63,92% no saldo de caixa e disponibilidade de caixa em função do maior dispêndio de recursos com pagamento de compra de energia;
- Aumento de 52,57% no saldo de ativo financeiro não circulante em função dos investimentos realizados pela Companhia em 2012 em ativos da concessão;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Aumento de 520,61% nos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures no circulante em função principalmente de transferências de longo prazo decorrentes de quebras de cláusulas restritivas dos contratos. Tendo em vista que a expectativa de obtenção dos consentimentos dos credores ocorrerá somente em 2013, a Companhia transferiu os valores para o curto prazo e após a obtenção dos consentimentos, retornará com os saldos para o longo prazo, no exercício de 2013; e
- Variação de 599,75% no saldo da conta ajustes de avaliação patrimonial em decorrência do reconhecimento de R\$269.370 (líquido dos impostos), no patrimônio líquido, decorrente da adoção das novas práticas contábeis de registro das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego, efetuado de forma retrospectiva em 2013. Até o exercício de 2012, os custos dos serviços passados que excediam a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano eram reconhecidos no resultado pelo tempo médio de serviço futuro dos participantes ativos. Em função da alteração no CPC. 33 esses custos passaram a ser reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente. O reconhecimento desta obrigação também explica a variação de 27,66% nas obrigações pós-emprego de longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar: (a) resultados das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais; (b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos; e (c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

(em R\$ milhões)	2013	AV%	2012	AV%	AH%
RECEITA	9.206	100,00	9.504	100,00	(3,14)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.089)	(44,42)	(4.180)	(43,98)	(2,18)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(410)	(4,45)	(794)	(8,35)	(48,36)
Pessoal (a)	(894)	(9,71)	(831)	(8,74)	7,58
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(146)	(1,59)	(164)	(1,73)	(10,98)
Obrigações Pós-Emprego	(119)	(1,29)	(94)	(0,99)	26,60
Materiais	(53)	(0,58)	(53)	(0,56)	-
Serviços de Terceiros	(721)	(7,83)	(695)	(7,31)	3,74
Amortização	(416)	(4,52)	(393)	(4,14)	5,85
Provisões Operacionais	(275)	(2,99)	(268)	(2,82)	2,61
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(884)	(9,60)	(1.228)	(12,92)	(28,01)
Outras Despesas Líquidas (f)	(328)	(3,56)	(307)	(3,23)	6,84
	(8.335)	(90,54)	(9.007)	(94,77)	(7,46)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	871	9,46	497	5,23	75,25
Receitas Financeiras	453	4,92	289	3,04	56,75
Despesas Financeiras	(647)	(7,03)	(574)	(6,04)	12,72
Resultado Antes dos Impostos	677	7,35	212	2,23	219,34
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(198)	(2,15)	(313)	(3,29)	(36,74)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11	0,12	292	3,07	(96,23)
RESULTADO DO PERÍODO	490	5,32	191	2,01	156,54

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Resultado do Exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2013, um lucro líquido de R\$490 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$191 milhões no exercício de 2012, representando um aumento 156,54%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2013	AV%	2012	AV%	AH%
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	9.816	106,63	10.792	113,55	(9,04)
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.047	11,37	1.872	19,70	(44,07)
Transações com Energia na CCEE	180	1,96	116	1,22	55,17
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	884	9,60	1.228	12,92	(28,01)
Outras Receitas Operacionais	814	8,84	281	2,96	189,68
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(3.535)	(38,40)	(4.785)	(50,35)	(26,12)
	9.206	100,00	9.504	100,00	(3,14)

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

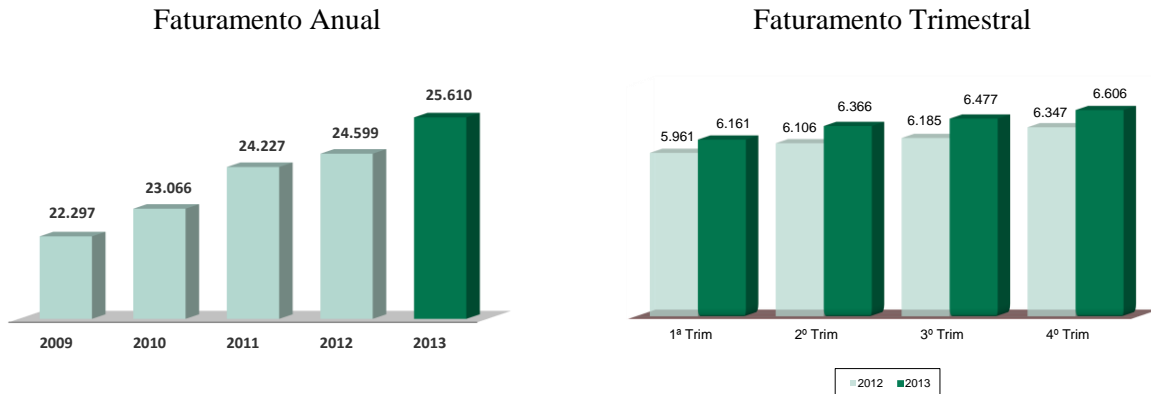
Os principais impactos na receita de 2013 decorreram dos seguintes fatores:

- ✓ aumento de 4,11% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- ✓ redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579/12. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o resultado do processo de Revisão Tarifária Ordinária da Cemig D;
- ✓ reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (efeito integral em 2013);
- ✓ revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013.
- ✓ Reconhecimento de R\$673 milhões de receita em 2013 decorrente de subvenção recebida da Eletrobrás, em função, principalmente, do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda e subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh				
	2013	AV%	2012	AV%	AH%
Residencial	9.473.426	36,99	8.870.990	36,06	6,79
Industrial	4.044.861	15,79	4.174.465	16,97	(3,10)
Comércio, Serviços e Outros	5.693.262	22,23	5.438.451	22,11	4,69
Rural	3.028.459	11,83	2.857.117	11,61	6,00
Poder Público	860.709	3,36	830.705	3,38	3,61
Iluminação Pública	1.267.202	4,95	1.241.927	5,05	2,04
Serviço Público	1.241.898	4,85	1.185.781	4,82	4,73
Subtotal	25.609.817	100,00	24.599.436	100,00	4,11
Consumo Próprio	35.162	0,14	34.126	0,14	3,04
Total	25.644.979	100,14	24.633.562	100,14	4,11

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

Residencial

O consumo residencial representa 36,99% da energia vendida em 2013 e o crescimento de 6,79% no ano está associado à ligação de novas unidades consumidoras, condições climáticas com temperaturas acima da média histórica em alguns meses do ano e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias viabilizada pelas políticas governamentais de emprego e renda, estímulo à aquisição de bens associados à oferta de linhas de financiamento.

O consumo médio mensal por unidade residencial em 2013 foi de 126,33 kWh, com elevação de 3,09% em relação ao ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Industrial

A energia utilizada pelos clientes cativos, correspondente a 15,79% do volume vendido em 2013, teve uma redução de 3,10% em relação a 2012 em função basicamente da redução do nível de atividade da economia no ano de 2013. A produção física industrial no Estado apresentou recuo de 1,3% em 2013, ocasionado principalmente pelas reduções nos setores de veículos (7,6%), extrativa mineral (6,2%), metalurgia básica (3,1%) e produtos de metal (7,7%).

Comercial e de Serviços

Esta classe representou 22,23% da energia vendida e cresceu 4,69% no ano de 2013, comportamento associado à ligação de novos consumidores, condições climáticas com temperaturas acima da média histórica em alguns meses do ano e aumento de 2,1% no consumo médio mensal por consumidor cativo (676,8 kWh/mês) em 2013 em relação a 2012 (662,8 kWh/mês) e dinâmica do setor terciário, envolvendo a prestação de serviços às famílias bem como aos vários setores econômicos.

Os ramos mais representativos desta classe apresentaram as seguintes taxas de crescimento em 2013: Comercio Varejista 6,5%, Serviços de Alojamento e Alimentação 7,1%, Serviços de Comunicação 4,7% e Serviços de Saúde 4,2%.

Rural

Esta classe representou 11,83% da energia vendida e cresceu 6,00% em 2013, com a ligação de propriedades rurais e o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano, com menor índice de chuvas em relação às médias históricas.

O consumo médio mensal por consumidor foi de 378,4 kWh/mês em 2013 comparados a 361,1 kWh/mês em 2012, um aumento de 4,79%.

Demais Classes

A energia das demais classes – Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público, que representa, em conjunto, 13,14% da energia distribuída, totalizou 3.369.809 MWh com crescimento de 3,42% no ano de 2013, em relação a 2012.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$3.535 milhões em 2013 comparados a R\$4.785 milhões em 2012, representando uma redução de 26,12%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, com redução e extinção de encargos setoriais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

	2013	AV%	2012	AV%	AH%
Impostos sobre a Receita					
ICMS	2.269	64,19	2.569	53,69	(11,68)
PIS-PASEP	184	5,21	209	4,37	(11,96)
COFINS	848	23,99	964	20,15	(12,03)
	3.301	93,38	3.742	78,20	(11,79)
Encargos do Consumidor					
Reserva Global de Reversão (RGR)	-	-	88	1,84	(100,00)
Programa de Eficiência Energética (PEE)	40	1,13	28	0,59	42,86
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	122	3,45	451	9,43	(72,95)
Quota para Conta de Consumo de Combustível (CCC)	26	0,74	409	8,55	(93,64)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	19	0,54	17	0,36	11,76
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	11	0,31	17	0,36	(35,29)
Pesquisa Expansão Sistema Energético (EPE)	8	0,23	8	0,17	-
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	8	0,23	25	0,52	(68,00)
	234	6,62	1.043	21,80	(77,56)
	3.535	100,00	4.785	100,00	(26,12)

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Os encargos referentes à CCC foram de R\$26 milhões, no exercício de 2013, comparados a R\$409 milhões no exercício de 2012, representando uma redução de 93,64%.

Este era um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados era compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Os encargos referentes à CDE foram de R\$122 milhões, no exercício de 2013, comparados a R\$451 milhões no exercício de 2012, representando uma redução de 72,95%. A Lei 12.783 reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão era uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos eram definidos por meio de Resolução da ANEEL.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da RGR. Os encargos referentes à RGR foram de R\$88 milhões, no exercício de 2012.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$8.335 milhões em 2013 comparados a R\$9.007 milhões em 2012, representando uma redução de 7,46%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$4.089 milhões em 2013 comparados a 4.180 milhões em 2012, uma redução de 2,18%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- ✓ redução de 5,90% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$2.297 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$2.441 milhões no mesmo período de 2012, decorrente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- ✓ aumento de 14,80% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.016 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$885 milhões no exercício de 2012, em decorrência, dentre outros fatores, da desvalorização do Real frente ao Dólar em 2013, comparada a uma valorização em 2012. O Dólar médio relativo às faturas no exercício de 2013 foi de R\$2,0313, em comparação a R\$1,5897 do exercício de 2012, o que representou uma variação de 27,78%;
- ✓ aumento de 12,28% no suprimento de energia proveniente de fontes alternativas (PROINFA), que foi de R\$256 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$228 em 2012, conforme cotas anuais definidas pela ANEEL.
- ✓ O Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas. Em 2013, a Companhia reconheceu uma compensação dos custos com energia elétrica comprada de curto prazo no montante de R\$1.008 milhões, conforme abaixo:
- ✓ R\$489 milhões decorrentes da redução do impacto do reajuste tarifário, limitado em 3,00% pelo Governo Federal, com o recebimento à vista de parcela dos gastos com compra de energia que foram superiores à receita no período de abril de 2012 à abril de 2013;
- ✓ R\$519 milhões em virtude do alívio das exposições financeiras da Companhia no mercado de curto prazo, que cobriu o déficit tarifário relativo ao risco hidrológico decorrente das cotas, à exposição involuntária decorrente da não adesão à prorrogação das concessões e ao Encargo de Serviço de Sistema (ESS-Segurança Energética).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$410 milhões em 2013 comparados a R\$794 milhões em 2012, representando uma redução de 48,36%. Este resultado decorre da aplicação da Lei 12.783/13, que reduziu os encargos setoriais e também renovou concessões antigas de transmissão do setor elétrico, com a redução na remuneração das concessionárias, o que refletiu na diminuição dos encargos de transmissão.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$894 milhões em 2013 comparados a R\$831 milhões em 2012, representando um aumento de 7,58%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- ✓ Adesões de empregados ao novo programa de desligamento da companhia, o Programa Incentivo ao Desligamento (PID), com uma provisão de R\$56 milhões em 2013 em comparação a R\$25 milhões em 2012.
- ✓ Reajuste salarial de 6%, concedido aos empregados em 2012, decorrente do Acordo Coletivo 2012/2013 e de 6,85%, a partir de novembro de 2013, decorrente do Acordo Coletivo 2013/2014.
- ✓ Menor transferência de custo de pessoal para obras, R\$40 milhões em 2013 em comparação a R\$80 milhões em 2012

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$721 milhões em dezembro de 2013, comparados a R\$695 milhões no mesmo período de 2012, representando um aumento de 3,74%, decorrente, principalmente, dos gastos reembolsáveis relativos à revisão do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE), no montante de R\$25 milhões que serão reembolsados através da tarifa vigente no período de 08 de abril de 2013 a 07 de abril de 2014. Também contribuíram para a variação nesta despesa os aumentos de alguns gastos com destaque para a manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos que passou de R\$148 milhões em 2012 para R\$159 milhões em 2013 e conservação e limpeza de prédios que passou de R\$50 milhões em 2012 para R\$64 milhões em 2013.

O aumento na despesas com Serviços de Terceiros foi, parcialmente, compensado por uma redução no volume de diversos serviços, dentre o quais destacam-se os serviços de comunicação e corte e religação que reduziram-se em R\$18 milhões e R\$16 milhões, respectivamente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$275 milhões em 2013 comparados a R\$268 milhões em 2012, um aumento de 2,61%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes itens:

- ✓ Redução de R\$107 milhões na Provisão para devedores duvidosos em função de provisão no ano anterior de R\$159 milhões referente à perda relativa ao ICMS sobre encargos de uso do sistema de distribuição – TUSD.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- ✓ Aumento de R\$129 milhões nas provisões trabalhistas em 2013 decorrente principalmente da reavaliação de expectativa de perda de ações desta natureza no período, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$884 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$1.228 milhões do mesmo período de 2012, uma redução de 28,01%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Despesas Operacionais Líquidas

As Outras Despesas Líquidas somaram R\$328 milhões em 2013, comparadas a R\$307 milhões em 2012, o que representou um aumento de 6,84%.

Resultado Financeiro Líquido

	2013	AV%	2012	AV%	AH%
RECEITAS FINANCEIRAS					
Renda de Aplicação Financeira	73	16,11	42	14,53	73,81
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	154	34,00	151	52,25	1,99
Variações Cambiais	17	3,75	15	5,19	13,33
Ganhos com Instrumentos Financeiros	1	0,22	21	7,27	(95,24)
Variações Monetárias	109	24,06	3	1,04	3.533,33
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	66	14,57	-	-	-
Multas Contratuais	19	4,19	47	16,26	(59,57)
Atualização do Ativo Financeiro	5	1,10	-	-	-
Outras	9	1,99	10	3,46	(10,00)
	453	100,00	289	100,00	56,75
DESPESAS FINANCEIRAS					
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(352)	54,40	(337)	58,71	4,45
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(68)	10,51	(68)	11,85	-
Variações Cambiais	(45)	6,96	(31)	5,40	45,16
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(118)	18,24	(55)	9,58	114,55
Variação Monetária de P&D e PEE	(12)	1,85	(16)	2,79	(25,00)
Outras Variações Monetárias	(4)	0,62	(9)	1,57	(55,56)
Outras	(48)	7,42	(58)	10,10	(17,24)
	(647)	100,00	(574)	100,00	12,72
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(194)	-	(285)	-	(31,93)

O Resultado Financeiro Líquido em 2013 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$194 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$285 milhões em 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os principais efeitos no resultado financeiro em 2013 decorrem dos seguintes fatos:

- ✓ A Cemig discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para suas subsidiárias, sendo que, para a CEMIG D, foi em um percentual de 51,93% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. O ganho total para a Cemig D foi de R\$163 milhões, reconhecidos no resultado financeiro.
- ✓ aumento de 73,81% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$73 milhões no exercício de 2013, comparados a R\$42 milhões em 2012, decorrente do maior volume de recursos disponíveis para aplicação em 2013;
- ✓ aumento de 114,55% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos. No exercício de 2013 esta despesa foi de R\$118 milhões comparados a R\$55 milhões em 2012. Este resultado decorre do maior volume de captações em 2013 indexado a índices de inflação no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social

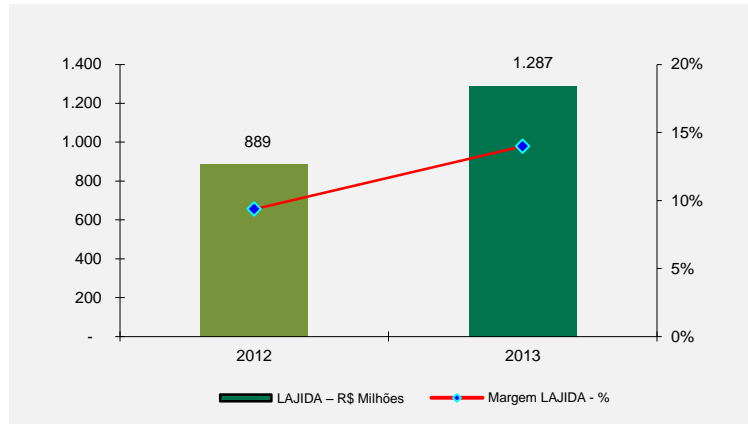
A Cemig Distribuição apurou em 2013 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$187 milhões em relação ao lucro de R\$678 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 27,65%. Em 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$20 milhões em relação ao lucro de R\$212 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 9,65%.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

Considerando as receitas e despesas apresentadas acima, o LAJIDA da Cemig Distribuição em 2013 apresentou um aumento de 41,51% na comparação com 2012.

LAJIDA - R\$ mil	2013	2012	Var %
Resultado do Exercício	490	191	156,54
+ Despesa de IR e Contribuição Social	187	20	835,00
+ Resultado Financeiro	194	285	(31,93)
+ Amortização	416	393	5,85
= LAJIDA	<u>1.287</u>	<u>889</u>	<u>44,77</u>

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM n° 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O aumento do LAJIDA em 2013, em comparação ao mesmo período de 2012, deve-se, principalmente, ao aumento do lucro líquido, principalmente em decorrência da redução de 8,08% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, que passaram de R\$8.614 milhões em 2012 para R\$7.918 milhões em 2013. Consequentemente, a margem do LAJIDA aumentou de 9,66% em 2012 para 13,54% em 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO****Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

	2012	AV%	2011	AV%	AH%
RECEITA	9.504	100,00	8.510	100,00	11,68
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.180)	(43,98)	(2.936)	(34,50)	42,37
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(794)	(8,35)	(672)	(7,90)	18,15
Pessoal (a)	(831)	(8,74)	(767)	(9,01)	8,34
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(164)	(1,73)	(148)	(1,74)	10,81
Obrigações Pós-Emprego	(94)	(0,99)	(87)	(1,02)	8,05
Materiais	(53)	(0,56)	(65)	(0,76)	(18,46)
Serviços de Terceiros	(695)	(7,31)	(681)	(8,00)	2,06
Amortização	(393)	(4,14)	(384)	(4,51)	2,34
Provisões Operacionais	(268)	(2,82)	(161)	(1,89)	66,46
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(1.228)	(12,92)	(1.175)	(13,81)	4,51
Outras Despesas Líquidas (f)	(307)	(3,23)	(205)	(2,41)	49,76
	(9.007)	(94,77)	(7.281)	(85,56)	23,71
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	497	5,23	1.229	14,44	(59,56)
Receitas Financeiras	289	3,04	310	3,64	(6,77)
Despesas Financeiras	(574)	(6,04)	(526)	(6,18)	9,13
Resultado Antes dos Impostos	212	2,23	1.013	11,90	(79,07)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(313)	(3,29)	(354)	(4,16)	(11,58)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	292	3,07	61	0,72	378,69
RESULTADO DO PERÍODO	191	2,01	720	8,46	(73,47)

Resultado do Exercício

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2012, um lucro líquido de R\$191 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$720 milhões no exercício de 2011, representando uma redução de 73,47%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2012	AV%	2011	AV%	AH%
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	10.792	113,55	9.882	116,12	9,21
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.872	19,70	1.825	21,45	2,58
Transações com Energia na CCEE	116	1,22	25	0,29	364,00
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	1.228	12,92	1.175	13,81	4,51
Outras Receitas Operacionais	281	2,96	160	1,88	75,63
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(4.785)	(50,35)	(4.557)	(53,55)	5,00
	9.504	100,00	8.510	100,00	11,68

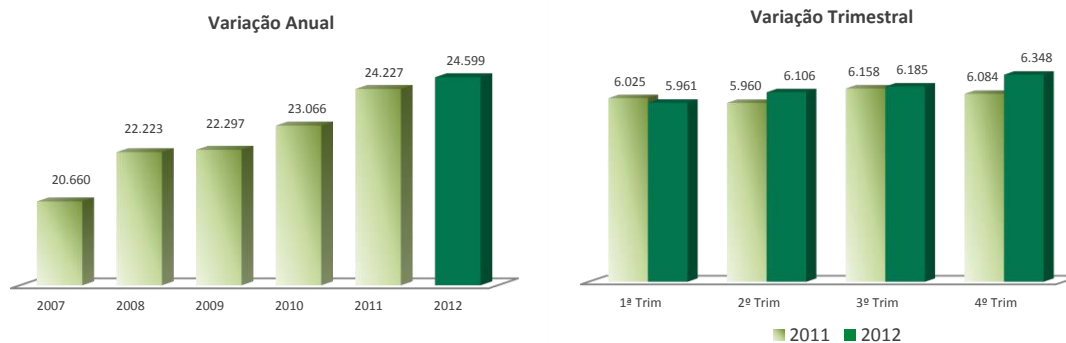
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

Os principais impactos na receita de 2012 decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 1,54% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (feito integral em 2012);
- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh				
	2012	AV%	2011	AV%	AH%
Residencial	8.870.990	36,06	8.548.212	35,28	3,78
Industrial	4.174.465	16,97	4.718.812	19,48	(11,54)
Comércio, Serviços e Outros	5.438.451	22,11	5.180.848	21,38	4,97
Rural	2.857.117	11,61	2.632.721	10,87	8,52
Poder Público	830.705	3,38	801.574	3,31	3,63
Iluminação Pública	1.241.927	5,05	1.195.078	4,93	3,92
Serviço Público	1.185.781	4,82	1.150.202	4,75	3,09
Subtotal	24.599.436	100,00	24.227.447	100,00	1,54
Consumo Próprio	34.126	0,14	34.932	0,14	(2,31)
Total	24.633.562	100,14	24.262.379	100,14	1,53

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

■ **Residencial**

O consumo residencial representa 36,06% da energia vendida em 2012 e o crescimento de 3,78% no ano está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias em função de condições favoráveis da economia brasileira; à manutenção do vigor do mercado de trabalho e o crescimento da massa salarial associado à expansão da oferta de crédito e recursos sociais transferidos pelo governo federal bem como o aumento real do salário mínimo.

O consumo médio mensal por unidade residencial em 2012 foi de 124,2 kWh, com elevação de 1,8% em relação ao ano anterior.

■ **Industrial**

A energia utilizada pelos clientes cativos, correspondente a 16,97% do volume vendido em 2012, teve uma redução de 11,54% em relação a 2011. Os principais fatores que explicam essa redução são uma menor demanda de exportação associada ao aumento da importação; redução de investimentos no próprio setor além do comportamento da produção física mineira no decorrer do ano.

■ **Comercial e de Serviços**

Esta classe representou 22,11% da energia vendida e cresceu 4,97% no ano de 2012, comportamento associado ao nível aquecido de demanda interna, ou seja, pelo consumo entre os vários setores econômicos e pelo consumo final das famílias e dos indivíduos.

Os ramos mais representativos desta classe apresentaram as seguintes taxas de crescimento em 2012: Comércio Varejista, Alojamento e alimentação (44,3%), Comércio Atacadista (6,3%), Serviços de Saúde (6,1%), Serviços de Comunicação (5,1%), Serviços de Instituições Financeiras e Seguradoras de Capitalização (5,6%) e Serviços Auxiliares Diversos (5,1%).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

■ Rural

Esta classe representou 11,61% da energia vendida e cresceu 8,52% em 2012, com a ligação de propriedades rurais e o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano.

■ Demais Classes

As demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com participação de 13,25% da energia vendida, cresceram em conjunto 3,48% no ano de 2012.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$4.785 milhões em 2012 comparados a R\$4.557 milhões em 2011. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

	2012	AV%	2011	AV%	AH%
Impostos sobre a Receita					
ICMS	2.569	53,69	2.359	51,77	8,90
PIS-PASEP	209	4,37	195	4,28	7,18
COFINS	964	20,15	900	19,75	7,11
ISSQN	-	-	1	0,02	(100,00)
	3.742	78,20	3.455	75,82	8,31
Encargos do Consumidor					
Reserva Global de Reversão (RGR)	88	1,84	64	1,40	37,50
Programa de Eficiência Energética (PEE)	28	0,59	34	0,75	(17,65)
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	451	9,43	392	8,60	15,05
Quota para Conta de Consumo de Combustível (CCC)	409	8,55	569	12,49	(28,12)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	17	0,36	10	0,22	70,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	17	0,36	10	0,22	70,00
Pesquisa Expansão Sistema Energético (EPE)	8	0,17	5	0,11	60,00
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	25	0,52	18	0,39	38,89
	1.043	21,80	1.102	24,18	(5,35)
	4.785	100,00	4.557	100,00	5,00

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$409 milhões no exercício de 2012 comparados a R\$569 milhões no exercício de 2011, representando uma redução de 28,12%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiros rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente, da redução no custo unitário da CCC definida por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário anual subsequente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$451 milhões no exercício de 2012 comparados a R\$392 milhões no exercício de 2011, o que representa um aumento de 15,05%. A CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário anual subsequente.

Reserva Global de Reversão (RGR)

Os encargos referentes à RGR foram de R\$88 milhões, no exercício de 2012, comparados a R\$65 milhões, no exercício de 2011, representando um aumento de 37,50%. A RGR é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os pagamentos são definidos por meio da ANEEL.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$9.007 milhões em 2012 comparados a R\$7.281 milhões em 2011, representando um aumento de 23,71%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento nos custos com Energia Comprada para Revenda.

Principais variações:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$4.180 milhões em 2012 comparados a 2.936 milhões em 2011, representando um aumento de 42,37%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 141,49% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo, que foi de R\$681 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$282 milhões do mesmo período de 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), nos submercados sudeste e centro-oeste, que passou de R\$29,42 por MWh no exercício de 2011 para R\$166,69 por MWh no mesmo período de 2012, decorrente do despacho, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), de volumes significativos de usinas térmicas a título de segurança energética;
- aumento de 42,92% nas compras de energia no ambiente regulado, que foi de R\$2.441 milhões em 2012, comparados a R\$1.708 milhões em 2011. Este aumento decorre, substancialmente, da ligação das usinas térmicas em 2012, com um custo mais elevado, e a transferência desse aumento no custo para as distribuidoras;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- aumento de 16,29% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$885 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$761 milhões no mesmo período de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no exercício de 2012, comparada a uma valorização no mesmo período de 2011. O Dólar médio relativo às faturas no exercício de 2012 foi de R\$1,974, em comparação a R\$1,676 do mesmo período de 2011, o que representou uma variação de 17,78%.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário anual subsequente.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$794 milhões em 2012 comparados a R\$672 milhões em 2011, representando um aumento de 18,15%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário anual subsequente.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$831 milhões em 2012 comparados a R\$767 milhões em 2011, representando um aumento de 8,34%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial ocorrido em novembro de 2012, com reajuste médio de 4,5%, parcialmente compensado pela redução do número de empregados médios, que foi de 6.516 em 2012 e 6.712 em 2011, uma redução de 2,92%. Adicionalmente, houve um aumento nas despesas com o Programa Prêmio de Desligamento (PPD) em função de novas adesões no período.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$268 milhões em 2012 comparados a R\$161 milhões em 2011, um aumento de 66,46%. Os principais fatores que afetam esta rubrica estão relacionados a seguir:

- provisão de R\$159 milhões para Crédito de Liquidação Duvidosa em 2012 referentes à perda relativa às contas a receber relacionada à discussão judicial do ICMS sobre Encargos de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- Em 2011, ocorreu o incremento de R\$45 milhões nas provisões relativas às Relações de Consumo, em função das reavaliações realizadas pela área jurídica acerca das probabilidades de perdas;
- Reversão de R\$8 milhões em 2012, de termo de notificação da ANEEL, referente à não conformidade dos indicadores de continuidade na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, adicionados no quarto trimestre de 2011 no montante de R\$12 milhões;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

CUSTO DE CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$1.228 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$1.175 milhões do mesmo período de 2011, um aumento de 4,51%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Despesas Líquidas

As Outras Despesas Líquidas somaram R\$307 milhões em 2012, comparadas a R\$205 milhões em 2011, o que representou um aumento de 49,76%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 490% do Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens, que foram de R\$118 milhões em 2012 comparados a R\$20 milhões em 2011, em função da realização do inventário físico para atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009.

Resultado Financeiro Líquido

	2012	AV%	2011	AV%	AH%
RECEITAS FINANCEIRAS					
Renda de Aplicação Financeira	42	14,53	73	23,55	(42,47)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	151	52,25	120	38,71	25,83
Variações Cambiais	15	5,19	20	6,45	(25,00)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	21	7,27	15	4,84	40,00
Variações Monetárias	3	1,04	54	17,42	(94,44)
Multas Contratuais	47	16,26	20	6,45	135,00
Outras	10	3,46	8	2,58	25,00
	289	100,00	310	100,00	(6,77)
DESPESAS FINANCEIRAS					
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(337)	58,71	(300)	57,03	12,33
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(68)	11,85	(77)	14,64	(11,69)
Variações Cambiais	(31)	5,40	(27)	5,13	14,81
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(55)	9,58	(48)	9,13	14,58
Variação Monetária de P&D e PEE	(16)	2,79	(25)	4,75	(36,00)
Outras Variações Monetárias	(9)	1,57	(3)	0,57	200,00
Outras	(58)	10,10	(46)	8,75	26,09
	(574)	100,00	(526)	100,00	9,13
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(285)	-	(216)	-	31,94

O Resultado Financeiro Líquido em 2012 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$285 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$216 milhões em 2011, um aumento de 31,94%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução de 42,47% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$42 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$73 milhões do mesmo período de 2011, em função do menor volume de recursos aplicados em 2012;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- aumento de 25,83% nos Acréscimos Moratórios de Contas de Energia, que foi de R\$151 milhões no exercício de 2012 em comparação a R\$120 milhões do mesmo período de 2011, em decorrência, entre outros fatores, da implementação, em 2012, de cobrança através de correio eletrônico e mensagem para telefone móvel, *Short Message Service* (SMS), somada à intensificação de ações já existentes, como, por exemplo, a carta cobrança e a cobrança administrativa;
- aumento de 12,33% nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos, que foram de R\$337 milhões no exercício de 2012 em comparação a R\$300 milhões do mesmo período de 2011, devido às novas captações realizadas a partir do segundo trimestre de 2011, somada ao aumento de 8,37% do CDI;
- redução de 94,44% nas receitas com variações monetárias, que foram de R\$3 milhões no exercício de 2012, em comparação a R\$54 milhões no mesmo período de 2011, decorrente das liquidações, em 2011, de parcelamentos de dívidas de faturas de energia. Esta redução foi, parcialmente, compensada pelo aumento de 135% nas receitas com multas contratuais, que foram de R\$47 milhões no exercício de 2012, em comparação a R\$20 milhões do mesmo período de 2011, decorrente de acordo relativo a contrato de compartilhamento de infraestrutura;

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2012 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$20 milhões em relação ao lucro de R\$212 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 9,43%. Em 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$293 milhões em relação ao lucro de R\$1.013 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,96%.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

Considerando as receitas e despesas apresentadas acima, o LAJIDA da Cemig Distribuição em 2012 apresentou uma redução de 44,89% na comparação com 2011.

LAJIDA - R\$ mil	2012	2011	Var %
Resultado do Exercício	191	720	(73,47)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	20	294	(93,20)
+ Resultado Financeiro	285	216	31,94
+ Amortização	393	384	2,34
= LAJIDA	889	1.613	(44,89)

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA em 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, deve-se, principalmente, ao aumento de 24,89% nos Custos e Despesas Operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, em comparação ao aumento de 11,68% na Receita Operacional Líquida. Consequentemente, a margem do LAJIDA reduziu de 18,95% em 2011 para 9,35% em 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional na Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve qualquer evento de constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

c) eventos ou operações não usuais

Com relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, a Companhia não passou por quaisquer eventos ou realizou quaisquer operações não usuais que pudessem interferir em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Os diretores devem comentar:****a) mudanças significativas das práticas contábeis**

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas demonstrações financeiras, de maneira retroativa. Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito nestas Demonstrações Contábeis:

CPC 33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

b) efeitos significativos das alterações nas práticas contábeis

A seguir, apresentamos um resumo dos principais efeitos nas Demonstrações Contábeis em função do mencionado no item anterior:

BALANÇO PATRIMONIAL	01/01/2012		
	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Saldo Reapresentado
Total do Ativo Circulante	2.933.139	-	2.933.139
Ativo Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	479.261	19.831	499.092
Total do Ativo Não Circulante	7.524.814	19.831	7.544.645
Passivo Circulante	2.604.761	-	2.604.761
Passivo Não Circulante			
Benefícios Pós-Emprego	1.339.105	58.326	1.397.431
Total do Passivo Não Circulante	5.196.729	58.326	5.255.055
Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(38.495)	(38.495)
Total do Patrimonio Liquido	2.656.463	(38.495)	2.617.968

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2012		
	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Saldo Reapresentado
Total do Ativo Circulante	2.803.308	-	2.803.308
Ativo Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	771.758	138.766	910.524
Total do Ativo Não Circulante	8.837.566	138.766	8.976.332
Passivo Circulante	6.249.548	-	6.249.548
Passivo Não Circulante			
Benefícios Pós-Emprego	1.375.823	408.136	1.783.959
Total do Passivo Não Circulante	2.928.177	408.136	3.336.313
Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(269.370)	(269.370)
Total do Patrimonio Líquido	2.463.149	(269.370)	2.193.779

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2012		
	Publicado	Ganhos/Perdas Atuariais	Reclassificado
RESULTADO DO PERÍODO	191.365	-	191.365
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE			
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	(230.875)	(230.875)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	191.365	(230.875)	(39.510)

Os principais pronunciamentos adotados em 2013 com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia foram:

IAS 19 (revisada em 2011) - CPC 33(R1) - Até o exercício de 2012, os custos dos serviços passados que excediam a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano eram reconhecidos no resultado pelo tempo médio de serviço futuro dos participantes ativos. Em função da alteração no CPC. 33 esses custos passaram a ser reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente. O efeito decorrente da adoção das novas práticas contábeis de registro das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego, efetuado de forma retrospectiva, representou uma redução no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$269.370 (R\$38.495 em 1º de janeiro de 2012). O impacto no resultado de 2013 em decorrência da revisão do Pronunciamento representou uma redução de R\$11.761 na despesa com benefícios pós-emprego em comparação com a despesa que seria registrada em conformidade à antiga prática contábil.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes em 2013, somente as ênfases descritas abaixo.

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conforme descrito na nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes, relativas às demonstrações do resultado; do resultado abrangente; das mutações do patrimônio líquido; dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)

Sem ressaltar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa 12 às demonstrações financeiras, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes em 2012, somente a ênfase descrita abaixo.

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 27 de março de 2012, emitimos relatório de auditoria com ressalva por limitação de escopo relacionada à necessidade de avaliação, por parte da administração, quanto a possíveis efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes de informação preliminar da ANEEL sobre a Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Companhia. Conforme descrito na nota explicativa nº. 12, em 05 de abril de 2012, a ANEEL homologou a BRR da Companhia com valores revisados, permitindo assim à administração a avaliação e conclusão de que não há necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Consequentemente, a ressalva incluída em nossa opinião relacionada com o referido assunto, emitida anteriormente não é mais necessária e, portanto, nossa nova opinião constante deste relatório não contém qualquer modificação.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Nenhuma ressalva ou ênfase constou do parecer dos auditores independentes em 2011.

Deve ser mencionado que as ênfases mencionadas acima somente tem o objetivo de destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas Contábeis Críticas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Ressaltamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade de que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com políticas e procedimentos estabelecidos.

A administração avaliou a efetividade dos controles internos adotados pelo grupo, através de sua holding, para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2013, com base nos critérios estabelecidos no documento Internal Control Integrated Framework, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2013, o sistema de controles internos adotados pelo grupo para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis era efetivo.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências de controles internos que possam comprometer de forma material a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Destinação dos recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor indicando:

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

R\$ mil	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	1.125.824	536.331	944.499	293.493	446.719	1.901.053	5.247.919
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	818.619	841.168	797.827	838.657	821.903	27.889.030	32.007.204
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	22.081	29.038	30.614	32.220	33.865	1.713.990	1.861.808
Compra de Energia - Leilão	2.555.368	2.440.054	2.367.967	2.529.408	2.715.267	63.093.634	75.701.698
Compra de Energia Elétrica – Contratos bilaterias	308.984	312.144	272.018	278.284	291.033	1.740.076	3.202.539
Cotas das Usinas Angra 1 e Angra 2	140.027	147.941	168.691	179.190	188.312	8.873.122	9.697.283
Cotas de Garantias Físicas	289.423	230.096	255.447	274.175	277.768	13.107.610	14.434.519
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	41.613	44.109	46.756	49.561	52.535	350.633	585.207
Arrendamentos Operacionais	54.055	37.806	9.009	9.009	9.009	36.036	154.924
Total	5.355.994	4.618.687	4.892.828	4.483.997	4.836.411	118.705.184	142.893.101

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos eventos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; (b) natureza e o propósito da operação; e (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

O montante das obrigações assumidas gira em torno de R\$54milhões. O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.8, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com compra de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1. Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

Demonstrar as expectativas da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA - Lucro antes dos juros, taxas, depreciação e amortização (ou EBITDA – Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization).

Apresentação ao mercado das perspectivas de LAJIDA garantindo o acesso democrático aos dados e informações a todos os investidores e analistas.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de LAJIDA apresentadas ao mercado referem-se aos primeiros 2 (dois) anos do horizonte máximo de 5 (cinco) abrangido pelo Guidance.

O prazo de validade é de 1 (um) ano ou até a data de uma revisão do Guidance justificada por fatos que afetem de forma relevante os resultados (indicadores de desempenho) projetados.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções do Guidance da Cemig Distribuição são historicamente baseadas em premissas associadas a um cenário conservador, refletindo uma expectativa de crescimento vegetativo.

Algumas declarações e estimativas contidas neste material podem representar expectativas sobre eventos ou resultados futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas ambos conhecidos e desconhecidos. Não há garantia que as expectativas sobre eventos ou resultados se manifestarão.

Estas expectativas se baseiam nas suposições e análises atuais do ponto de vista da nossa diretoria, de acordo com a sua experiência e outros fatores tais como o ambiente macroeconômico, das condições de mercado do setor elétrico e dos resultados futuros esperados, muitos dos quais não estão sob controle da Cemig.

Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as projeções a respeito de eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Cemig, as condições econômicas brasileiras e internacionais, tecnologia, estratégia financeira da Cemig, alterações no setor elétrico, condições hidrológicas, condições dos mercados financeiro e de energia, incerteza a respeito dos nossos resultados de operações futuras, planos e objetivos bem como outros fatores.

Em razão desses e outros fatores os resultados reais da Cemig podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos em tais declarações.

As informações e opiniões aqui contidas não devem ser entendidas como recomendação a potenciais investidores e nenhuma decisão de investimento deve se basear na veracidade, atualidade ou completude dessas informações

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

ou opiniões. Nenhum dos profissionais da Cemig ou partes a eles relacionadas ou seus representantes terá qualquer responsabilidade por quaisquer perdas que possam decorrer da utilização do conteúdo desta apresentação.

Para avaliação dos riscos e incertezas, tal como eles se relacionam com a Cemig, e obter informações adicionais sobre fatores que possam originar resultados diversos daqueles estimados pela Cemig, favor consultar item 4.1 - Fatores de Riscos neste Formulário de Referência e no Form 20F arquivado na U. S. Securities and Exchange Commission – SEC.

Principais Premissas

- As projeções refletem os novos procedimentos contábeis correspondentes à norma internacional IFRS, incluindo o ICPC-01 (Concessões).
- O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros elaborados pelas consultorias especializadas “MCM Consultores” e “LCA Consultores” (a partir do Guidance 2012), focando especialmente os desempenhos das economias nacional, mineira e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (IGP-M, INPC, IPCA), taxa de juros (Selic), variação do PIB, TJLP e cotação do dólar.
- Volume de vendas de energia aos mercados de consumidores cativos (fornecimento).
- Projeção de índices de reajustes ou revisão tarifária, conforme fórmula paramétrica definida pela Agência reguladora e os impactos na receita da Cemig Distribuição.
- Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais).
- Comportamento dos custos gerenciáveis de PMSO (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras despesas de natureza operacional), considerando os parâmetros de empresas de referência regulatória.
- Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos custos gerenciáveis (PMSO).
- Programa de Investimentos (os investimentos considerados nas projeções incluem apenas o crescimento vegetativo e a reposição de ativos).
- Todas as premissas acima discriminadas, excetuando-se PMSO e investimentos, estão sujeitas a mudanças que escapam ao controle da Administração. Especificamente, a definição dos custos gerenciáveis (PMSO) e do montante de investimentos sofrem interferência da gestão da Corporação objetivando a sua otimização e adequação dos impactos às metas propostas para os resultados.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas**ANÁLISE DE RESULTADOS DO GUIDANCE CEMIG
CEMIG DISTRIBUIÇÃO****INDICADOR : LAJIDA (EBITDA)**

(em R\$ mil constantes do primeiro ano do período de projeções)

GUIDANCE 2011							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2011		2012		2011		
(R\$ Milhões Constantes Jun/2011)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	1.451	1.773	1.466	1.792	1.613	11,2%	-9,0%

GUIDANCE 2012							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2012		2013		2012		
(R\$ Milhões Constantes Jun/2012)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	1.480	1.810	1.640	2.000	889	-39,9%	-50,9%

GUIDANCE 2013							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2013		2014		2013		
(R\$ Milhões Constantes Jun/2013)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	1.851	2.137	1.784	2.160	1.288	-30,4%	-39,7%

GUIDANCE 2014							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2014		2015		2014		
(R\$ Milhões Constantes Jun/2013)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Distribuição	618	721	1.719	2.023			

Fonte: Guidance Anual Cemig

Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo - PP

Gerência de Planejamento Corporativo e Orçamento - PP/PC

27/05/2014

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 – Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Corporação apresentou projeções de LAJIDA nos últimos três exercícios sociais e as premissas e resultados foram amplamente divulgadas ao mercado.

Os valores divulgados no Guidance anual atualizam as projeções do exercício anterior (ou as do próprio ano corrente, no caso de revisões do Guidance anual).

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A comparação dos dados projetados com o efetivo desempenho do indicador LAJIDA pode ser visualizada na própria tabela detalhada apresentada em item anterior (11.1.d). O dado verificado refere-se ao primeiro ano do horizonte de projeções.

Fatores que explicam os desvios nas projeções

Guidance 2011

Para o ano de 2011, primeiro ano das projeções do Guidance 2011, o LAJIDA verificado na Cemig D ficou situado entre os valores da faixa definida e divulgada no Guidance daquele ano. O desempenho correspondeu a 11,2% acima do limite inferior e 9,0% inferior ao limite superior da faixa.

Considerando que o LAJIDA da Cemig Consolidada também ficou situado na faixa projetada do Guidance (5,3% superior ao limite inferior e 6,0% inferior ao limite superior), não houve ocorrência de fatores geradores de desvios nas projeções da Cemig D a serem discriminados em relação aos resultados de 2011.

Guidance 2012

Principais fatores que impactaram os resultados de 2012:

- Dificuldades regulatórias – aumento na despesa de distribuição devido ao volume de energia comprada acima do valor orçado;
- Provisionamento dos valores a receber de consumidores industriais em função de não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD.

Guidance 2013

Principais fatores que impactaram os resultados de 2013:

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

- Dificuldades regulatórias – aumento na despesa operacional devido ao maior gasto com energia comprada, acima do valor orçado e com cobertura tarifária, tendo em vista a queda do nível dos reservatórios das usinas, gerando o consequente despacho das usinas térmicas, cujo custo é muito mais alto. Os preços de energia no mercado atacadista subiram para valores superiores a R\$800,00/MWh. Esse custo adicional é transferido para as tarifas no reajuste tarifário do próximo ano.
- A energia utilizada pelos clientes cativos, correspondente a 15,79% do volume vendido em 2013, teve uma redução de 3,10% em relação a 2012 em função basicamente da redução do nível de atividade da economia no ano de 2013. A produção física industrial no Estado apresentou recuo de 1,3% em 2013, ocasionado principalmente pelas reduções nos setores de veículos (7,6%), extrativa mineral (6,2%), metalurgia básica (3,1%) e produtos de metal (7,7%).
- Receita de Transporte – TUSD fio: redução na receita projetada em função de queda de faturamento associado aos consumidores livres.
- Menor transferência de custo de pessoal para obras (investimento) ocasionando aumento na despesa de pessoal no resultado.
- Aumento na despesa com Serviços de Terceiros decorrente, principalmente, de gastos reembolsáveis relativos à revisão do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE), que serão reembolsados através da tarifa vigente no período de 08 de abril de 2013 a 07 de abril de 2014, os aumentos de gastos com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos e conservação e limpeza.
- Provisões trabalhistas: Aumento decorrente principalmente da reavaliação de expectativa de perda de ações desta natureza no período, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.
- Não realização de ganhos previstos com alienação de imóveis, cujo orçamento foi revisto e transferido para 2014.

O LAJIDA da Cemig Consolidada ficou situado na faixa projetada do Guidance (2,0% acima do limite inferior e 7,7% abaixo do limite superior), apesar do desempenho abaixo do limite mínimo da faixa apresentado pela Cemig Distribuição – D. O resultado consolidado é justificado, basicamente, pelos melhores resultados da Cemig Geração e Transmissão – GT (70,9% acima do limite inferior e 39,1% abaixo do limite superior).

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

O Guidance 2014-2018 foi divulgado, em 26 de maio de 2014, no XIX Encontro Anual CEMIG-APIMEC, realizado em Belo Horizonte - MG. As projeções de LAJIDA permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência – FR.

*Fonte: Guidance Anual Cemig
Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo - PP
Gerência de Planejamento Corporativo e Orçamento - PP/PC*

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1. Descrição da Estrutura Administrativa

a) Atribuições de cada órgão e comitê

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração, por uma Diretoria e por um Conselho Fiscal de caráter permanente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias determinadas por lei:

- i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o Estatuto Social da Companhia;
- iii) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- iv) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$14.000.000,00¹;
- v) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹ inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;
- vi) convocar a Assembleia Geral;
- vii) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- viii) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

ix) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a auditar companhias abertas;

x) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹;

xi) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹;

xii) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, "*commercial papers*" e outros;

xiii) aprovar o plano diretor, o plano plurianual e estratégico e o orçamento anual da Companhia, bem como suas alterações e revisões;

xiv) anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembleia Geral e observado o orçamento anual da Companhia aprovado;

xv) autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

xvi) aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições do Estatuto Social da Companhia, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico;

xvii) aprovar a constituição de, e a participação no capital social em, quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;

xviii) aprovar a instituição de comitês, na forma do seu Regimento Interno, devendo cada respectivo comitê, previamente à deliberação do Conselho de Administração, dar o seu parecer, não vinculante, (i) sobre as matérias cuja competência lhe for atribuída pelo Regimento Interno e (ii) com relação a qualquer matéria, desde que solicitado por, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de dois terços dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação desta cláusula, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado; e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xix) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹ mediante proposta da Diretoria Executiva.

Os limites financeiros acima estabelecidos são corrigidos em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”).

O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de distribuição, nos termos da legislação.

DIRETORIA EXECUTIVA

Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia. Dependirão de deliberação da Diretoria Executiva as seguintes matérias:

i) aprovar o plano de organização da Companhia e emissão das normas correspondentes, bem como as respectivas modificações;

ii) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o plano plurianual e estratégico da Companhia, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;

iii) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o orçamento anual da Companhia, o qual deverá refletir o plano plurianual e estratégico da Companhia então vigente, assim como suas revisões;

iv) deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstos no orçamento anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00¹ com a consequente readequação das metas aprovadas, respeitado plano plurianual e estratégico da Companhia e o orçamento anual;

v) aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$14.000.000,00¹;

vi) autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no orçamento anual da Companhia aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00¹ inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe, ressalvada a competência do

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Diretor de Gestão Empresarial para a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e contratações correspondentes, de valor inferior a R\$ 2.800.000,00²;

vii) aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, devendo as deliberações observar as disposições do Estatuto Social da Companhia, as deliberações do Conselho de Administração, o plano diretor e o plano plurianual e estratégico;

viii) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$ 2.800.000,00² e inferior a R\$14.000.000,00¹;

ix) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$14.000.000,00¹;

x) autorizar as provisões contábeis da Companhia em valor inferior a R\$14.000.000,00¹ mediante proposta do Diretor de Finanças e Relações com Investidores;

xi) aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor interessado, observada a competência do Diretor Presidente para, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, propor à Diretoria as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;

xii) autorizar os gastos com pessoal e os acordos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembleia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o orçamento anual aprovado; e

xiii) examinar e deliberar acerca da contratação de consultores externos, quando solicitado por qualquer Diretoria, observada a competência do Conselho de Administração para autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹ e a competência da Diretoria Executiva para autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$ 2.800.000,00² e inferior a R\$14.000.000,00¹.

Os limites financeiros para deliberação da Diretoria Executiva serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

CONSELHO FISCAL

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

O Conselho Fiscal é permanente e suas atribuições são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações, bem como, no que não conflitar com a legislação brasileira, aquelas requeridas pelas leis dos países em que as ações da Companhia são listadas e negociadas, na forma do seu Regimento.

COMITÊS E SUAS ATRIBUIÇÕES

Os Comitês do Conselho de Administração não têm função executiva ou poder de decisão, mas têm como finalidade assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho.

Comitê de Apoio ao Conselho de Administração – tem como atribuição avaliar e recomendar, previamente às reuniões do Conselho de Administração, as eventuais correções nos conteúdos das pautas das reuniões, priorização dos assuntos da pauta, exame da documentação necessária para o entendimento dos Conselheiros, a quantidade, qualidade e conteúdo do material, a necessidade de apresentações/esclarecimentos, o detalhamento das matérias, as conformidades com o Estatuto Social e, outras medidas que se façam necessárias à objetividade das reuniões. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade - tem como atribuição propor ao Conselho de Administração a estrutura e constituição de Comitês, a condução da avaliação periódica do Conselho de Administração, dos Comitês, do Presidente e do Secretário do Conselho, as ações de melhoria da dinâmica de funcionamento do Conselho de Administração, os critérios para avaliação e desenvolvimento da Governança Corporativa e da Sustentabilidade, as regras para o tratamento dos conflitos de interesse dos acionistas, entre si e com a Companhia, a revisão das responsabilidades dos Comitês, a reavaliação da sua estrutura e o perfil e as necessidades de novos membros, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006 (alterado em 3 de agosto de 2010).

Comitê de Recursos Humanos – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Gestão Empresarial, sobre assuntos referentes a recursos humanos, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Comitê de Estratégia - tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores e a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, sobre as diretrizes para a formulação, pela Diretoria Executiva, do plano diretor da Companhia, o acompanhamento do planejamento estratégico e do orçamento anual da Companhia, os critérios para avaliação dos resultados da Companhia, a antecipação de tendências estratégicas no setor e no mercado para melhor posicionar a Companhia no seu ambiente competitivo, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, sobre os assuntos econômico-financeiros, tais como: empréstimos/refinanciamentos, gestão da dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, *covenants/BSC*, execução orçamentária e política de dividendos e emissão de ações e debêntures; acompanhar a gestão de riscos da Companhia; identificar, avaliar, monitorar de forma contínua o risco e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos; acompanhar o desempenho dos controles (SOX); acompanhar a evolução dos passivos da Companhia; acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia; propor critérios para identificação de riscos inerentes à atuação dos Conselheiros, bem como ações preventivas; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Promover a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, referente aos assuntos da auditoria interna e externa. Data da criação: 30 de agosto de 2006 (alterado em 3 de agosto de 2010).

Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas - tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, sobre o desenvolvimento de estudos para potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios; avaliar e propor premissas para investimentos (TIR, pay back, custo de capital e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários); avaliar os pontos positivos e negativos de cada potencial negócio por meio de análises preliminares apresentadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; opinar sobre a continuidade dos estudos para cada opção de aquisição e/ou participação analisada; opinar sobre potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios, previamente analisadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; analisar os pontos positivos e negativos de cada negócio potencial através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e aquisição de negócios; opinar sobre a aquisição e/ou participação em cada opção previamente analisada; opinar sobre matérias significativas referentes às subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia; opinar sobre potenciais alienações de participações societárias coordenadas pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores ouvidas as demais Diretorias; analisar a viabilidade econômico-financeira de cada potencial alienação através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e alienação de negócios; opinar sobre a alienação e/ou desinvestimento em cada opção previamente analisada; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 3 de agosto de 2010.

Cada Comitê deverá:

- i) ter autonomia no desempenho das suas atribuições, porém ciente da sua interdependência com os outros Comitês e subordinação ao Conselho de Administração;
- ii) buscar entendimento consensual entre os participantes quanto ao verdadeiro significado de cada uma das suas atribuições;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- iii) ter clareza de entendimento do sentido e significado dos Comitês e suas relações com o Conselho de Administração;
- iv) atuar na defesa da Companhia, buscando sempre o seu desenvolvimento sustentável;
- v) buscar as melhores fontes e referências nas matérias de sua especialidade;
- vi) informar ao Conselho de Administração os resultados de sua atuação;
- vii) adotar, como desafio e elemento básico, a criatividade, tornando-se consciente de que a inovação é um fato coletivo e decorre da competência em combinar diferenças de estilos, conhecimentos e habilidades;
- viii) estar consciente de que o sucesso do Conselho de Administração depende da qualidade da sua dinâmica como equipe, das informações nas quais baseia as decisões e no foco nas questões substantivas ou essenciais; e
- ix) atuar permanentemente como apoio ao Conselho de Administração.

As recomendações e orientações resultantes das atividades dos Comitês não são vinculantes para os membros do Conselho de Administração.

Os Comitês, exceto o Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, deverão obrigatoriamente apreciar e emitir parecer sobre os assuntos específicos constantes das suas atribuições.

Os Comitês deverão apreciar e dar parecer sobre os assuntos de sua área de interesse, ainda que não previstos explicitamente no respectivo Regimento Interno, desde que a sua apreciação e parecer tenham sido expressamente solicitados por, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de dois terços dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia é permanente. A data de criação de cada um dos comitês está indicada no item "a" acima.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Conforme determinado em seu Regimento Interno, está prevista avaliação anual do Conselho de Administração por seus membros através de formulário de autoavaliação e avaliação do órgão por cada membro. Essa avaliação não possui, atualmente, nenhuma relação com a remuneração dos conselheiros.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva não são submetidos, atualmente, a nenhum tipo de avaliação de seu desempenho.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

O Diretor-Presidente tem como atribuições e poderes individuais:

- i) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;
- ii) coordenar a elaboração, a consolidação e a implementação do plano plurianual e estratégico da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;
- iii) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- iv) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;
- v) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;
- vi) admitir e demitir pessoal da Companhia;
- vii) conduzir as atividades de auditoria interna, secretaria geral e planejamento estratégico;
- viii) propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;
- viii) propor as indicações para os cargos de Administração e Conselhos Fiscais das subsidiárias integrais, da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, ouvido o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, e das controladas e coligadas da Companhia e dos consórcios de que a Companhia participe, ouvido o Diretor de Desenvolvimento de Negócios.

O Diretor Vice-Presidente tem como atribuições e poderes individuais:

- i) substituir o Diretor-Presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga;
- ii) propor a melhoria das políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia;
- iii) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas e de normalização técnica;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- iv) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação à responsabilidade social, ao meio ambiente, ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;
- v) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;
- vi) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia;
e
- vii) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

O Diretor de Finanças e Relações com Investidores tem como atribuições e poderes individuais:

- i) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme orçamento anual da Companhia, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;
- ii) coordenar a elaboração e a consolidação do orçamento anual da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;
- iii) proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios;
- iv) acompanhar o desempenho econômico-financeiro dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;
- v) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;
- vi) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no plano plurianual e estratégico da Companhia;
- vii) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no plano plurianual e estratégico da Companhia e no orçamento anual;
- viii) controlar o capital social da Companhia, bem como propor à Diretoria Executiva, para deliberação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, observado o disposto no Estatuto

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Social da Companhia, a política de governança com o mercado e de dividendos da Companhia e suas subsidiárias integrais e controladas e sugerir o mesmo para as empresas coligadas;

ix) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de fornecimento e de distribuição de energia elétrica junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

x) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;

xi) representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais;

xii) promover a gestão financeira da Companhia e das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que a Companhia participe, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;

xiii) realizar o controle dos resultados econômico-financeiros das participações da Companhia nas subsidiárias integrais, controladas e coligadas;

xiv) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no Estatuto Social da Companhia, (i) os aportes de capital nas subsidiárias integrais; e (ii) os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, nas controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

xv) participar das negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários de todas as empresas nas quais a Companhia detenha qualquer participação;

xvi) coordenar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes; e

xvii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho financeiro das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia.

O Diretor de Gestão Empresarial tem como atribuições e poderes individuais:

i) prover pessoal adequado à Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- ii) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;
- iii) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;
- iv) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;
- v) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;
- vi) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;
- vii) prover a Companhia de recursos e serviços de infraestrutura e de apoio administrativo;
- viii) coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial, segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;
- ix) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;
- x) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;
- xi) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;
- xii) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;
- xiii) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- xiv) conduzir programas de gestão empresarial e de ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- xv) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$2.800.000,00²;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xvi) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva, para aprovação, dentre empregados da Companhia, as indicações para os cargos de membros efetivos e suplentes do Comitê de Administração do Prosaúde Integrado;

xvii) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;

xviii) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria Executiva acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.

O Diretor de Distribuição e Comercialização tem como atribuições e poderes individuais:

i) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;

ii) elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;

iii) gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;

iv) operar e manter o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;

v) gerenciar as políticas de segurança de trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;

vi) propor e implementar as políticas de atendimento aos consumidores atendidos por esta Diretoria;

vii) desenvolver programas e ações junto aos consumidores cativos com demanda inferior a 500 kW, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;

viii) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores cativos, com demanda inferior a 500 kW;

ix) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

x) representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica - Abradee e demais entidades do setor de distribuição;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- xi) propor as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de distribuição e gerir a segurança patrimonial dessas instalações;
- xii) buscar a melhoria contínua dos processos de operação e manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;
- xiii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor Comercial tem como atribuições e poderes individuais:

- i) elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;
- ii) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia e a venda de energia proveniente de fontes de geração próprias;
- iii) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;
- iv) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, responsabilizando-se pelas operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;
- v) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;
- vi) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;
- vii) identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;
- viii) negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;
- ix) negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;
- x) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, dos créditos de carbono da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xi) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor de Desenvolvimento de Negócios tem como atribuições e poderes individuais:

i) promover a busca, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

ii) promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;

iii) coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;

iv) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; e, com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, do Orçamento Anual no que tange às coligadas e controladas;

v) coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;

vi) buscar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

vii) coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, inclusive agências reguladoras;

viii) promover a busca e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;

ix) elaborar o planejamento e o Programa de Investimentos de novos negócios em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

x) representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;

xi) acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do País;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xii) propor, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração, premissas para os novos investimentos a serem feitos pela Companhia (TIR, *pay back*, custo de capital, e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários);

xiii) propor, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no Estatuto Social da Companhia, as matérias referentes a aportes de capital, exercício de direito de preferência e celebração de acordos de votos nas controladas e coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

xiv) coordenar, no âmbito da Companhia, as negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários das controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;

xv) acompanhar e supervisionar a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;

xvi) coordenar, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;

xvii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia; representar a Companhia nos comitês de apoio aos Conselhos de Administração de suas controladas e coligadas; e

xviii) coordenar os assuntos referentes aos novos negócios e à gestão de participações da Companhia, suas controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia, em interação com as demais Diretorias da Companhia.

O Diretor de Gás tem como atribuições e poderes individuais:

i) coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- ii) propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;
- iii) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás e, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, estudos e desenvolvimentos de negócios no referido setor;
- iv) desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;
- v) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas da Gasmig;
- vi) propor à Diretoria Executiva, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores e com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, o plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividades de petróleo e gás;
- vii) consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás, em consonância com as diretrizes gerais ditadas pela Companhia, através da Diretoria de Gestão Empresarial;
- viii) desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;
- ix) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria; e
- x) representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.

O Diretor Jurídico tem como atribuições e poderes individuais:

- i) coordenar as atividades jurídicas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas "a" e "b", da Lei 6.404/1976, compreendendo: a organização e a supervisão dos serviços jurídicos das companhias nas áreas contenciosa e consultiva, em todos os ramos do direito; o estabelecimento das diretrizes, a emissão de orientações jurídicas e a atuação preventiva nos assuntos legais de interesse das companhias; a adoção de medidas que visem à integração e sinergia das áreas jurídicas das companhias; a promoção da defesa dos interesses das companhias em juízo e administrativamente; e a definição de estratégias jurídicas e processuais a serem adotadas pelas companhias;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- ii) apoiar as demais áreas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas "a" e "b", da Lei 6.404/1976, nos assuntos legais e jurídicos;
- iii) propor e implementar as diretrizes para as contratações de serviços jurídicos externos, coordenando e supervisionando a sua execução; e
- iv) coordenar as informações relativas aos processos judiciais, administrativos e serviços de advocacia consultiva da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas "a" e "b", da Lei 6.404/1976; e periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.

O Diretor de Relações Institucionais e Comunicação tem como atribuições e poderes individuais:

- i) coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais, no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e Energia, fóruns e associações do setor;
- ii) coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;
- iii) coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente, com as Diretorias envolvidas;
- iv) coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação de informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais;
- v) coordenar o acompanhamento das proposições legislativas e regulatórias, bem como as manifestações da Companhia e das suas subsidiárias integrais juntamente com as Diretorias envolvidas;
- vi) coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;
- vii) coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

viii) coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores nos relacionamentos com os públicos relevantes da Empresa de forma a garantir uma reputação forte e positiva;

ix) coordenar as ações de definição e implementação do uso da marca da Companhia e das suas subsidiárias integrais, para assegurar o valor e fortalecimento da Companhia;

x) coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória da Companhia e suas subsidiárias integrais, zelando pelo acervo físico da Companhia e das suas subsidiárias integrais;

xi) coordenar o controle e divulgação de informações institucionais e corporativas;

xii) coordenar, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, a aplicação dos recursos para projetos culturais, especialmente os de responsabilidade social, com recursos de leis de incentivo;

xiii) coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes; e

xiv) conduzir as atividades de auditoria.

O Diretor sem designação específica tem como atribuições e poderes individuais:

i) praticar os atos próprios previstos na legislação e no Estatuto da Companhia, e exercer as atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Além do exercício das atribuições que lhes são fixadas no Estatuto Social da Companhia, compete a cada Diretoria assegurar a cooperação, a assistência e o apoio às demais Diretorias no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses maiores da Companhia.

Os projetos desenvolvidos pela Companhia, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, uma vez estruturados e constituídos, deverão ser assumidos pelas respectivas Diretorias a que competirem a sua construção, execução, operação e comercialização, conforme definido no Estatuto Social da Companhia.

Compete a cada Diretor, no âmbito de sua atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa**e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da diretoria**

Os membros do Conselho de Administração, dos respectivos Comitês de assessoramento e da Diretoria Executiva não são submetidos a nenhum tipo de avaliação de seu desempenho.

(1) Os limites financeiros acima estabelecidos são corrigidos em janeiro de cada ano pelo IGP-M, da FGV. Atualmente este valor é de R\$ 16.738.139,12

(2) Os limites financeiros acima estabelecidos são corrigidos em janeiro de cada ano pelo IGP-M, da FGV. Atualmente este valor é de 3.347.627,823.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

12.12 – Outras informações relevantes

Cargos ocupados pelos membros do conselho de administração em outras sociedades ou entidades em conformidade com o Ofício GAE-1186/11: Não há qualquer informação a ser prestada pela Companhia, adicionalmente ao contido nos itens 12.6/8;

Não temos outras informações para esse item que a companhia julgue relevantes.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4- Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

A Companhia é registrada como emissora da "Categoria B" e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Fernando Henrique Schuffner Neto		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1ª RCA após a AGO de 2016	0
320.008.396-49	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	23/01/2015	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia.		Diretor de Desenvolvimento de Negócios			
Fabiano Maia Pereira		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1ª RCA após a AGO de 2016	0
027.583.306-28	Economista	19 - Outros Diretores	09/02/2015	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.		Diretor de Finanças e Relações com Investidores			
Evandro Leite Vasconcelos		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1ª RCA após a AGO de 2016	0
251.704.146-68	Engenheiro Civil	19 - Outros Diretores	23/01/2015	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.		Diretor Comercial			
Mateus de Moura Lima Gomes		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1ª RCA após a AGO de 2016	0
037.285.936-48	Advogado	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	23/01/2015	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Luiz Fernando Rolla		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1ª RCA após a AGO de 2016	0
195.805.686-34	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	23/01/2015	Sim	0%
Não ocupa outros cargos.		Diretor de Relações Institucionais e Comunicação			
Raul Lycurgo Leite		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1ª RCA após a AGO de 2016	0
658.219.551-49	Advogado	19 - Outros Diretores		Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.		Diretor Jurídico			
Ricardo José Charbel		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1ª RCA após a AGO de 2016	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
383.259.856-15	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	23/01/2015	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.		Diretor de Distribuição e Comercialização			
Márcio Lúcio Serrano		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1ª RCA após a AGO de 2016	0
110.906.186-20	Médico	19 - Outros Diretores	23/01/2015	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.		Diretor de Gestão Empresarial			
Eduardo Lima Andrade Ferreira		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1ª RCA após a AGO de 2016	0
043.057.096-19	Engenheiro Civil	19 - Outros Diretores	23/01/2015	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.		Diretor de Gás			
Franklin Moreira Gonçalves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a 1ª RCA após a AGO de 2016 como membro da CA e até a RCA subsequente como membro da DE	0
754.988.556-72	Tecnólogo em Processamento de Dados	29 - Outros Conselheiros	22/01/2015	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.		Diretor de Geração e Transmissão			
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
098.044.046-72	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	22/01/2015	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas e Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade (Coordenador)					
Antônio Dirceu Araújo Xavier		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
068.412.446-72	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
O Conselheiro é membro dos Comitês de Estratégia, de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas, Finanças, Auditoria e Riscos e Comitê de Recursos Humanos.					
Ricardo Vagner Righi de Toledo		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
299.492.466-87	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
Comitê de Estratégia e de Apoio ao Conselho de Administração.					
Saulo Alves Pereira Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
787.495.906-00	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
O Conselheiro é membro do Comitês de Apoio ao Conselho de Administração; de Estratégia; e de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.					
Allan Kardec de Melo Ferreira		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
054.541.586-15	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Recursos Humanos					
Helvécio Miranda Magalhães Júnior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
561.966.446-53	Médico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
José Augusto Gomes Campos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
505.516.396-87	Físico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
O Conselheiro é membro do Comitê de Recursos Humanos.					
José Pais Rangel		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
239.775.667-68	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia					
Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
371.150.576-72	Engenheiro metalurgista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
Participa do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas					
Nelson José Hubner Moreira		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016	0
443.875.207-87	Engenheiro eletricitista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
Participa do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.					
Bruno Westin Prado Soares Leal		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
055.230.506-52	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Comitê de Apoio ao Conselho de Administração e Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos					
Flávio Miarelli Piedade		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
703.736.396-00	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, do Comitê de Estratégia e do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.					
José João Abdalla Filho		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
245.730.788-00	Servidor Público	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
Não exerce outro cargo na Companhia.					
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
539.109.746-00	Eletricitário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
Empregado cedido.					
Ana Sílvia Corso Matte		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
263.636.150-20	Advogada	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
Comitê de Apoio ao Conselho de Administração e Comitê de Recursos Humanos.					
Luiz Guilherme Piva		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
454.442.936-68	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos (Coordenador), Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas e de Apoio ao Conselho de Administração.					
Wieland Silberschneider		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
451.960.796-53	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
Participa do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos					
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
813.975.696-20	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
O Conselheiro é membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.					
Otávio Marques de Azevedo		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
129.364.566-49	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Paulo Roberto Reckziegel Guedes		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
400.540.200-34	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
O Conselheiro é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade e do Comitê de Estratégia.					
Ricardo Coutinho de Sena		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
090.927.496-72	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Carlos Fernando da Silveira Vianna		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
319.830.656-68	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
Comitê de Apoio ao Conselho de Administração e Comitê de Estratégia.					
Tarcisio Augusto Carneiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016	0
372.404.636-72	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
O conselheiro é membro dos Comitês de Recursos Humanos e do Comitê Finanças, Auditoria e Riscos.					
Bruno Magalhães Meniucci		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
081.100.286-16	Engenheiro de Produção	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
É membro dos Comitês de Recursos Humanos; de Estratégia; e, de Finanças, Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Marina Rosenthal Rocha		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
060.101.836-26	Engenheira Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
A conselheira é membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas					
Guy Maria Villela Paschoal		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.	0
000.798.806-06	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
É também Coordenador e Presidente do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.					
Marco Antonio De Rezende Teixeira		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até AGO de 2016	0
371.515.926-04	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade					
Mauro Borges Lemos		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	22/01/2015	até a 1º RCA após a AGO de 2016 como membro da CA e até a RCA subsequente como membro da DE	0
316.720.516-49	Economista	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	23/01/2015	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Aliomar Silva Lima		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
131.654.456-72	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não exerce outras funções na Companhia.					
Ari Barcelos da Silva		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
006.124.137-72	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcelos Drummond		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
026.939.257-20	Jornalista e Administrador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Luiz Guaritá Neto		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
289.118.816-00	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
001.909.696-87	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Lauro Sander		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
130.841.600-82	Bancário	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	30/04/2014	Não	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Thales de Souza Ramos Filho		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
003.734.436-68	Médico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Salvador José Cardoso de Siqueira		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
302.074.607-87	Bancário e Economário	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Bruno Gonçalves Siqueira		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
075.851.006-39	Contabilista/Economista	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Rafael Pinto Queiroz Neto		Conselho Fiscal	30/04/2014	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2015.	0
012.372.526-79	Contabilista/Economista	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2014	Não	0%
Não exerce outras funções na Companhia.					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49					

- Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros (desde 2005).
- Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais (2002 - 2004 e desde 2007).
- Membro do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. (desde 2007).
- Membro do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (desde 2008).
- Membro do Conselho de Administração da Empresa de Infovias S.A. (2005 - 2009).
- Membro do Conselho de Administração da Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom (desde 2010).
- Membro do Conselho de Administração da Light e da Light SESA (desde 2010).
- Membro do Conselho de Administração da Renova Energia (desde 2011).
- Diretor de Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Geração e Transmissão S.A. (2007 – 2008).
- Diretor de Distribuição e Comercialização da Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A. (2008 – 2010).
- Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. (desde 2010).
- Membro do Conselho de Administração das Empresas do “Grupo TBE”: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE; Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE; Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC; Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE; e, Companhia Transmissora de Energia Elétrica – Lumitrans (desde 27-04-2011), cujas atividades estão relacionadas a transmissão de eletricidade.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fabiano Maia Pereira - 027.583.306-28

Graduação em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Doutorado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Analista de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, a partir de 2003, atuando na gestão da dívida pública interna e externa e no desenvolvimento de programas federais baseado em operações de crédito.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Evandro Leite Vasconcelos - 251.704.146-68

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1980, mestre em Engenharia de Recursos Hídricos pela COPPE/UFRJ, em 1989, e MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1999. Diretor de Energia da Light S.A. e, interina e cumulativamente, de Desenvolvimento de Negócios da Companhia, até 2014. Professor de física do Sistema Pitágoras de Ensino e professor de Hidrologia no curso de Engenharia Civil da PUC Minas. Trabalhou na Cemig de 1983 a 2010, ocupando a Gerência da Divisão de Hidrometeorologia Operacional e o Departamento de Planejamento Energético, foi superintendente de Coordenação de Geração e Transmissão, superintendente de Transmissão, superintendente de Geração e superintendente de Planejamento e Operação de Geração e Transmissão.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Mateus de Moura Lima Gomes - 037.285.936-48

Concluiu a graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, (2005), após ter cursado até o 4º período de Psicologia na mesma Universidade. Em 2008, concluiu especialização em Direito Administrativo e cursa especialização em Direito Tributário. Membro da Comissão de Direito Eleitoral OAB/Minas Gerais na gestão 2010/2012. Professor de Direito Eleitoral da Escola Superior de Advocacia da OABMG. Tem experiência na área de Direito Público com ênfase em Direito Eleitoral, Administrativo e Municipal. Exerceu o cargo de Procurador-geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte até 02/2013. Mestre em Direito Público pela PUC/MG e preside a Comissão de Direito Eleitoral da OAB/MG na gestão 2013/2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

O Sr. Rolla nasceu em 17/02/1949, é brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, portador da Carteira de Identidade nº MG-1389219 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº 195.805.686-34 Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 1974. Iniciou sua carreira na Cemig em 1974 e ocupou os seguintes cargos: Superintendente de Programação e Controle Financeiro sendo responsável pela coordenação de planejamento de longo prazo, controle orçamentário, análise de custos e “project finance”.

Últimos Cargos / Funções de destaque: Superintendente de Relações com Investidores, sendo responsável pela implantação dos programas de ADR nível I e II na New York Stock Exchange e Nível I de Governança na Bovespa. Foi eleito o Melhor Profissional de RI pela Associação dos Analistas por diversos anos e pelos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec e, ainda, pela IR Magazine (2006).

Atualmente é Diretor de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, da Cemig D e da Cemig GT.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Raul Lycurgo Leite - 658.219.551-49

Mestre em Direito Internacional pela American University – Washington College of Law, em Washington (EUA), com pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas em Direito e Política Tributária e em Direito Econômico e das Empresas, e bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB). Advogado e, desde 2002, procurador federal da Procuradoria Geral e da Advocacia Geral da União (PGF/AGU). Atua como consultor jurídico do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, desde 2011. Atuou ainda na Procuradoria-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo José Charbel - 383.259.856-15

- O Sr. Charbel é formado em Engenharia Elétrica – na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), 1981;
- Pós-graduado em Processamentos de Dados, na Universidade Federal de Minas Gerais, 1983;
 - Engenharia de Manutenção e Operação de Distribuição de Energia Elétrica, na Universidade Mackenzie – São Paulo, 1994;
 - MBA Empresarial Gestão de Negócios – IBMEC – 06/2001;
 - Programa Trilhas da Liderança Internacional – Fundação Dom Cabral – 22/02 a 28/04/2011.

Atua na Cemig desde agosto de 1983, tendo ocupado os seguintes cargos:

- Analistas de Sistemas, no período de 08/1983 a 06/1985;
- Engenheiro, no período de 06/1985 a 12/1990;
- Gerente de Divisão em São João Del Rei, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete, no período de 12/1990 a 10/2003;
- Gerente de Relacionamento Comercial em Juiz de Fora, no período de 10/2003 a 05/2007;
- Gestor na Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, no período 06/2007 a 05/2009. Desenvolvimento do Programa responsável por levar energia elétrica à área rural de 774 municípios mineiros, beneficiando 285 mil novos consumidores;
- Superintendente da Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, no período 06/2009 a 05/2010;
- Entre 06/2010 e 11/2012 foi Superintendente de Planejamento, Estudos e Projetos de Expansão da Distribuição, com destaque para o Planejamento do Programa de Investimento do Ciclo 2013 – 2017 da Cemig D, consolidado o Programa de Obras de Expansão de Linhas, Subestações e Redes de Distribuição, integrado com os Projetos de Expansão dos Sistemas de Geração e Transmissão, considerando as necessidades sistêmicas das áreas de Operação e Manutenção.

Atualmente exerce o cargo de Diretor de Distribuição e Comercialização da Cemig e da Cemig D e Diretor sem denominação específica da Cemig GT.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Márcio Lúcio Serrano - 110.906.186-20

Graduado em História Natural, em Ciências Biológicas e em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No setor empresarial, atuou na Mineração Morro Velho / Anglo Gold Corporation, como médico do Trabalho; no Centro de Medicina do Trabalho de Belo Horizonte, como diretor Técnico Executivo e gestor dos Programas de Saúde Ocupacional Setor Moveleiro do Sistema FIEMG; na Unimed BH, como fundador e coordenador do Departamento de Saúde Ocupacional; Na V&M do Brasil, como gerente da Fundação Sidertube e do Grupo Vallourec, conselheiro de Saúde e Social do Conselho da V&M e consultor da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil; e no Biocor Instituto, como médico coordenador de Saúde Ocupacional. É acadêmico da Academia Nacional de Medicina do Trabalho).

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Lima Andrade Ferreira - 043.057.096-19

Engenheiro civil graduado em 2004 pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atuou na Construtora Queiroz Galvão S/A, de 2007 a 2014, como engenheiro, gerente Técnico e gerente de Administração Contratual, em diversas obras no Estado do Rio de Janeiro e em São Paulo; na Sinopec International Petroleum Service Corporation, de 2006 a 2007, como engenheiro de planejamento; na ARG, de 2005 a 2006, como engenheiro de Planejamento; e no Consórcio Masa-ARG, de 2004 a 2005, como engenheiro de planejamento e controle.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Nascido em 12 de outubro de 1970, o Sr. Franklin Moreira Gonçalves é Técnico de Operação do Sistema na Cemig Distribuição S.A.; Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, desde 2003; e da Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004. Membro do Conselho de Administração das Empresas do "Grupo TBE": Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.- EATE; Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.- ERTE; e, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.- ENTE (desde 12-09-2011). Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - 098.044.046-72

O Sr. Silva nasceu em 1948. Formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Economia Regional pelo CEDEPLAR/UFMG e PhD (Doutor) em Economia pela Universidade de Manchester-Inglaterra. Foi presidente do CREDIREAL – Banco de Crédito Real de Minas Gerais entre 1994 a 1997 e do BEMGE- Banco do Estado de Minas Gerais ente 1994 e 1998. Exerceu o cargo de Secretário de Finanças, da Prefeitura de Belo Horizonte de janeiro de 2006 a julho de 2012. De março de 2009 a julho de 2014 foi presidente da PBH Ativos S/A. De abril de 2013 a dezembro de 2014 ocupou o cargo de Assessor do Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comércio Exterior. Foi também Assessor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de abril de 2013 a dezembro de 2014.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Antônio Dirceu Araújo Xavier - 068.412.446-72

O Sr. Xavier nasceu em 1944. É formado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com cursos de extensão na Universidade de Harvard, EE.UU. e na Faculdade Internacional de Direito Comparado de Estrasburgo, França. Trabalhou na Cemig de 1972 a 2001, onde chegou a ocupar o cargo de Assistente da Diretoria com atuação no contencioso da empresa. Atuou na Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. como Chefe da Procuradoria Jurídica e na Companhia Mineradora de Minas Gerais-COMIG, como Assessor da Presidência. De 2001 a 2014 atuou como advogado, com foco no Direito da Eletricidade, vasta experiência nas áreas de administração geral, gestão, processos, procedimentos operacionais, além do gerenciamento e coordenação de equipes multidisciplinares. O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Vagner Righi de Toledo - 299.492.466-87

O Sr. Toledo nasceu em 1957. É formado em Administração de Empresas, com MBA em estratégia empresarial pela FGV/OHIO e pós-graduações em Finanças e Gestão empresarial. Curou o curso de Conselheiro de Administração pelo IBGC e o PGA no INSEAD. De 1980 a 1996 foi superintendente das áreas de Câmbio, Crédito, Marketing, Planejamento e Comercial do Banco do Estado de Minas Gerais – Bemge. De 1996 a 2002 ocupou a posição de superintendente de Estratégia, Comercial e Poder Público do Banco Itaú S.A.. Entre 2000 e 2002 foi diretor membro da equipe do Banco Itaú responsável pela aquisição e fusão do Banestado. De 2003 a 2005 foi o principal executivo do Banco Simplex. Entre 2005 e 2008 ocupou o cargo de vice-presidente do banco Bonsucesso S.A.. De 2008 a 2011, foi Diretor de Planejamento Estratégico, Fusões & Aquisições e Alianças Estratégicas da Usiminas S.A. e membro do Conselho de Administração da Mineração Usiminas e Soluções Usiminas S.A. Atua como Consultor Independente em estratégia, governança e inovação empresarial na Innovare Consultoria Ltda Economista desde 2012.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Em 2000 iniciou suas atividades no grupo Andrade Gutierrez como principal gestor de contratos da Construtora Andrade Gutierrez na área de Telecomunicações no Rio de Janeiro. Desde 2004, atua como Diretor Comercial da Construtora Andrade Gutierrez, no desenvolvimento de novos negócios com foco no Setor Elétrico. Desde 2007 passou a exercer funções na Andrade Gutierrez Concessões participando ativamente da consolidação do grupo no Setor Elétrico.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Allan Kardec de Melo Ferreira - 054.541.586-15

O Sr. Melo Ferreira nasceu em 1947. É formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com pós-graduação em Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Foi Membro Conselho Fiscal do Grupo OI, de 1993 a 2014. Sócio-Consultor da PJF de 1993 a 2014.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Helvécio Miranda Magalhães Júnior - 561.966.446-53

O Sr. Miranda Magalhães nasceu em 1963. É formado em medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especialização em Epidemiologia pela mesma universidade, tendo concluído o doutorado em Saúde Coletiva pela UNICAMP. Ente 2003 a 2008 foi Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte. Entre 2009 e 2010, ocupou o cargo de Secretário Municipal de Orçamento, Planejamento e Informação da Prefeitura de Belo Horizonte. Entre 2011 e 2014, foi Secretário de Atenção à Saúde, do ministério da Saúde.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Corporación Quiport S/A (2006-2008)

Diretor de Project Finance – Reportando-se ao CEO da Companhia, responsável pelo desenvolvimento do relacionamento entre a Quiport e seus financiadores: IADB, OPIC, US EXIM e EDC (Canadá).

Responsável por todo o processo de desembolso dos financiamentos, preparação, supervisão e envio de todos os documentos relativos ao pacote de financiamentos, no valor de 376.4 MUSD.

Responsável pela coordenação de todas as atividades internas visando o cumprimento das obrigações assumidas pela Quiport perante os financiadores, incluindo as inspeções periódicas dos Lenders Engineers e dos Environmental Experts.

Responsável pela elaboração, submissão e gestão dos orçamentos anuais da companhia, em conjunto com o CFO, tanto para os Lenders quanto para os Acionistas.

Concessionária de Serviços Públicos – Aeroportos

Controle Acionário:

Andrade Gutierrez Concessões – 45.49%

AECON Concessions (Canadá) – 45.49%

Airport Development Corporation (Canadá) – 9.00%

Houston Airport System Development Corporation (EUA) – 0.02%

Andrade Gutierrez Concessões S.A. (2008 -)

Gerente de Project Finance (até Out2009) e, posteriormente, Gerente de Desenvolvimento de Projetos – Reportando-se ao Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Companhia, foi responsável pela estruturação de financiamentos a projeto, bem como a estruturação de novos negócios no setor de Aeroportos.

Representante da AG Concessões no Conselho de Administração da Corporación Quiport S/A. desde mar/2008.

Entre Mai/2008 e Mar/2010, as atividades se concentraram na aquisição do Projeto do Aeroporto Internacional Juan Santamaría, de San José – Costa Rica bem como a estruturação de um financiamento de 100 MUSD junto ao BID e à OPIC para refinanciamento do projeto.

Entre Jul/2009 e Fev/2011, atuou no processo de renegociação do contrato de Concessão do Novo Aeroporto Internacional de Quito, levado a cabo pelo Governo do Equador (municipal e federal), Financiadores e acionistas.

A Partir de Jul2010, desenvolvimento de novos negócios no setor de Portos e Projetos de infraestrutura de óleo e gás.

Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos

Controle Acionário:

Andrade Gutierrez Participações – 85.00%

International Finance Corporation (IFC) – 15.00%

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Pais Rangel - 239.775.667-68

Diretor Vice-Presidente do Banco Clássico S.A.; Membro do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Membro do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A.; Membro do Conselho de Administração da Kepler Weber S.A.; Gestor de Fundos de Investimento, credenciado pela CVM.

Membro do conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. José Pais Rangel não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco - 371.150.576-72

O Sr. Castello Branco Formou-se em engenharia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi Diretor Presidente da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais de 2008 a 2010. Atua como Membro do Conselho Consultivo da HYDAC Tecnologia do Brasil Ltda, desde 2010. Atua como Membro do Conselho de Administração da Diferencial Energia Participações S.A. desde 2011.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nelson José Hubner Moreira - 443.875.207-87

O Sr. Hubner Moreira nasceu em 1954. Formou-se em Engenharia pela Universidade Federal Fluminense (RJ) com especialização em Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Foi ministro interino de Minas e Energia, entre maio de 2007 a janeiro de 2008. Foi Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL de 2009 a 2013.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Westin Prado Soares Leal - 055.230.506-52

O Sr. Soares Leal nasceu em 1983. É formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, tendo concluído o mestrado em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo - USP. Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, desde maio de 2009. Conselheiro Fiscal da Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, desde maio 2012.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

Araujo Fonte, prospecção e condução de processos de M&A e operações estruturadas diversas – (desde 2013); Citibank / Credicard, Diretor de parcerias estratégicas com o varejo, Head da Credicard Financiamentos, condução de processos de expansão da Cia. – (2009 a 2012).

Membro do conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Flávio Miarelli Piedade não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José João Abdalla Filho - 245.730.788-00

Diretor Presidente do Banco Clássico S.A.; Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Membro Suplente do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A.; Prefeito de Juiz de Fora – (de janeiro/2008 a dezembro/2012); Diretor-Presidente da Dinâmica Energia S.A.; Diretor-Presidente da Social S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial.

Membro do conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. José João Abdalla Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Técnico Administrativo da Companhia

Membro titular do Comitê do Pro saúde da Forluz (de 2006 a 2010).

Desde 2009, Membro Efetivo do Conselho Conselho de Administração Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ana Sílvia Corso Matte - 263.636.150-20

A Sra. Corso Matte nasceu em 1959. É formado em direito pela UFRGS-Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pós-graduada em Recursos Humanos, pela PUC-IAG-Rio de Janeiro, com MBA pelo PDG/EXEC (hoje IBMEC/Rio de Janeiro), tendo concluído, em 2010, o PGA-Programa de Gestão Avançada para executivos, no INSEAD-França. De 1997 a 2000 ocupou a diretoria de Recursos Humanos da CSN. De 2000 a 2003, foi diretora de Desenvolvimento Organizacional e de Recursos Humanos do Grupo Sendas. Entre 2003 e 2006, ocupou a diretoria de Recursos Humanos do Grupo TelSul. De agosto de 2006 a março de 2012, foi Diretora de Gente da Light S.A. Desde abril de 2012, é Diretora Executiva da Ana Silva Matte Consultoria em Gestão Ltda. Desde 22 de janeiro de 2015 é membro suplente dos conselhos de administração da Cemig, Cemig GT e Cemig D.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Guilherme Piva - 454.442.936-68

O Sr. Piva nasceu em 1962. Formou-se em economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF, com especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental – ENAP, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP. Foi Diretor de Investimentos e Finanças Corporativas de 2007 a 2012, na LCA Consultores. Atuou como Diretor de Investimentos na Angra Partners de 2012 a 2013. Foi CEO da Itatiaia Móveis de 2013 a 2014. Atua como Assessor da Presidência para Operações Estruturadas e Mercado e Capitais do BDMG – Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Wieland Silberschneider - 451.960.796-53

O Sr. Silberschneider nasceu em 1960. É formado em economia pela PUC-Minas, com especialização em Teoria e Operação de uma Moderna Economia Nacional pelo Institute for Brazilian Business and Public Management Issues/ George Washington University - Washington DC, em Orçamento, Controle e Contabilidade pelo Instituto de Estudos Fiscais – Ministério de Hacienda/Madrid-Espanha e em Gestão Macroeconômica e Política Fiscal, pelo Centro Regional de Capacitação para a América Latina no Brasil/FMI. cursou mestrado em Sociologia Urbana e Industrial pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG e doutorado em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR - Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG. Entre 1990 e 1992 foi diretor de orçamento da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e entre 1992 e 1993 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, ocupando, entre 1997 e 1999 a secretaria municipal adjunta de planejamento desta mesma prefeitura e entre 1996 e 1997, assessor econômico fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais. Entre 1999 e 2003 foi diretor de Recursos Humanos da Secretaria da Fazenda. Foi Subsecretário de Planejamento e Orçamento Ministério do Trabalho e Emprego entre 2003 e 2004 e do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome entre 2004 e 2005. Entre 2005 e 2007 foi o Representante do Estado de Minas Gerais no Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros da Secretaria da Fazenda do estado de Minas Gerais. Desde 2005 atua como Auditor Fiscal da Receita Estadual na Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais e também como Consultor de Programas da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Desde 1998 atua como executivo da Andrade Gutierrez Concessões, exercendo o papel de membro dos Conselhos Fiscais da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e da Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR.

Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

ANDRADE GUTIERREZ SA

Holding do Grupo Andrade Gutierrez, especializado em Infraestrutura Presidente da Empresa desde outubro de 2007; Oi Concessionária Operadora de Telecomunicações Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011; Telemar Participações Controladora do Grupo Oi Presidente do Conselho de Administração desde 2008 Contax Operadora de Call Center Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011 CTX Controladora da Contax Presidente do Conselho de Administração desde 2008 Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia, e Cemig Geração e Transmissão S.A.

(desde outubro de 2010). Membro de Conselho da Portugal Telecom

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Diretor da Andrade Gutierrez Concessões S.A., desde 2000.

Diretor da Andrade Gutierrez Participações S.A., desde 2011.

Vice-Presidente de Investimentos da Holding Andrade Gutierrez S.A., desde 2012.

Membro dos Conselhos de Administração da Dominó Holdings, Water Port e Companhia Operadora de Rodovias S.A..

Membro Suplente do Conselho de Administração (até 2010) e Membro Efetivo do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A..

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

(2000 até a presente data) ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A.

Ramo de Atividade: Holding

Cargo: Presidente e Membro do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões e Membro do Comitê Executivo da Andrade Gutierrez S.A.

Atividades exercidas: representa a Andrade Gutierrez Concessões nos conselhos de administração da CCR – holding de Concessionárias de Rodovias, da DOMINÓ – holding que possui participação acionária na SANEPAR – Cia. de Saneamento do Estado do Paraná, da Quiport – Concessionária do Aeroporto Internacional de Quito – Equador, do Conselho Consultivo da ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, da Telemar Participações S.A. e da Contax Participações S.A.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Companhia e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Carlos Fernando da Silveira Vianna - 319.830.656-68

O Sr. Vianna nasceu em 1956. É formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com especialização em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral, pós-Graduação “lato sensu” em Administração Pública, pela The George Washington University, em Washington/DC e MBA, em Gestão Organizacional, pelo IBMEC. Ingressou no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG em 1980, onde ocupou os seguintes cargos: De 1980 a 1998: Analista de desenvolvimento. Entre 1999 e 2005 atuou como gerente do Departamento de Desenvolvimento Tecnológico e entre 2006 e 2010, gerente do Departamento de Tecnologia e Meio Ambiente. Desde 2011 atua na assessoria de Inovação da presidência do BDMG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Nascido em 10 de junho de 1960, o Sr. Tarcísio Augusto Carneiro É empregado do Grupo Andrade Gutierrez desde 20 de dezembro de 1988, onde atuou na Construtora Andrade Gutierrez S/A, no Departamento de Concorrências, na área de estudos econômico-financeiros até dezembro de 1998. Em janeiro de 1999, foi transferido para a Andrade Gutierrez Concessões S/A, onde atua como Executivo da Empresa. Atuou como membro suplente do Conselho Fiscal da CCR S.A. em 2011. É membro suplente do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011. Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011. O. Membro Suplente do Conselho de Administração da CCR S.A. Membro Suplente do Conselho de Administração da CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Magalhães Meniucci - 081.100.286-16

Nascido em 26 de novembro de 1986, o Sr. Bruno Magalhães Menicucci Engenheiro é Assistente, na AGC Energia S.A., atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valuation de empresas, desde 2008. Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011. Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A. Geração e Transmissão S.A., desde 2011.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Nascida em 22 de setembro de 1982, a Sra. Marina Rosenthal Rocha é Analista de Projetos na Andrade Gutierrez Concessões S.A., empresa holding de participações societárias, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valoração de empresas. Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. no período de 27-04 a 17-12-2012. Membro do Conselho de Administração da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 18-12-2012. Membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A., holding controladora da Usina de Santo Antônio, no rio Madeira. Membro do Conselho de Administração da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. Membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

Nascido em 1933, o Sr. Guy Maria Villela Paschoal foi Membro da Câmara de Infraestrutura da Federação das Indústrias de Minas Gerais e, em FURNAS, participou da Junta de Consultores dos Projetos Hidrelétricos do Rio Madeira e, na ELETROBRAS, foi Consultor da Presidência e membro do Comitê Diretor do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte; tendo sido ainda, na CEMIG, membro suplente do Conselho de Administração e consultor para os aproveitamentos de Santo Antônio e Jirau.- 2003-2008 Presidente do Conselho e Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica- ABRADDEE (Brasília); Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros; Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.; Membro do Conselho Consultivo da Memória da Eletricidade do Brasil (Rio de Janeiro) e do Conselho Superior da Fundação Felice Rosso (Hospital Felício Rocho).- 2008/2012 Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antonio De Rezende Teixeira - 371.515.926-04

Advogado empregado da companhia brasileira de trens urbanos –cbtu, lotado na superintendência de trens urbanos de belo horizonte. Admitido em junho 1983 com relação empregatícia até esta data. Cedido ao município de belo horizonte para o exercício de diversos cargos públicos até junho de 2012. Encontra-se neste moento com o contrato de trabalho suspenso para tratar de interesse próprio.

Diretor jurídico da superintendência de desenvolvimento da capital entre 1993 a 1996, neste último ano tendo exercido a superintendência da autarquia municipal

Procurador-geral do município de belo horizonte a partir de 1997 até 2012, junho, quando fundou e exerceu a gerência de uma sociedade de advogados.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Mauro Borges Lemos - 316.720.516-49

Professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 1980, Mauro Borges é doutor em Economia pela Universidade de Londres, na Inglaterra, com pós-doutorado na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, e na Universidade de Paris, na França. De fevereiro a dezembro de 2014, foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Mauro Borges também foi presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e membro dos Conselhos de Administração do BNDES e do BNDES PAR. Exerceu vários cargos de direção na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dentre os quais chefe do Departamento de Ciências Econômicas, coordenador do Programa de Pós-Graduação de Economia e diretor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (Cedeplar).

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Companhia, Cemig Geração e Transmissão S.A., da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG, da Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom, e Redentor Energia S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Assessor do presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A., para assuntos de controle interno e auditoria. – desde março/2011.

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Companhia, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Companhia e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética do Amazonas-CEAM, do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT e do Conselho Fiscal da Light S.A., desde 2006.

Titular da empresa Irad Assessoria e Consultoria Ltda., nas áreas da administração e da comunicação social, com ênfase para a coordenação de verbas de publicidade, promoção e marketing para grandes empresas, desde 1973.

Escreve nas revistas FOCO e Encontro e é colaborador do Jornal do Brasil (eletrônico), Jornal Diário do Comércio (SP), o Dia (RJ), Hoje em Dia (BH), Jornal do Comércio (Manaus), dentre outros.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Vice-presidente da Associação dos Municípios – ABM e Presidente da Associação Macroregional dos Municípios do Sul do Triângulo Mineiro – AMTRIM.

Membro do Conselho Estadual de Habitação.

Primeiro Suplente Senador Dr. Eduardo Brandão de Azeredo / Mandato: 01-01-2003 a 31-12-2010.

Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 2003, e da Companhia e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

Membro do Conselho Administrativo do Shopping Center Uberaba, desde 2009.

Sócio Diretor da Construtora RCG Ltda., desde 2000.

Sócio Diretor da Cat's Hotelaria e Empreendimentos Ltda., desde 1986.

Sócio Diretor da Guaritá e Guaritá Participações Ltda., desde 2006.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Chefe de Gabinete da Secretaria de Transporte e Obras Públicas. - março/2007 a janeiro/2011.

Assessor da Presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, empresa pública voltada para o financiamento e fomento da economia do Estado de Minas Gerais. - desde abril/2011.

Membro do Conselho Fiscal da Cemig desde 2003, e da Companhia e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lauro Sander - 130.841.600-82

Banco do Brasil S.A. - Superintendente Estadual do Tocantins, Amazonas, Acre e Roraima. (2003 a 2007) e Superintendente de Governo para Região Sul e Sudeste. Sede em São Paulo. (2007 a 2008)

Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC. (01-05-2009 a 30-04-2010)

Membro do Conselho de Administração da Bombril S.A.. (01-05-2010 a 30-04-2012)

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Companhia, Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril/2013.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, desde 2003; e, Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2004.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Salvador José Cardoso de Siqueira - 302.074.607-87

Conselheiro de Administração do Brazilian American Merchant Bank – BAMB (01-11-2005 a 31-08-2008)

Diretor-Presidente do Brazilian American Merchant Bank – BAMB (01-11-2005 a 30-04-2011)

Presidente do Conselho Fiscal da BB Tur (01-08-2008 a 31-05-2011)

Presidente do Conselho Fiscal da BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (01-04-2011 a 30-04-2012)

Conselheiro de Administração do BB Ativo S.A. (01-09-2008 a 30-04-2011)

Diretor-Presidente do BB Leasing Company (01-08-2008 a 30-04-2011)

Gerente Executivo do Banco do Brasil S.A. (01-11-2005 a 30-04-2011)

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Companhia, Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril/2013

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Gonçalves Siqueira - 075.851.006-39

AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda.

Analista Contábil das áreas de Controladoria e Contabilidade (09/2007 a 06/2010)

Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia e de controladas em BRGaap, IFRS e USGaap, implementação das novas regras brasileiras (CPC), responsável pela auditoria da Lei Sarbanes-Oxley, contato direto com a matriz para esclarecimento e detalhamento das informações financeiras, reporting, elaboração do orçamento anual, e atendimento as auditorias externa e interna.

Andrade Gutierrez Concessões S.A.

Analista de Controladoria (desde 06/2010)

Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia, implementação das novas regras brasileiras (CPC), atendimento as auditorias externa e interna, recolhimento e pagamento de tributos, elaboração das obrigações tributárias acessórias, controle do contas a pagar e contas a receber, preparação dos Formulário de Referência e Cadastral da Cia., e participação em elaboração de estruturas societárias para aquisição de novos investimentos da companhia.

Outras funções exercidas no Grupo Andrade Gutierrez:

Membro do Conselho de Administração da Water Port S.A. Engenharia e Saneamento (desde 02/01/2013);

Membro suplente do Conselho Fiscal da Contax Participações S.A. (desde 11/04/2012);

Membro suplente do Conselho de Administração da Oi S.A. (desde 18/04/2012);

Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. (de 19/08/2011 até 11/04/2012).

Membro suplente do Conselho Fiscal da Cemig, Companhia e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Rafael Pinto Queiroz Neto - 012.372.526-79

Coordenador contábil da Construtora Andrade Gutierrez S.A. e outras empresas do Grupo Andrade Gutierrez S.A.. – desde 07-08-2006. Membro suplente do conselho fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Fabiano Maia Pereira - 027.583.306-28

Evandro Leite Vasconcelos - 251.704.146-68

Mateus de Moura Lima Gomes - 037.285.936-48

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

Raul Lycurgo Leite - 658.219.551-49

Ricardo José Charbel - 383.259.856-15

Márcio Lúcio Serrano - 110.906.186-20

Eduardo Lima Andrade Ferreira - 043.057.096-19

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - 098.044.046-72

Antônio Dirceu Araújo Xavier - 068.412.446-72

Ricardo Wagner Righi de Toledo - 299.492.466-87

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Allan Kardec de Melo Ferreira - 054.541.586-15

Helvécio Miranda Magalhães Júnior - 561.966.446-53

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

José Pais Rangel - 239.775.667-68

Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco - 371.150.576-72

Nelson José Hubner Moreira - 443.875.207-87

Bruno Westin Prado Soares Leal - 055.230.506-52

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

José João Abdalla Filho - 245.730.788-00

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Ana Sílvia Corso Matte - 263.636.150-20

Luiz Guilherme Piva - 454.442.936-68

Wieland Silberschneider - 451.960.796-53

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Carlos Fernando da Silveira Vianna - 319.830.656-68

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Bruno Magalhães Meniucci - 081.100.286-16

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

Marco Antonio De Rezende Teixeira - 371.515.926-04

Mauro Borges Lemos - 316.720.516-49

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Lauro Sander - 130.841.600-82

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Salvador José Cardoso de Siqueira - 302.074.607-87

Bruno Gonçalves Siqueira - 075.851.006-39

Rafael Pinto Queiroz Neto - 012.372.526-79

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Allan Kardec de Melo Ferreira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
054.541.586-15	Comitê de Recursos Humanos	Advogado		22/01/2015	0	0%
Ana Sílvia Corso Matte	Outros Comitês		Presidente do Comitê		22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
263.636.150-20	Comitê de Recursos Humanos	Advogada		22/01/2015	0	0%
Pertence ao Comitê de Apoio ao Conselho de Administração						
Antônio Dirceu Araújo Xavier	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
068.412.446-72	Comitê de Recursos Humanos	Advogado		22/01/2015	0	0%
Bruno Magalhães Menicucci	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até a AGO de 2016.
081.100.286-16	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro de Produção		22/01/2015	0	0%
O Conselheiro é membro dos Comitês de Estratégia, de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas e Finanças, Auditoria e Riscos						
Bruno Westin Prado Soares Leal	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
055.230.506-52	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Economista		22/01/2015	0	0%
Pertence ao Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos						
Carlos Fernando da Silveira Vianna	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
319.830.656-68	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro		22/01/2015	0	0%
Participa do Comitê de Estratégia.						
Eduardo Borges de Andrade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até a AGO de 2016.

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
000.309.886-91	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		22/01/2015	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade						
Flávio Miarelli Piedade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até a AGO de 2016.
703.736.396-00	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Administrador		22/01/2015	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Apoio, do Comitê de Estratégia e do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.						
Guy Maria Villela Paschoal	Outros Comitês		Presidente do Comitê		22/01/2015	Até a AGO de 2016.
000.798.806-06	Comitê de Desenv. Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.	Engenheiro		22/01/2015	0	0%
O Conselheiro é Coordenador do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Outros Comitês		Presidente do Comitê		22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
098.044.046-72	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Economista		22/01/2015	0	0%
Pertence ao Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas						
José Augusto Gomes Campos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até a AGO de 2016.
505.516.396-87	Comitê de Recursos Humanos	Físico		22/01/2015	0	0%
Luiz Guilherme Piva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
454.442.936-68	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Economista		22/01/2015	0	0%
Pertence ao Comitê de Apoio ao Conselho de Administração e Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
Marco Antonio De Rezende Teixeira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até AGO de 2016
371.515.926-04	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Advogadoc		22/01/2015	0	0%

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
371.150.576-72	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro metalurgista		22/01/2015	0	0%
Marina Rosenthal Rocha	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até a AGO de 2016
060.101.836-26	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheira Civil		22/01/2015	0	0%
Nelson José Hubner Moreira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016
443.875.207-87	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro eletricista		22/01/2015	0	0%
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até a AGO de 2016.
813.975.696-20	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Contador		22/01/2015	0	0%
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até a AGO de 2016.
400.540.200-34	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro Civil		22/01/2015	0	0%
O Conselheiro é membro do Comitê de Estratégia.						
Ricardo Vagner Righi de Toledo	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
299.492.466-87	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Administrador		22/01/2015	0	0%
Participa do Comitê de Estratégia						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Saulo Alves Pereira Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até a AGO de 2016.
787.495.906-00	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro Eletricista		22/01/2015	0	0%
O Conselheiro é membro dos Comitês de Estratégia e de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
Tarcísio Augusto Carneiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até a AGO de 2016.
372.404.636-72	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro Civil		22/01/2015	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê Finanças, Auditoria e Riscos do Conselho de Administração.						
Wieland Silberschneider	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
451.960.796-53	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Economista		22/01/2015	0	0%
Participa do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Allan Kardec de Melo Ferreira - 054.541.586-15						
Ana Sílvia Corso Matte - 263.636.150-20						
Antônio Dirceu Araújo Xavier - 068.412.446-72						
Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16						
Bruno Westin Prado Soares Leal - 055.230.506-52						
Carlos Fernando da Silveira Vianna - 319.830.656-68						
Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91						

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - 098.044.046-72

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Luiz Guilherme Piva - 454.442.936-68

Marco Antonio De Rezende Teixeira - 371.515.926-04

Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco - 371.150.576-72

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Nelson José Hubner Moreira - 443.875.207-87

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Ricardo Vagner Righi de Toledo - 299.492.466-87

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Wieland Silberschneider - 451.960.796-53

Allan Kardec de Melo Ferreira - 054.541.586-15

Ana Sílvia Corso Matte - 263.636.150-20

Antônio Dirceu Araújo Xavier - 068.412.446-72

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Bruno Westin Prado Soares Leal - 055.230.506-52

Carlos Fernando da Silveira Vianna - 319.830.656-68

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - 098.044.046-72

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Luiz Guilherme Piva - 454.442.936-68

Marco Antonio De Rezende Teixeira - 371.515.926-04

Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco - 371.150.576-72

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Nelson José Hubner Moreira - 443.875.207-87

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Ricardo Vagner Righi de Toledo - 299.492.466-87

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Wieland Silberschneider - 451.960.796-53

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Documento ainda não preenchido!

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Documento ainda não preenchido!

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11 – Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa**12.12 - Outras informações relevantes**

Cargos ocupados pelos membros do conselho de administração em outras sociedades ou entidades em conformidade com o Ofício GAE-1186/11: Não há qualquer informação a ser prestada pela Companhia, adicionalmente ao contido nos itens 12.6/8;

Informamos que até o dia 20.02.2015, data do arquivamento desse formulário, não havia ocorrido a posse do administrador abaixo.

Nome: **Raul Lycurgo Leite**

CPF: 658.219.551-49

Idade: 40

Profissão: Advogado

Cargo Eletivo Ocupado: Diretor Jurídico

Data da Eleição: 22/01/2015

Prazo do Mandato: Até a 1ª RCA após a AGO de 2016

Foi Eleito Pelo Controlador: Sim

Outros Cargos e Funções Exercidas no Emissor: Não exerce outras funções na Companhia.

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações:

Mestre em Direito Internacional pela American University – Washington College of Law, em Washington (EUA), com pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas em Direito e Política Tributária e em Direito Econômico e das Empresas, e bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB). Advogado e, desde 2002, procurador federal da Procuradoria Geral e da Advocacia Geral da União (PGF/AGU). Atua como consultor jurídico do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, desde 2011. Atuou ainda na Procuradoria-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13. Remuneração dos administradores

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três anos de exercícios sociais, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, de Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia foi suportada integralmente pela companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, controladora da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a) termos e condições gerais

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) principais objetivos do plano

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

f) número máximo de ações abrangidas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

h) condições de aquisição de ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações**j) critérios para fixação do prazo de exercício**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

k) forma de liquidação

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

l) restrições à transferência das ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria Estatutária

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a) modelo de precificação

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Documento ainda não preenchido!

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.**13.13 – Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Nos últimos três exercícios sociais, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia foi suportada integralmente pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, controladora da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16. Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas

Não há informações adicionais referentes a este item que a Companhia julgue relevantes.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) índice de rotatividade

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) Política de benefícios

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig						
17.155.730/0001-64	Brasileira	Não	Sim	29/08/2012		
2.261.997.787	100,000	0	0,000	2.261.997.787	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.261.997.787	100,000	0	0,000	2.261.997.787	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig				17.155.730/0001-64		
Ações em tesouraria						
17.155.730/0001-64	brasileira	Não	Não	28/03/2014		
69	0,000	560.649	0,067	560.718	0,045	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
AGC Energia S.A.						
11.221.326/0001-65	Brasileira	Sim	Não	26/12/2013		
138.700.848	32,964	42.671.763	5,092	181.372.611	14,408	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Estado de Minas Gerais						
18.715.615/0001-60	Brasileira	Sim	Sim	03/04/2014		
214.414.739	50,958	0	0,000	214.414.739	17,033	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig				17.155.730/0001-64	
FIA Dinâmica Energia					
08.196.003/0001-54		Sim	Não	26/12/2013	
28.501.552	6,774	8.768.594	1,046	37.270.146	2,961
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Lazard Asset Management LLC					
	Americana	Não	Não	16/06/2014	
0	0,000	42.475.810	5,068	42.475.810	3,374
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
MGI - Minas Gerais Participações S.A.					
19.296.342/0001-29	brasileira	Não	Não	03/04/2014	
0	0,000	78.582.845	9,377	78.582.845	6,242
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
39.147.500	9,304	665.017.285	79,350	704.164.785	55,938

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig				17.155.730/0001-64	
TOTAL					
420.764.708	100,000	838.076.946	100,000	1.258.841.654	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2014
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
------------------------------	---	-----------

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 - Organograma dos acionistas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

15.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes com relação a este tópico foram devidamente informadas nos itens anteriores.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Baguari Energia	28/08/2006	118.482.941,00	331.000,00	Não é possível aferir tal montante.	31/12/2009	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Cemig Geração e Transmissão S/A (controlada da Companhia Energética de Minas Gerais).					
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. O valor registrado atualmente é: R\$331mil (passivo 31/12/2013) e R\$5.591mi l(despesa 31/12/2013). E os anteriores eram: R\$ 717mil (passivo 31/12/2012), R\$159 mi l(receita 31/12/2012) e R\$ 5.299 mil (despesa 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
CEMIG	04/08/2004	369.000,00	961.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.					
Objeto contrato	Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática. Os valores atualmente registrados são: R\$8.940(despesa 31/12/2013) e R\$9.901 mil (ativo não circulante 31/12/2013) e R\$ 961mil (passivo circulante 31/12/2013). E os anteriores eram: R\$12.452 mil (passivo 31/12/2012), e R\$5.115 mil (ativo não circulante 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
CEMIG	04/08/2004	352.781.000,00	245.127.000,00	352.781.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controladora.					
Objeto contrato	Objeto contrato Juros sobre Capital Próprio e Dividendos. Os valores registrados são:R\$ 245.127 (passivo 31/12/2013) e R\$119.947mil(passivo 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Não há.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos.					
Posição contratual do emissor						
Cemig Capim Branco	04/08/2004	4.695.788.141,00	7.996.000,00	Não é possível aferir tal montante.	8 anos a partir do início do fornecimento.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais- CEMIG					
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. O valor atualmente registrado é:R\$305 mil (ativo 31/12/2013), R\$7.996 mil (passivo 31/12/2013) R\$ 5.292 mil (receita 31/12/2013) e R\$96.586 (despesa 31/12/2013). E os anteriores eram: R\$ 7.406mil (passivo 31/12/2012), R\$ 4.975mil (receita 31/12/2012) e R\$ 90.627 (despesa 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Recebíveis					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Geração e Transmissão	04/08/2004	16.629.000,00	16.629.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.					
Objeto contrato	Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática. Os valores atualmente registrados são: R\$10.599mil (despesa 31/12/2013), R\$13.002mil (passivo circulante 31/12/2013) e R\$23.600mil (ativo não circulante 31/12/2013). E os anteriores são: R\$16.629mil (passivo circulante 31/12/2012), R\$17.922mil (despesa 31/12/2012) e R\$18.081mil (ativo não circulante 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Cemig Geração e Transmissão S. A.	04/08/2004	4.695.788.141,00	3.157.000,00	Não é possível aferir tal montante.	8 anos a partir do início do fornecimento	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG					
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. Cemig Capim Branco S. A., decorrentes, principalmente, do leilão público ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas nos termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. Os valores atualmente registrados são: R\$3.157 mil (ativo 31/12/2013), R\$15.815mil(passivo 31/12/2013), R\$36.192mil(receita 31/12/2013) e R\$140.596mil(despesa 31/12/2013). E os anteriores eram: R\$3.130mil (ativo 31/12/2012), R\$28.386mil (passivo 31/12/2012), R\$46.001mil(receita 31/12/2012) e R\$ 281.018mil(despesa 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Saúde	12/03/2012	8.256.000,00	52.682.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Patrocinada- Plano de Saúde					
Objeto contrato	Plano de Saúde e Odontológico - Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados .Os valores registrados anteriormente eram: R\$66.030 mil e R\$52.682 mil (despesa 31/12/2013 e 31/12/2012 respectivamente), R\$709.725 mil e R\$445.446mil(passivo não circulante 31/12/2013 e 2012 respectivamente) e R\$48.359 mil (passivo circulante 31/12/2013).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.					
Posição contratual do emissor						
Cemig Telecomunicações	20/07/2010	46.722.385,76	6.646.000,00	Não é possível aferir tal montante.	60 meses, a partir da sua assinatura.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais- CEMIG.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos corrigido pelo IGP-M. O valor registrado atualmente é: R\$6.646 (passivo 31/12/2013) e R\$14.185mil (despesa 31/12/2013). E os anteriores eram: R\$2.996mil (passivo 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Telecomunicações	13/01/1999	2.989.000,00	3.105.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Mensal	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais					
Objeto contrato	Objeto contrato Operações com Energia Elétrica. O valor registrado é: R\$ 306mil (ativo 31/12/2013), R\$3.105 mil (receita 31/12/2013). O anteriormente registrado é R\$2.989 mil (receita 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Telecomunicações	22/03/2000	0,00	7.103.000,00	Não é possível aferir tal montante.	15 anos	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais- CEMIG.					
Objeto contrato	Compartilhamento de infraestrutura excedente da Distribuição, Transmissão e Subtransmissão compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecom. Não há índice de reajuste. O valor atualmente registrado é: R\$7.103 mil (ativo 31/12/2013) e R\$3.934mil(receita 31/12/2013). E os anteriores eram: R\$2.444mil(ativo 31/12/2012) e R \$4.630(receita 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia	02/01/2012	14.422.000,00	368.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG.					
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. O valor atualmente registrado é: R\$368 mil (passivo 31/12/2013) e R\$2.940mil(despesa 31/12/2013). E os anteriores eram: R\$1.167 mil (passivo 31/12/2012) e R\$ 10.245 mil (despesa 31/12/2012)					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Empresa Paraense de Transmissão de Energia	03/12/2003	2.911.000,00	68.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG					
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. O valor atualmente registrado é: R\$ 68 mil (passivo 31/12/2013) e R\$598mil (despesa 31/12/2013). E os anteriores eram: R\$ 224mil (passivo 31/12/2012) e R\$ 2.064 mil (despesa 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Recebíveis					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
For luz	31/12/2004	1.405.255.443,06	1.405.255.443,06	1.126.400.074,06	Até junho de 2024.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Obrigações Pós-emprego. Nestes valores contemplam os valores de R\$43.695mil e 1.361.560mil (passivo 30/09/2012), R\$65.498mil (despesa 30/09/2011), R\$70.416mil (despesa 30/09/2012), R\$53.687 mil (passivo 31/12/2011), R\$1.339.105 mil (passivo 31/12/2011).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
Constitui dívida de repasse da Cia. Energética de Minas Gerais- CEMIG e subsidiárias com os fundos de previdência dos empregados. O montante R\$1.126.400.074,06 representa o valor histórico desta dívida correspondente à Companhia. Os contratos da Forluz são reajustados pelo IPCA (IBGE) e serão amortizadas até o exercício de 2024 (Vide Notas Explicativas n' 15 e 21 do ITR de 30/09/2012).						
Obs.: Montante envolvido e Montante correspondente ao interesse da parte relacionada tratam o valor principal à época do contrato. O saldo existente considera atualizações e amortização da dívida.						
Posição contratual do emissor						
For luz	04/08/2004	12.277.000,00	16.369.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	0,000000
Relação com o emissor						
Gestor dos Planos de Previdência.						
Objeto contrato						
Custeio Administrativo - Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamentos da Companhia. No período anterior o valor registrado de despesa era: R\$10.634 mil (31/12/2011).						
Garantia e seguros						
Não há.						
Rescisão ou extinção						
Não há.						
Natureza e razão para a operação						
Despesa com Pessoal. Contribuições da Companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa n° 17 das Demonstrações Contábeis) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo. O valor anteriormente registrado era: R\$46.446 mil (despesa 31/12/2011).						
Posição contratual do emissor						
For luz	04/08/2004	12.277.000,00	16.159.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	0,000000
Relação com o emissor						
Gestor dos Planos de Previdência Privada						
Objeto contrato						
Custeio Administrativo - Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamentos da Companhia. Os valores registrados de despesa são: R\$16.159 mil (31/12/2013 e R\$16.369mil (31/12/2012).						
Garantia e seguros						
Não há.						
Rescisão ou extinção						
Não há.						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Governo do Estado de Minas Gerais	04/08/2004	8.368.000,00	8.368.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Consumidores e Revendedores. Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. Nos períodos anteriores os valores registrados eram: R \$20.695mil (ativo 31/12/2013), R\$8.197 (ativo 31/12/2012, R\$87.694mil (receita 31/12/2013) e 96.286mil (receita 31/12/2011).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S. A.	03/11/2009	5.663.000,00	1.818.000,00	Não é possível aferir tal montante.	8 anos a partir do início do fornecimento.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.					
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. O valor atualmente registrado é: R\$1.818mil (passivo 31/12/2013) e R\$ 15.640mil(despesa 31/12/2013). E os anteriores eram: R\$2.577mil(passivo 31/12/2012) e R\$23.906 mil (despesa 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3- Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.

O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas, adotado nas operações acima indicadas e em futuras operações que decorram das mesmas circunstâncias, segue estritamente os termos do artigo 12 do estatuto social da Companhia, que atribui aos membros do Conselho de Administração, além de outras matérias que lhe comete a legislação: "deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum".

Ademais, o Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia ("Regimento Interno") estabelece, em seu artigo 23, que os membros do Conselho de Administração da Companhia devem "exercer as suas funções no exclusivo interesse da Companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da sua função social", devendo o conselheiro declarar, previamente à deliberação, que tem interesse particular ou conflitante com o da Companhia quanto a determinada matéria submetida à sua apreciação, abstenendo-se de participar da sua discussão e votação. Nesse mesmo sentido, o artigo 26 do Regimento Interno proíbe os membros do Conselho de Administração da Companhia de intervir em operações que tenham interesse conflitante com a Companhia, devendo, nessa hipótese, consignar as causas do seu impedimento em ata, em conformidade com o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações.

b) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia são realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores da Companhia. As transações também são refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Evita-se, ainda, tempestivamente o mau uso dos ativos da Companhia e, especialmente, hipotéticos abusos em transações entre partes relacionadas.

Além disso, a Companhia acredita que os membros de sua administração atuam com lealdade e compromisso ético em relação à Companhia, não permitindo que interesses distintos possibilitem o favorecimento próprio ou de terceiros, o mau uso dos ativos ou hipotéticos abusos em transações envolvendo a Companhia.

Dessa forma, a Companhia entende que operações com partes relacionadas por ela realizadas, conforme elencadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, possuem caráter estritamente comutativo, sendo lhes obtida a devida aprovação por parte dos

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

órgãos competentes, conforme mencionado acima.

Por fim, cabe ressaltar que o grupo do qual a Companhia faz parte está comprometido com a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa, estando a Companhia

16.3- Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG"), controladora da Companhia, submetida ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), que prevê, em sua cláusula 4.6, que a CEMIG deve enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a CEMIG e suas controladas e coligadas, seus administradores, seu acionista controlador, e, ainda, de todo e qualquer contrato celebrado entre a CEMIG e quaisquer sociedades que façam parte de grupo econômico, de fato ou de direito, em comum com seus administradores ou seu acionista controlador, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, valor igual ou superior a R\$ 200 mil ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando-se aquele que for maior.

Cabe destacar que a administração possui estrutura de controles internos que garantem que as operações realizadas estão em condições similares às que seriam estabelecidas com partes não relacionadas.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/07/2005	2.261.997.787,64		2.261.997.787	0	2.261.997.787
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/07/2005	2.261.997.787,64		2.261.997.787	0	2.261.997.787
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/07/2005	2.261.997.787,64		2.261.997.787	0	2.261.997.787

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações que a Companhia julga relevantes com relação a este tópico estão descritas nos itens anteriores.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Documento ainda não preenchido!

18.2/Descrição dos itens - Regras estatutárias que limitam direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A Companhia é registrada como emissora da "Categoria B" e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3 -Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

A Companhia é registrada como emissora da "Categoria B" e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1a emissão
Data de emissão	01/06/2006
Data de vencimento	01/06/2014
Quantidade	23.042
Unidade	
Valor total R\$	250.503.517,80
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Outras características relevantes	Vide informações na tabela presente no Item 18.10

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 2a emissão
Data de emissão	15/12/2007
Data de vencimento	15/12/2017
Quantidade	40.000
Unidade	
Valor total R\$	400.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Outras características relevantes	Vide informações na tabela presente no Item 18.10

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 3a emissão
Data de emissão	15/02/2013
Data de vencimento	15/02/2025
Quantidade	2.160.000
Unidade	

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor total R\$	2.160.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Outras características relevantes	Vide informações na tabela presente no Item 18.10

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6- Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As notas promissórias comerciais da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissões da Companhia encontram-se quitadas, não sendo negociadas atualmente. As notas promissórias comerciais da 5ª e 6ª emissões da Companhia estavam registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários (antigo SND - Sistema Nacional de Debêntures), administrado e operacionalizado pela CETIP S. A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo liquidadas financeiramente e custodiadas eletronicamente na CETIP.

As debêntures da 2ª e 3ª emissões da Companhia são registradas para negociação no mercado secundário por meio (i) Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários (antigo SND - Sistema Nacional de Debêntures), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as debêntures liquidadas e custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

A Companhia é registrada como emissora da "Categoria B" e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas**18.10 – Outras Informações Relevantes**

Além das emissões de valores mobiliários que não sejam ações mencionadas no item 18.5 (detalhadamente descritos abaixo) deste Formulário de Referência, a Companhia realizou as seguintes emissões, cujas obrigações já haviam sido integralmente quitadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2013: (i) 1ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 300.000.000,00; (ii) 2ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 200.000.000,00; (iii) 3ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 400.000.000,00; (iv) 4ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 100.000.000,00; (v) 5ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 640.000.000,00 e (vi) 6ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 600.000.000,00.

Descrição detalhada dos valores mobiliários que não sejam ações (item 18.5):

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1ª emissão
Data de emissão	01 de junho de 2006
Data de vencimento	01 de junho de 2014
Quantidade (Unidades)	23.042
Valor total (Reais)	250.503.517,80
Restrição a circulação	Não
Descrição da restrição	---
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Hipótese e cálculo do valor de resgate	---
Características dos valores mobiliários	<p>Juros Remuneratórios: 10,5% ao ano acrescido de atualização monetária pelo IPCA.</p> <p>Garantia: as debêntures da 1ª emissão contaram com o aval da CEMIG.</p> <p>Restrições a Companhia: Não há.</p> <p>Agente Fiduciário: Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.</p> <p>Hipóteses de Vencimento Antecipado: o agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as</p>

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal unitário das Debêntures, acrescido da remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: (a) requerimento de recuperação judicial e extrajudicial, pedido de falência formulada pela Companhia, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas; (b) extinção, liquidação, dissolução ou decretação de falência da Companhia, da CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas; (c) falta de cumprimento, pela Companhia ou pela CEMIG, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures; (d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, da CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00, em razão de inadimplência contratual ou não; (e) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Companhia seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Companhia constante de suas últimas demonstrações financeiras à época; (f) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais qualquer das controladas da CEMIG sejam parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

operacional líquida consolidada da CEMIG constante de suas últimas demonstrações financeiras à época; (g) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, a CEMIG ou qualquer de suas controladas e coligadas, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; (h) falta de cumprimento pela Companhia ou pela CEMIG, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário; (i) se a Companhia, a CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Companhia, pela CEMIG, ou qualquer de suas controladas e coligadas, segundo qualquer acordo ou contrato de qual ela seja parte como mutuária ou CEMIG, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50.000.000,00; e/ou (j) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, que impliquem redução do capital social da Companhia e/ou da CEMIG.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

<p>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</p>	<p>Nas deliberações das assembleias dos debenturistas, cada debênture tem direito a um voto, admitindo-se a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação, observado que alterações nas condições de remuneração e/ou pagamento das debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas representando 90% das debêntures em circulação. A assembleia dos debenturistas pode ser convocada pela Companhia, pelo agente fiduciário ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento), das debêntures em circulação, ou pela CVM.</p>
<p>Outras características relevantes</p>	<p>Banco Mandatário: Banco Itaú S.A.</p> <p>Destinação dos Recursos: A 1ª emissão de debêntures da Companhia foi realizada para fins da permuta obrigatória das debêntures da 3ª Emissão da CEMIG, com o conseqüente cancelamento das mesmas. Em razão da permuta obrigatória, a Companhia não recebeu os recursos líquidos desta oferta, uma vez que as debêntures foram integralizadas com as debêntures da 3ª emissão da CEMIG. Por sua vez, os recursos provenientes da 3ª emissão da CEMIG foram destinados à amortização das dívidas da CEMIG contraídas para realização de investimentos em distribuição de energia elétrica e que venceram no ano de 2004.</p>

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 2ª emissão
Data de emissão	15 de dezembro de 2007
Data de vencimento	15 de dezembro de 2017
Quantidade (Unidades)	40.000
Valor total (Reais)	400.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Descrição da restrição	---
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Hipótese e cálculo do valor de resgate	---
Características dos valores mobiliários	<p>Juros Remuneratórios: 7,96% ao ano acrescido de atualização monetária pelo IPCA.</p> <p>Garantia: as debêntures da 2ª emissão não possuem qualquer garantia.</p> <p>Restrições a Companhia: não há.</p> <p>Agente Fiduciário: SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.</p> <p>Hipóteses de Vencimento Antecipado: o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido da remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada <i>pro rata temporis</i>, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: (a) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Companhia ou pedido de recuperação</p>

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

judicial ou extrajudicial da Companhia ou pedido de falência formulado pela Companhia ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Companhia, nos termos da legislação aplicável; (b) falta de cumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às debêntures; (c) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; (d) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Companhia seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Companhia constante de suas últimas demonstrações financeiras à época; (e) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário; (f) falta de cumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura, não sanada em até 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário à Companhia nesse sentido; (g) se a Companhia deixar de pagar, até a data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

	<p>qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Companhia segundo qualquer acordo ou contrato de qual ela seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; e/ou (h) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, que impliquem redução do capital social da Companhia; para fins desta alínea, entendendo-se por "privatização" a hipótese na qual: (i) a atual controladora direta da Companhia, a CEMIG, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da Companhia; e/ou (ii) o atual controlador da CEMIG, o Governo do Estado de Minas Gerais, direta ou indiretamente, deixe de deter o equivalente a, pelo menos, 50% mais uma ação do total das ações representativas do capital votante da CEMIG.</p>
<p>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</p>	<p>Nas deliberações das assembleias dos debenturistas, cada debênture tem direito a um voto, admitindo-se a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação, observado que alterações nas condições de remuneração e/ou pagamento das debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas representando 90% das debêntures em circulação. A assembleia dos debenturistas pode ser convocada pela Companhia, pelo agente fiduciário ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento), das debêntures em circulação, ou pela CVM.</p>
<p>Outras características relevantes</p>	<p>Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A.</p>

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

	Destinação dos Recursos: os recursos oriundos da captação por meio da emissão foram destinados para pagamento parcial do saldo devedor remanescente das notas promissórias emitidas no âmbito da 3ª emissão pública de notas promissórias da Companhia.
--	---

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 3ª emissão
Data de emissão	15 de fevereiro de 2013
Data de vencimento	(i) 1ª série em 15/02/2018, (ii) 2ª série em 15/02/2021; e (iii) 3ª série em 15/02/2025.
Quantidade (Unidades)	2.160.000
Valor total (Reais)	2.160.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Descrição da restrição	---
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Hipótese e cálculo do valor de resgate	---
Características dos valores mobiliários	<p>Atualização monetária das 2ª e 3ª séries: pelo IPCA - IBGE (na 1ª série: não há).</p> <p>Juros remuneratórios: (i) 1ª série: 100% da Taxa DI capitalizada de spread 0,69% aa; (ii) 2ª série: 4,70% aa; (iii) 3ª série: 5,10% aa.</p> <p>Espécie: quirografária</p> <p>Garantia: garantia fidejussória solidária prestada pela CEMIG.</p> <p>Agente Fiduciário: GDC Partners DTVM.</p>

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Vencimento Antecipado: (a) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Companhia e/ou Garantidora, ou pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou falência formulado pela Companhia e/ou Garantidora ou evento caracterizando estado de insolvência da Companhia e/ou Garantidora; (b) falta de cumprimento pela Companhia e/ou Garantidora de obrigação pecuniária relacionada às Debêntures; (c) vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia e/ou Garantidora de inadimplemento em obrigação de pagar valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 ou equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; (d) término de quaisquer dos contratos de concessão onde a Companhia e/ou Garantidora sejam parte, e representem valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Companhia e/ou Garantidora, constante nas últimas demonstrações financeiras à época; (e) protesto legítimo de títulos contra a Companhia e/ou contra Garantidora, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00 ou equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia e/ou Garantidora, bem como se for suspenso, cancelado ou prestadas garantias em juízo, em hipótese, no prazo máximo de trinta dias da data do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Companhia; (f) falta de cumprimento pela Companhia e/ou Garantidora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em trinta dias da data do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Companhia; (g) se a Companhia e/ou

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Garantidora, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais para o não pagamento, de dívida ou obrigação pagável pela Companhia e/ou Garantidora, conforme acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; (h) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária que implique na redução do capital social da Companhia e/ou Garantidora, salvo se por determinação legal ou regulatória, ou ainda se não provocar a alteração do *rating* da emissão para uma nota inferior a "Aa3.br" fornecida pela Moody's América Latina ou classificação equivalente emitida por outra agência contratada; e/ou (i) transformação da Companhia em sociedade limitada.

Resgate obrigatório: as debêntures em circulação da segunda e/ou terceira série poderão ser resgatadas antecipadamente caso: (i) não sejam subscritas e integralizadas por, no mínimo, dez investidores por série, com participação individual máxima de 20% da respectiva série; (ii) o *rating* da emissão não seja atualizado pela Agência de Classificação de Risco em periodicidade mínima anual; (iii) passem a ser remuneradas por outras taxas que não juros prefixados, índices de preços e/ou outras taxas de juros de referência; (iv) caso o formador de mercado não exerça sua função nos primeiros doze meses após a data de emissão; (v) não adote o mecanismo que garanta a divulgação periódica de relatório de análise da CVM dos primeiros doze meses após a data de

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

	<p>emissão; (vi) não sejam negociadas em mercado de bolsa de valores/balcão organizado, com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência por terceiros; e (vii) a ocorrência do disposto no subitem (h) das hipóteses de vencimento antecipado, caso não resulte no vencimento antecipado das debêntures.</p>
<p>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</p>	<p>A assembleia dos debenturistas pode ser convocada pela Companhia, pelo agente fiduciário, pela CVM ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação.</p> <p>Nas deliberações das assembleias dos debenturistas, a cada debênture caberá um voto, admitindo-se a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação, observado que as alterações nas condições de remuneração, nas datas de pagamento e/ou da espécie das debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação. Além disso, quaisquer alterações na cláusula de vencimento antecipado, também deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação.</p>
<p>Outras características relevantes</p>	<p>Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A.</p> <p>Destinação dos Recursos: os recursos oriundos da captação por meio da emissão foram destinados da seguinte forma e na seguinte proporção: (i) aproximadamente 31% (trinta e um por cento) para o resgate das 64 Notas Promissórias da 5ª Emissão da Companhia; (ii) aproximadamente 28%</p>

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

	<p>(vinte e oito por cento) para o resgate das 60 Notas Promissórias da 6ª Emissão da Companhia; e (iii) o saldo remanescente, equivalente a aproximadamente 41% (quarenta e um por cento) para investimento em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura de distribuição de energia elétrica da Companhia.</p>
--	--

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Documento ainda não preenchido!

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Documento ainda não preenchido!

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Documento ainda não preenchido!

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2 – Outras informações relevantes

A Companhia não possui outras informações para esse item que julgue relevantes.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21. Política de divulgação

21.1 – Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Estão subordinados à política de divulgação de ato ou fato relevante e uso de informações, assim como à política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, os: Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas e consultivos da Companhia; empregados e executivos com acesso as informações relevantes; e, ainda quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na sociedade, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia (“Pessoas Relacionadas”). As Pessoas Relacionadas deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”).

Quaisquer reuniões com entidades de classe, público investidor ou com público selecionado, no País ou no exterior, que versem sobre matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, somente poderão ser realizadas por Administradores da Companhia quando contarem com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa por ele nomeada para esse fim. Caso contrário, a Informação Relevante deverá ter o seu conteúdo reportado ao Diretor de Relações com Investidores, para que o mesmo divulgue a eventual Informação Relevante ao mercado simultaneamente à realização da reunião.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de quaisquer informações de cunho financeiro da Companhia aos órgãos de imprensa, bem como a confirmação, correção ou esclarecimento de informação sobre ato ou fato relevante perante a CVM.

Na hipótese de solicitação de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante pela CVM ou pelas bolsas de valores, e, ainda, caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

A versão integral da Política de Divulgação de Informações da Companhia está disponível no website da CVM e da Companhia: <http://www.cvm.gov.br> e <http://ri.cemig.com.br>, respectivamente.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Instrução CVM 358, criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de ato ou fato relevante de companhias abertas. Não obstante a obrigação legal imposta aos administradores da companhia aberta de divulgar imediatamente à bolsa de valores e à imprensa informações sobre atos ou fatos relevantes, nos termos do parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Instrução CVM 358 atribuiu ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, assim como a função de zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam negociados. De modo a assegurar o cumprimento dos deveres atribuídos ao Diretor de Relações com Investidores, no âmbito da Instrução CVM 358, as Pessoas Relacionadas têm o dever de comunicar ao Diretor de Relações com Investidores informação acerca de ato ou fato relevante para que este possa cumprir seu dever de comunicar e divulgar.

Quando Informar e Divulgar Prazos

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, no País ou no exterior. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

A Quem Informar

As informações sobre ato ou fato relevante deverão ser comunicadas à CVM.

Formas de Divulgação Jornais e Internet

A divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia deverá ser realizada por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia. A Companhia poderá, a cada divulgação de ato ou fato relevante, optar por realizá-la de forma resumida nos jornais referidos no item acima, mas nesta hipótese, deverá estar indicado nas publicações o endereço na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM. A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, inclusive da informação veiculada através da Internet acima referida, devem ser realizadas de modo claro e preciso, assim como devem atender a uma linguagem acessível ao público investidor.

A Informação Privilegiada e o Dever de Sigilo

As Pessoas Relacionadas com acesso a informação terão o dever de: (i) guardar sigilo das informações relativas à ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado, em função do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever do sigilo. Assim, para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

Exceção à Imediata Divulgação

Como explicitado anteriormente, a regra geral em relação a ato ou fato relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação ao mercado. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar ato ou fato relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise. Essa exceção (não divulgação de ato ou fato relevante) somente se aplicará nos casos em que a divulgação indistinta de Informação Privilegiada que constitua ato ou fato relevante puser em risco interesse legítimo da Companhia. Nesse caso, deve-se estar atento para a obrigação de divulgação imediata se a informação escapar ao controle. Na hipótese acima e à luz das circunstâncias, o Diretor de Relações com Investidores deverá submeter à CVM a decisão de guardar sigilo acerca de ato ou fato relevante através de proposta de manutenção de sigilo a ser dirigida ao presidente da CVM, em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra “Confidencial”. Caso a CVM decida pela revelação do ato ou fato relevante, determinará que, imediatamente, o comunique às bolsas de valores e o divulgue publicamente.

Procedimentos para a Não Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia

Tendo em vista seu caráter excepcional, a não divulgação de ato ou fato relevante relacionado à Companhia será objeto de decisão dos Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia, conforme o caso. Caso o ato ou fato relevante esteja ligado a negociações promovidas pelos Acionistas Controladores e estes decidam por sua não divulgação, deverão os Acionistas Controladores encaminhar comunicação a respeito dirigida ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, por escrito. Entretanto, na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrendo oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, torna-se obrigatória a divulgação imediata de ato ou fato relevante por meio dos Administradores e Acionistas Controladores de forma direta ou através do Diretor de Relações com Investidores independentemente da decisão dos Administradores e Acionistas Controladores.

Responsabilidade em Caso de Omissão

Caso, diante da comunicação realizada, as pessoas mencionadas neste item constatem a omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM. Caso haja omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento do seu dever de comunicação e divulgação de ato ou fato relevante anteriormente não divulgado por decisão dos Administradores ou Acionistas Controladores e, posteriormente, essa mesma informação escape ao controle ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, os Administradores ou Acionistas Controladores somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Procedimentos de Comunicação de Informações sobre Negociações de Administradores e Pessoas Ligadas

As Pessoas Relacionadas deverão comunicar informações sobre todas as negociações que realizarem com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou ainda com valores mobiliários de emissão de sociedades controladas ou controladoras, de que sejam titulares eles próprios ou as Pessoas Relacionadas, bem como as alterações em suas posições e seus planos de negociação periódica, inclusive as subsequentes alterações e o descumprimento de tais planos.

A comunicação deverá ser efetuada pelas pessoas mencionadas acima: (i) imediatamente após a investidura no cargo; e (ii) no prazo máximo de cinco dias corridos após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas, indicando o saldo da posição no período. O Diretor de Relações com Investidores encaminhará todas as informações recebidas à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores nas quais os valores mobiliários estejam admitindo à negociação, no prazo máximo de dez dias corridos após o término do mês de referência.

Procedimentos de Comunicação e Divulgação sobre Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante

Os procedimentos de comunicação e divulgação de informações sobre negociação de valores mobiliários de Assessoria de Relações com Investidores emissão da Companhia, que envolvam participação acionária relevante, previstos nessa Seção, são baseados no artigo 12 da Instrução CVM 358.

Entende-se por participação acionária relevante aquela que corresponda, direta ou indiretamente, a 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia. O dever de divulgação e comunicação aplica-se: aos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do conselho de administração da Companhia, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, quando os mesmos adquirirem ou alienarem (ou extinguirem) participação acionária relevante, ou direitos sobre participação acionária relevante. A divulgação deverá ser realizada pro meio de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia ou, ainda, pela publicação de forma resumida nesses jornais com indicação do endereço na Internet.

Estará igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária relevante igual ou superior ao percentual referido acima, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% da espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia.

A comunicação à CVM deverá ser encaminhada imediatamente após ser alcançada a participação relevante mencionada nesta Seção.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

A versão integral da Política de Divulgação de Informações da Companhia está disponível no website da CVM e da Companhia: <http://www.cvm.gov.br> e <http://ri.cemig.com.br>, respectivamente.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Instrução CVM 358, criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de ato ou fato relevante de companhias abertas. Não obstante a obrigação legal imposta aos administradores da companhia aberta de divulgar imediatamente à bolsa de valores e à imprensa informações sobre atos ou fatos relevantes, nos termos do parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Instrução CVM 358 atribuiu ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, assim como a função de zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam negociados. De modo a assegurar o cumprimento dos deveres atribuídos ao Diretor de Relações com Investidores, no âmbito da Instrução CVM 358, as Pessoas Relacionadas têm o dever de comunicar ao Diretor de Relações com Investidores informação acerca de ato ou fato relevante para que este possa cumprir seu dever de comunicar e divulgar.

Quando Informar e Divulgar Prazos

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, no País ou no exterior. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

A Quem Informar

As informações sobre ato ou fato relevante deverão ser comunicadas à CVM.

Formas de Divulgação Jornais e Internet

A divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia deverá ser realizada por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia. A Companhia poderá, a cada divulgação de ato ou fato relevante, optar por realizá-la de forma resumida nos jornais referidos no item acima, mas nesta hipótese, deverá estar indicado nas publicações o endereço na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM. A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, inclusive da informação veiculada através da Internet acima referida, devem ser realizadas de modo claro e preciso, assim como devem atender a uma linguagem acessível ao público investidor.

A Informação Privilegiada e o Dever de Sigilo

As Pessoas Relacionadas com acesso a informação terão o dever de: (i) guardar sigilo das informações relativas à ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado, em função do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever do sigilo. Assim, para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

Exceção à Imediata Divulgação

Como explicitado anteriormente, a regra geral em relação a ato ou fato relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação ao mercado. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar ato ou fato relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise. Essa exceção (não divulgação de ato ou fato relevante) somente se aplicará nos casos em que a divulgação indistinta de Informação Privilegiada que constitua ato ou fato relevante puser em risco interesse legítimo da Companhia. Nesse caso, deve-se estar atento para a obrigação de divulgação imediata se a informação escapar ao controle. Na hipótese acima e à luz das circunstâncias, o Diretor de Relações com Investidores deverá submeter à CVM a decisão de guardar sigilo acerca de ato ou fato relevante através de proposta de manutenção de sigilo a ser dirigida ao presidente da CVM, em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra “Confidencial”. Caso a CVM decida pela revelação do ato ou fato relevante, determinará que, imediatamente, o comunique às bolsas de valores e o divulgue publicamente.

Procedimentos para a Não Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia

Tendo em vista seu caráter excepcional, a não divulgação de ato ou fato relevante relacionado à Companhia será objeto de decisão dos Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia, conforme o caso. Caso o ato ou fato relevante esteja ligado a negociações promovidas pelos Acionistas Controladores e estes decidam por sua não divulgação, deverão os Acionistas Controladores encaminhar comunicação a respeito dirigida ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, por escrito. Entretanto, na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrendo oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, torna-se obrigatória a divulgação imediata de ato ou fato relevante por meio dos Administradores e Acionistas Controladores de forma direta ou através do Diretor de Relações com Investidores independentemente da decisão dos Administradores e Acionistas Controladores.

Responsabilidade em Caso de Omissão

Caso, diante da comunicação realizada, as pessoas mencionadas neste item constatem a omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM. Caso haja omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento do seu dever de comunicação e divulgação de ato ou fato relevante anteriormente não divulgado por decisão dos Administradores ou Acionistas Controladores e, posteriormente, essa mesma informação escape ao controle ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, os Administradores ou Acionistas Controladores somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

Procedimentos de Comunicação de Informações sobre Negociações de Administradores e Pessoas Ligadas

As Pessoas Relacionadas deverão comunicar informações sobre todas as negociações que realizarem com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou ainda com valores mobiliários de emissão de sociedades controladas ou controladoras, de que sejam titulares eles próprios ou as Pessoas Relacionadas, bem como as alterações em suas posições e seus planos de negociação periódica, inclusive as subsequentes alterações e o descumprimento de tais planos.

A comunicação deverá ser efetuada pelas pessoas mencionadas acima: (i) imediatamente após a investidura no cargo; e (ii) no prazo máximo de cinco dias corridos após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas, indicando o saldo da posição no período. O Diretor de Relações com Investidores encaminhará todas as informações recebidas à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores nas quais os valores mobiliários estejam admitindo à negociação, no prazo máximo de dez dias corridos após o término do mês de referência.

Procedimentos de Comunicação e Divulgação sobre Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante

Os procedimentos de comunicação e divulgação de informações sobre negociação de valores mobiliários de Assessoria de Relações com Investidores emissão da Companhia, que envolvam participação acionária relevante, previstos nessa Seção, são baseados no artigo 12 da Instrução CVM 358.

Entende-se por participação acionária relevante aquela que corresponda, direta ou indiretamente, a 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia. O dever de divulgação e comunicação aplica-se: aos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do conselho de administração da Companhia, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, quando os mesmos adquirirem ou alienarem (ou extinguirem) participação acionária relevante, ou direitos sobre participação acionária relevante. A divulgação deverá ser realizada pro meio de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia ou, ainda, pela publicação de forma resumida nesses jornais com indicação do endereço na Internet.

Estará igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária relevante igual ou superior ao percentual referido acima, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% da espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia.

A comunicação à CVM deverá ser encaminhada imediatamente após ser alcançada a participação relevante mencionada nesta Seção.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

A versão integral da Política de Divulgação de Informações da Companhia está disponível no website da CVM e da Companhia: <http://www.cvm.gov.br> e <http://ri.cemig.com.br>, respectivamente.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.